

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

O REGIMENTO DE INFANTARIA N° 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA  
DA I GUERRA MUNDIAL

Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)  
Novembro de 2016

**Como citar esta publicação:**

Borges, Vítor, 2016. *O Regimento de Infantaria N.º 14 nas Campanhas do Sul de Angola da I Guerra Mundial*. Coleção "ARES", 12. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

---

**Comandante**

Vice-Almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

---

**Editor-chefe**

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

---

**Coordenador Editorial**

Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

---

**Núcleo Editorial e Design Gráfico**

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto dos Santos Madureira

---

**Propriedade**

Instituto Universitário Militar  
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa  
Tel.: 213 002 100  
Fax.: 213 002 162  
E-mail: [cidium@ium.pt](mailto:cidium@ium.pt)  
[www.iesm.pt/cisdi/publicacoes](http://www.iesm.pt/cisdi/publicacoes)

---

**Pré-Impressão e Distribuição**

Fronteira do Caos Editores  
Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.  
4200-259 PORTO  
Tel.: 225 205 005  
e-mail: [fronteiradocaos@netcabo.pt](mailto:fronteiradocaos@netcabo.pt)  
[www.fronteiradocaoseditores.pt](http://www.fronteiradocaoseditores.pt)

---

ISBN 978-989-99532-9-1

Depósito Legal 418 365/16

Tiragem 200 exemplares

---

© Instituto Universitário Militar, 2016

**Nota do Editor:**

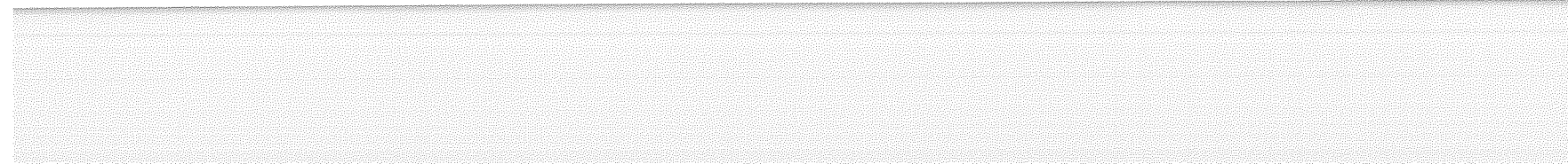
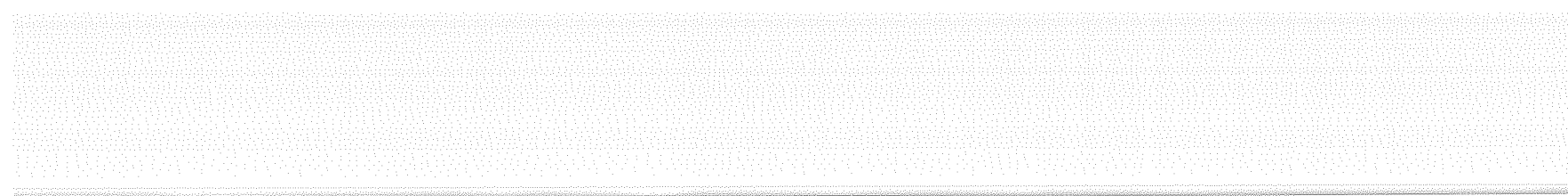
Os textos patentes no presente volume são da responsabilidade do seu autor, não constituindo doutrina oficial das Forças Armadas Portuguesas e da Guarda Nacional Republicana.

## ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS	vii
PREFÁCIO	ix
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO	7
a. Implantação da República	7
b. Entrada de Portugal na I Guerra Mundial	9
c. A Guerra em África	12
d. O Sul de Angola até 1914	14
2. ESTADO DA ARTE	19
a. Regimento de Infantaria Nº 14	19
b. Campanhas do Sul de Angola da I GM	21
3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	33
a. Modelo de Análise	33
(1) Doutrina	34
(2) Organização	35
(3) Treino	35
(4) Material	35
(5) Liderança	35
(6) Pessoal	36
(7) Infraestruturas	36
b. Análise das Fontes	36
4. ANÁLISE	39
a. Doutrina	39
b. Organização	40
c. Treino	41
d. Material	43
e. Liderança	47
(1) Estrutura de comando do Batalhão	47
(2) Comandante de Batalhão	49

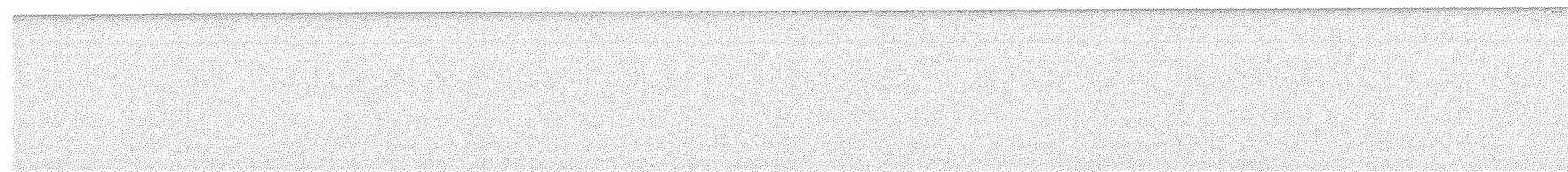
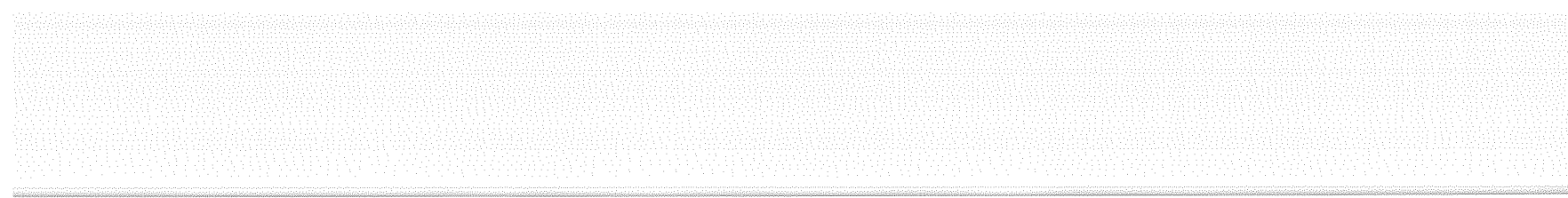
(3) Comandantes de Companhia	52
(4) Ação dos oficiais em combate	54
f. Pessoal	58
g. Infraestruturas	60
CONCLUSÕES	63
FONTES E BIBLIOGRAFIA	71
Fontes arquivísticas	71
Outras Fontes	73
Bibliografia	74
ANEXOS	79
Anexo A - Ordem de Serviço Nº 13 de 26 de novembro de 1914 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola (AHM 2/2/023/002)	81
Anexo B – Instruções de 15 de dezembro de 1914 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola para o Comandante do Destacamento da Dongoena (AHM 2/2/023/002)	83
Anexo C – Distribuição das forças no princípio do combate de Naulila (do Relatório do Capitão José Mendes dos Reis) (AHM 2/2/021/012)	85
Anexo D – Ordem de Marcha do Destacamento da Dongoena para o dia 18 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/023/002)	87
Anexo E - Ordem para Estacionamento do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, de 27 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/023/002)	89
Anexo F - Mapa com localização das forças da 1ª expedição (do Relatório do TCor Alves Roçadas para o General Pereira D'Eça) (AHM 2/2/028/004)	93
Anexo G - Organização do Comando Superior das Forças em Operações em Angola: Infantaria (AHM 2/2/042/041)	95
Anexo H – Telegrama Governador-geral de Angola para Ministro das Colónias de 26 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/022/002)	97
Anexo I - do Relatório do TCor Alves Roçadas para o General Pereira D'Eça (AHM 2/2/028/004)	101

Anexo J - Carta do Major Salgado ao Chefe de Estado-Maior (EM) do Destacamento de Gambos, de 10 de fevereiro de 1915 (AHM 2/2/022/010)	111
Anexo K - Informação, de 9 de janeiro, do Diretor da Enfermaria em Gambos para o Chefe do Serviço de Saúde (AHM 2/2/024/003)	113
Anexo L - Nota de envio da Relação do armamento, munições e assessorios em carga do 3º Batalhão em 15 de abril de 1915 (AHM 2/2/030/044)	115
Anexo M - Cópia do autógrafa do Major Alberto Salgado de Janeiro de 1915 (AHM 2/2/021/019)	117
Anexo N - Nota do Comandante das Forças do Distrito de Huíla para o Chefe de Estado-Maior do Comando Superior (AHM 2/2/030/020)	119
Anexo O - Relação do Destacamento que embarcou a 11 de setembro de 1914 no vapor Moçambique para Moçâmedes (AHM 2/2/021/018)	121
Anexo P - Relatório de junta médica das praças do Batalhão do RI 14 (AHM 2/2/033/065)	123



## LISTA DE ABREVIATURAS

AHM	Arquivo Histórico Militar
ArqGEX	Arquivo Geral do Exército
BE	Biblioteca do Exército
DOTMLPF	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas
EM	Estado-Maior
I GM	I Guerra Mundial
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
OE	Ordem do Exército
OS	Ordem de Serviço
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RI 14	Regimento de Infantaria Nº 14
TCor	Tenente-Coronel







## PREFÁCIO

Um dos objetivos da Comissão Coordenadora para a Evocação do Centenário da Grande Guerra é, para além de homenagear todos os que combateram em África, no Mar e na Europa, revisitarmos a história local. Saber, das nossas terras, quem foram os que serviram Portugal lutando em paragens longínquas e que, terminado o seu serviço, voltaram a constituir a força laboriosa do nosso País.

Naturalmente, à volta das Unidades Militares do dispositivo nacional, são mais evidentes as representações exteriores daquelas campanhas, o que facilita essa evocação. Então numa cidade como Viseu, com uma presença militar constante desde os princípios do século XIX em todos os teatros de operações em que Portugal se viu envolvido, garante do historial da Infantaria Beirã, conhecido como a casa dessa figura mítica que foi Viriato, essa evidência é bem clara.

Compreende-se assim, ainda melhor, a vontade do Major Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges, em assumir, com orgulho, a missão de dar a conhecer o contributo do seu Regimento, o 14 de Infantaria, na Grande Guerra, no teatro de operações africano, em Angola, e evocando um momento particularmente doloroso, como foi o da derrota em Naulilla, no sul daquele território, enfrentando forças Alemãs, em 18 de dezembro de 1914, de que resultaram 69 mortos (57 europeus e 17 africanos), 76 feridos (66 europeus e 10 africanos) e 65 prisioneiros (todos europeus).

O objetivo do estudo do Major Borges é perfeitamente claro e enunciado pelo próprio – “Caracterizar a participação do Batalhão do RI14 nas campanhas do sul de Angola” – através de um modelo de análise, a que mais adiante me referirei.

Contudo, ao ser-me pedido escrever este prefácio, o que faço com todo o gosto, parece-me importante referir a ideia dominante do conceito estratégico militar de Portugal para as operações militares nas colónias portuguesas, na sequência dos acordos alcançados na Conferência de Berlim, 1984-85, que determinavam como condição para o reconhecimento da soberania nas colónias, uma ocupação efetiva do território.

*“A forma de conseguir uma ocupação eficaz dos vastos territórios das nossas províncias ultramarinas é escalonar, do litoral para o interior, unidades táticas, independentes, as quais, constituindo centros de ocupação de onde irradiem as forças destacadas para os postos militares, formarão as malhas da rede que deve estender-se em todo o território ocupado”<sup>1</sup>*

Deste conceito resultou uma organização da força que veio a verificar-se não responder à finalidade pretendida, pois que *“quando a ordem pública é perturbada, quando a Bandeira Portuguesa é desrespeitada, há necessidade de recorrer às expedições extraordinárias dispendiosíssimas”<sup>2</sup>*

E é por esta circunstância que, em 18 de Agosto de 1914, o General Pereira de Eça, Ministro da Guerra, determina a organização de uma expedição para Angola, sob o comando do Tenente-coronel do Corpo de Estado-Maior Alves Roçadas, com a missão de *“assegurar a obediência do gentio e vigiar a fronteira sul nos pontos importantes”*.

Agora é a vez dos leitores, lerem e meditarem sobre o excelente trabalho do Major Borges, claro, objetivo, detalhado, interessante!

Da minha parte, um último apontamento sobre o método de análise seguido sobre capacidade militar – DOTMLPF (Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas).

Sinceramente não sei se analisar uma operação militar de há 100 anos com um sistema dos dias de hoje é totalmente correto. O ambiente operacional de então era completamente diferente e nós sabemos que o ambiente operacional é tudo o que condiciona o emprego da força e a decisão do comandante.

Mas admitindo que sim, que é correto, os resultados enunciados pelo Major Borges são bem elucidativos da falta de preparação da expedição,

---

<sup>1</sup> Revista Militar 66º Volume – nº 5, página 415. A defesa de Angola, do Capitão Gastão Sousa Dias – Maio de 2014.

<sup>2</sup> Revista Militar 66º Volume – nº5, página 415 – Maio de 2014.

do desconhecimento do provável inimigo e – o que não pode deixar de nos surpreender - do terreno, das suas características, das estruturas existentes, uma vez que vários eram os oficiais com experiência operacional naquela precisa região, incluindo o próprio comandante, o Tenente-coronel Alves Roçadas que, em 1907, tinha comandado uma das colunas da “Campanha do Cuamato” precisamente no sul de Angola.

O método espelha, também, a interdependência entre todos os parâmetros, sendo fácil de perceber que a não conformidade de um deles à situação, obriga a uma reformulação de todo o sistema que, se não ponderada, pode vir a condicionar a validade do mesmo para, à força, atingir o objetivo proposto.

E permito-me valorizar o que me parece ser o parâmetro fundamental e determinante de todos os outros.

#### A Doutrina!

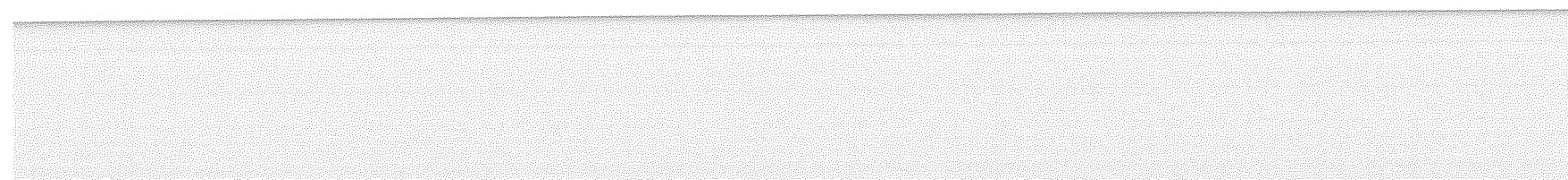
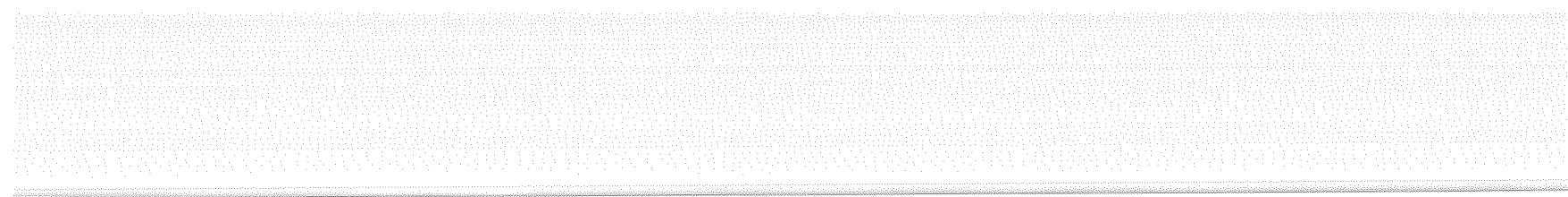
E faço-o por me parecer que o contexto internacional atual é de tal modo complexo que permite que, num mesmo teatro de operações, em simultâneo, seja possível perfilarem-se ameaças distintas, a requererem condutas diferentes a que a força tem de dar resposta adequada.

Daí que a preparação das forças militares, na atualidade, seja ainda mais exigente, a organização seja sólida e com continuidade, ao mesmo tempo que é flexível, os meios sejam adequados e que todos saibam com eles operar, o treino seja intenso, a prontidão das forças esteja claramente definida e a formação dos quadros seja de excelência.

O trabalho do Major Borges, debruçando-se sobre um período temporal específico, constitui, também, um motivo para refletir sobre o presente e o futuro, é uma forma de prestigiar o seu Regimento, o 14 de Viseu, todos os que nele serviram e servem e, ainda, uma forma digna de evocar os que há 100 anos se bateram por Portugal em Angola e que contribuiu para a definição de fronteiras geográficas que permaneceram imutáveis, o que talvez seja um dos grandes legados da colonização portuguesa a Angola, como o foi igualmente para todas as antigas possessões ultramarinas e que parece, por vezes, não ser devidamente realçado.

O Presidente da Comissão Coordenadora das  
Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial

Mário de Oliveira Cardoso  
Tenente-general



«O soldado desconhecido de África é bem mais desconhecido que o da Flandres.»

(Arrifes, 2004)

## INTRODUÇÃO

De acordo com a política editorial da Coleção Ares, são objetos de publicação «Teses de Mestrado e de Doutoramento de investigadores do CISDI ou de outras proveniências desde que incidam sobre temas dos elementos nucleares das Ciências Militares, Segurança e Defesa Nacional e Internacional».

Nesta linha, este número 12 da Coleção Ares, *O Regimento de Infantaria 14 nas Campanhas do Sul de Angola da I Guerra Mundial*, resulta da dissertação apresentada em provas públicas, em dezembro de 2014, no âmbito da 1ª edição do Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Após a frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto, no IESM, e com a possibilidade de continuar estudos para obtenção do grau de mestre, houve a oportunidade de escolher um novo tema para investigação ou dar continuidade a estudos anteriores. Surgiu, assim, o ensejo de me lançar num novo desafio, decidindo enveredar por uma paixão antiga, a História Militar, a qual não assenta numa formação de base específica ou em anteriores trabalhos desta natureza.

Aproveitando o centenário da I Guerra Mundial (I GM), sendo natural de Viseu e tendo servido nesta cidade, pareceu-me lógico e natural estudar este conflito onde militares do «meu regimento», o Regimento de Infantaria Nº14 (RI 14), participaram em Angola, Moçambique e na Flandres. Este livro traduz o relatório da investigação realizada que apresenta uma visão de soldados sobre a

## O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14 NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

ação de soldados, nomeadamente os do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola durante a I GM.

Portugal combateu na Grande Guerra em três teatros de operações terrestres: Angola, Moçambique e França. No entanto, apesar do elevado número de baixas das campanhas africanas, o assunto é marginalmente estudado pelos historiadores. A maioria dos autores nacionais e estrangeiros da atualidade tem-se dedicado ao estudo das campanhas europeias, centrando-se, no caso Português, na participação do Corpo Expedicionário na Campanha da Flandres.

Na sequência do eclodir da I GM, tornou-se iminente o confronto com as forças alemãs nos dois maiores territórios ultramarinos, Angola e Moçambique, devido às fronteiras comuns com a Damaralândia (atual Namíbia) e Leste Africano (atual Tanzânia), respetivamente (Figura 1). O governo de Bernardino Machado decidiu reforçar preventivamente as guarnições destas colónias nacionais com dois Corpos Expedicionários.

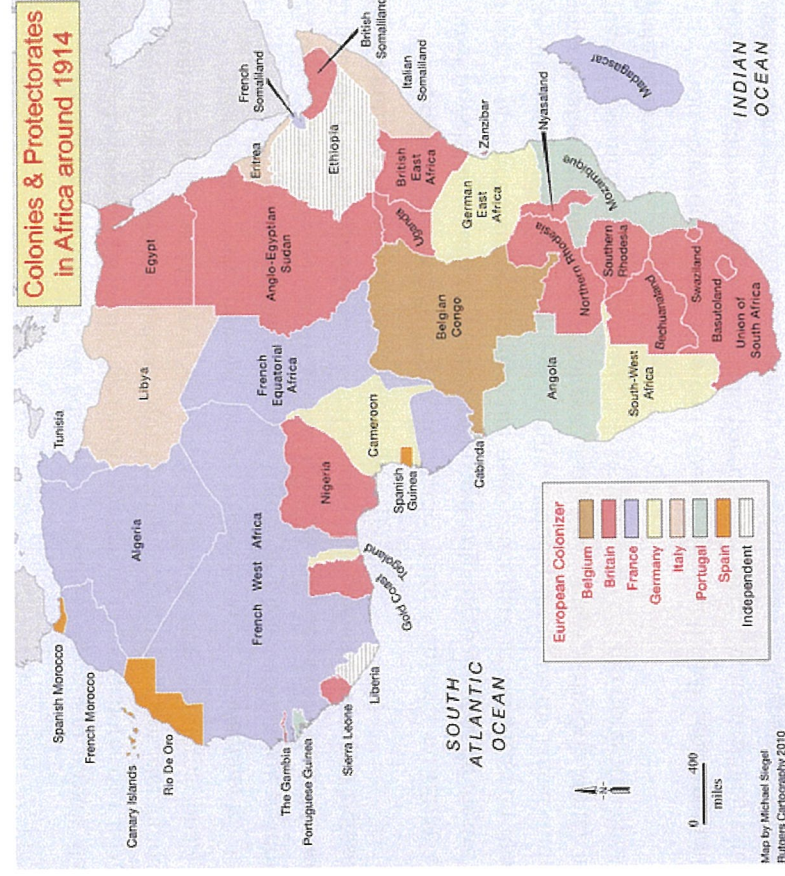


Figura 1 – Mapa de África em 1914

Fonte: Africana Age, 2011.

A colónia de Angola estava ameaçada, no Sul, pelos colonos bóeres e alemães que tentavam revoltar as populações locais contra o domínio português, e por forças militares junto à fronteira (Pires, 2013, p. 3). Em agosto de 1914, a guarnição militar da região era constituída por apenas duas baterias de artilharia de montanha, um esquadrão de dragões, uma companhia de infantaria e quatro companhias indígenas de infantaria (14.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup> e 17.<sup>a</sup>). Cada bateria de artilharia era composta por 40 praças, o esquadrão de dragões não ultrapassava os 80 cavalos, a companhia de infantaria europeia poderia dispor de 120 praças e as companhias indígenas eram compostas por 12 soldados europeus e 140 indígenas (Varão, 1934, pp. 12-13).

Debaixo do comando do Tenente-Coronel (TCor) Alves Roçadas é formada uma expedição, com destino ao Sul de Angola, constituída por subunidades de combate de infantaria, metralhadoras, artilharia de montanha e cavalaria. O 3.º Batalhão de Infantaria organizado no RI 14 integrou esta expedição.

Dado o seu escalão e tipo, a participação do Batalhão do RI 14 foi significativa nas Campanhas do Sul de Angola, principalmente no ano de 1914, onde se constituíram como o grosso das forças do 1.º Corpo Expedicionário. Este livro pretende ser um contributo sobre a participação portuguesa, em especial dos *Infantes da Beiras*, *Viriatos*, militares do RI 14, que combateram nas Campanhas do Sul de Angola, entre finais de 1914 e meados de 1915, honrando a sua prestação indelével para a pátria, as suas privações e agruras no difícil Teatro Africano, no qual muitos pagaram com a própria vida o custo da integridade nacional.

No âmbito das comemorações da evocação do centenário da I GM, a qual se começou a combater nos Teatros Africanos, é premente analisar e trazer a público estas campanhas, decisivas para a soberania de Portugal, pela manutenção das fronteiras de então.

Assim, caracterizou-se, de forma panorâmica e abrangente, a participação do 3.º Batalhão Expedicionário, constituído no RI 14, nas Campanhas do Sul de Angola em 1914/1915.

Delimitou-se o estudo ao período das campanhas do Sul de Angola, incluindo a fase de preparação e projecção, que se iniciou no verão de 1914, até à retração à Metrópole no verão de 1915. No que concerne às fontes, delimitou-se o estudo à análise de um corpo central de fontes existentes no Arquivo Geral do Exército (ArqGEx), Arquivo Histórico Militar (AHM) e Biblioteca do Exército (BE).

O objetivo da investigação foi: caracterizar a participação do Batalhão do RI14 nas Campanhas do Sul de Angola.

O Batalhão do RI 14 era a maior subunidade da expedição, constituindo-se como o grosso da força. Como um todo ou com as suas companhias, esteve presente em quase todos os empenhamentos com o inimigo e nos momentos mais marcantes da campanha do TCor Alves Roçadas. A problemática que se pretendeu estudar foi: Como é que foi influenciada a participação do batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?

Como hipótese, em resposta a esta problemática, considerou-se que a falta de preparação para o terreno e para o inimigo e as condições ambientais às quais os militares do batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do batalhão. Dado o seu empenhamento, considerou-se que a ação do batalhão contribuiu significativamente para a campanha.

A análise assentou no questionamento contínuo das fontes, construindo uma narrativa que procurou responder às questões «O quê?», «Como?» e «Porquê?», de forma a realizar um estudo da história panorâmico, cobrindo o máximo de fatores, baseada no modelo de análise que aborda as dimensões da Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas (DOTMLPF). Visto ser uma investigação no âmbito da história, privilegiou-se a análise documental, com principal incidência em fontes.

Concomitantemente, esta investigação pretendeu dar contributos no âmbito das comemorações da evocação do centenário da I Guerra Mundial, através da linha de investigação do então Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM, subordinada ao tema geral *Análise Política, Estratégica e Militar do envolvimento português na I Guerra Mundial*, onde se integra o projeto de investigação *Os teatros de operações africanos*.

O livro encontra-se dividido em quatro capítulos e conclusões.

O primeiro capítulo pretende enquadrar a situação política de Portugal no início do século XX, fortemente marcada pela Implantação da República e conseqüente mudança de regime político que teve dificuldades em ser reconhecido. Aborda de seguida as circunstâncias da entrada da jovem república na I GM, inicialmente apenas nos Teatros Africanos. Termina com o enquadramento do Teatro de Operações de Angola através da descrição breve da presença portuguesa em Angola desde início do século XIX até 1914.

O segundo capítulo apresenta o estado da arte, abordando outras obras escritas sobre a história do RI 14 e sobre as campanhas e qual o seu argumento principal. De seguida, expõe a breve história do Regimento, desde a sua criação, em 1806, fruto da reorganização do Exército Português de então, até 1914, data constituição do 3º Batalhão Expedicionário. Este capítulo termina



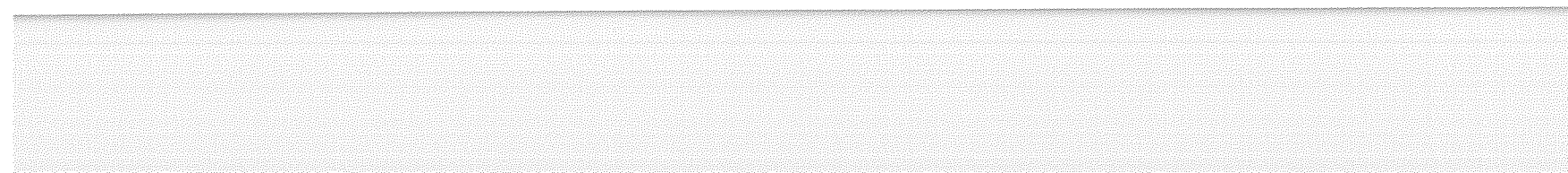
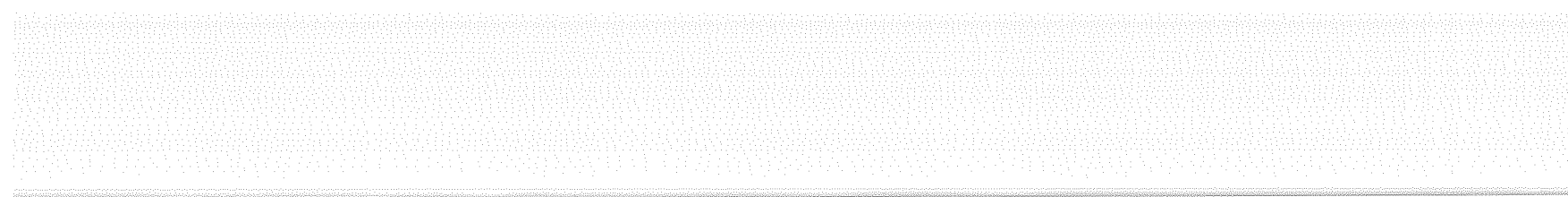
com a descrição, em traços gerais, da participação do Batalhão nas campanhas, servindo de referência para a análise.

No terceiro capítulo é descrito o procedimento metodológico, definindo o modelo de análise, detalhando as várias dimensões que o constituem e analisando as fontes utilizadas na investigação.

A análise de *per se* é apresentada no quarto capítulo, recorrendo às fontes para caracterizar a participação do batalhão no que concerne à Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas.

Por último, as conclusões, sendo as principais resumidas de seguida.

O batalhão partiu para África sem qualquer doutrina enquadrante, que definisse o seu emprego, tipologia de operações a executar e como se proceder à preparação para o terreno e inimigo que iria encontrar. A organização do batalhão era a normal para a época e não teve influência negativa direta nos empenhamentos táticos e desfecho da campanha. O batalhão praticamente não se preparou para a missão, o que resultou no fraco entrosamento e grande heterogeneidade dos militares, tornado evidente no desempenho em combate demonstrado em Naulila. Inicialmente, não se verificaram limitações de material, mas, a partir de finais de dezembro de 1914, toda a ação foi fortemente influenciada pelas grandes dificuldades de material. A liderança superior do batalhão consistia em oficiais veteranos das campanhas africanas em Angola, Moçambique e em comandantes de pelotão, com apenas duas exceções, que exerceram a sua ação de comando de forma eficaz e reconhecida. Não preparados para operar na dureza do clima africano a participação do Batalhão foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades. As condições de vida dos militares eram precárias e a diminuta organização do terreno teve grandes implicações no desenrolar da campanha.



«Entender a frente angolana também é procurar entender os fatores de conflitualidade antes e depois da Grande Guerra, porque só assim entenderemos os verdadeiros motivos dos vários combates [...]. Vale de facto a pena estudar e analisar Angola na Grande Guerra!»

(Pires, 2013, p. 5)

# 1 ENQUADRAMENTO

## a. Implantação da República

Portugal entrou no século XX atravessando uma elevada agitação política e social devido à mudança do regime político vigente. A um de fevereiro de 1908, a frágil Monarquia Constitucional sofreu um duro golpe, quando o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram assassinados no Terreiro do Paço. Cerca de dois anos e meio mais tarde, em três de outubro de 1910, iniciou-se a revolução que levou à proclamação da República, dois dias depois.

Ainda antes da implantação da república, o regicídio teve consequências no relacionamento com Espanha. A debilidade da monarquia portuguesa levou a que o monarca espanhol, Afonso XIII, sondasse França e Inglaterra sobre uma possível intervenção armada conjunta em Portugal, no caso de uma revolução republicana que levasse a um período longo de conflito. Para Inglaterra, a mudança de regime em Portugal fez cair as obrigações advinentes da aliança e, no cenário Europeu, Espanha era um aliado bem mais apetecível, que apresentava um custo aceitável pelo seu alinhamento – a anexação de Portugal (Telo, 2013, p. 19). Ainda que latente, esta ameaça não se veio a concretizar, dada a celeridade da revolução e a rápida aceitação do novo sistema político no País, apesar dos vários governos da Primeira República.

Com exceção da França e Suíça, as grandes potências europeias eram monarquias. A jovem República Portuguesa encontrava dificuldades em ser

oficialmente reconhecida no velho continente. Foi do outro lado do Atlântico que começou por obter apoios. As repúblicas do Brasil e da Argentina foram as primeiras a reconhecer a República Portuguesa, a 22 de outubro de 1910, seguindo-se outras repúblicas latino-americanas. Numa segunda vaga, juntaram-se a República dos Estados Unidos da América, em 19 de junho de 1911, sendo a primeira potência com importância na cena internacional, e a República Francesa, em 24 de agosto de 1911, no dia da eleição de Manuel de Arrigada, primeiro presidente eleito da República Portuguesa, ato político que fecha o ciclo da plena legalidade constitucional. A terceira e última vaga foi a 11 de setembro de 1911, com o reconhecimento conjunto das grandes potências europeias, nomeadamente a Inglaterra, a Espanha, a Alemanha, a Itália e a Áustria-Hungria. Seguem-se todas as outras potências internacionais, terminando o complexo processo de reconhecimento da república portuguesa. No entanto, o reconhecimento oficial não significou a aceitação internacional do regime, que apresentava uma grande instabilidade política que se continuou a agravar até 1914 (Teixeira, 1996, pp. 89-99).

A par com os problemas externos, a República tinha dificuldades de ordem interna, nomeadamente com corpo de oficiais de carreira do Exército que, sendo mais tradicionalistas e tendo jurado fidelidade à coroa, na sua maioria não se reviam e não apoiavam os dirigentes republicanos.

A título de exemplo, o comandante da 1ª expedição a Angola, herói das campanhas que terminaram em 1907, na época Capitão Alves Roçadas, regressando à metrópole, depois da submissão das tribos do baixo Cunene e a ocupação do território dos Cuamatos, foi promovido a Major e nomeado ajudante-de-campo do Rei D. Carlos (arqnet, 2010).

No novo contexto político, todos os oficiais tiveram de formular novo juramento de fidelidade à República, como é exemplo a Fórmula do Juramento de Fidelidade à República (Figura 2), assinada pelo TCor Alves Roçadas em setembro de 1912.

Os problemas com o oficialato constituíam um desafio para a sua sobrevivência e uma das questões centrais para o novo regime, que tomou medidas para degradar a capacidade do Exército, fomentando divisões internas e retirando poder ao corpo de oficiais. Na mesma linha, a República criou a Guarda Republicana e desenvolveu a Armada, retirando protagonismo ao Exército. Perante a falta de confiança do regime republicano no corpo de oficiais, a reorganização do Exército de 1911 foi uma tentativa de reduzir o efetivo dos oficiais do quadro permanente para cerca de um terço. No entanto, esta medida não foi completamente aplicada porque se constatou que só as

unidades com um forte núcleo de oficiais do quadro permanente tinham alguma eficácia operacional (Telo, 2013, p. 6).

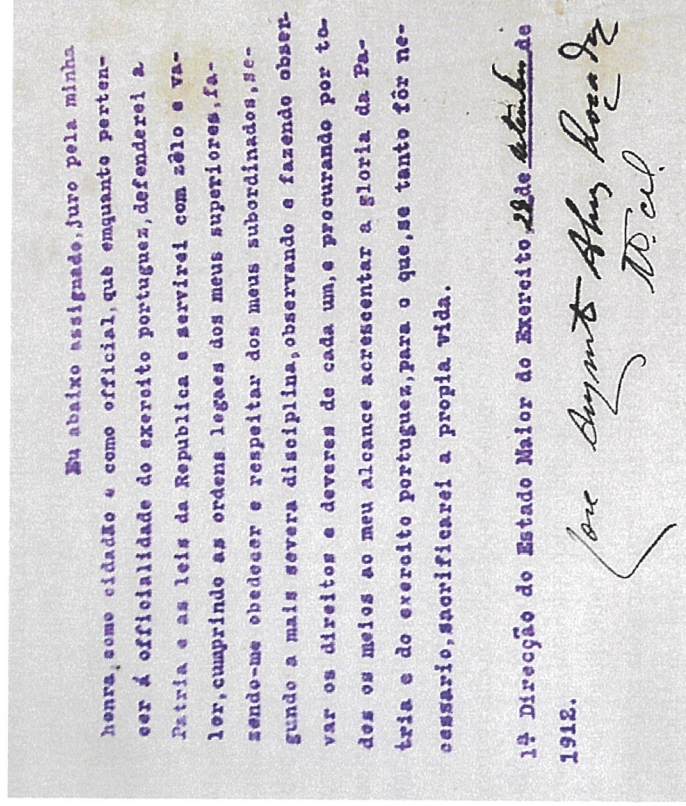


Figura 2 – Fórmula do Juramento de Fidelidade à República de Alves Roçadas

Fonte: Folha de Matricula do General José Augusto Alves Roçadas.

### b. Entrada de Portugal na I Guerra Mundial

A I GM, até 1939 conhecida como a Grande Guerra, aquela que iria «acabar com todas as guerras», teve como catalisador específico o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro. Passado precisamente um mês, a 28 de julho de 1914, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia e as alianças da época encarregaram-se do resto. De tal forma que, no final de agosto, as grandes potências europeias já estavam envolvidas na guerra – o Império Austro-Húngaro e a Alemanha do lado da Aliança, e a Rússia, a Inglaterra e a França do lado da Entente.

Aquando da eclosão do conflito, os países contendores eram da opinião de que este seria breve e que estaria terminado antes do Natal de 1914. Tal não aconteceu e durou quatro longos anos até ao Armistício, a 18 de novembro de

1918, causando mais de 37 milhões de baixas, das quais 16 milhões mortos, em vários pontos do globo.

A cena internacional, no início do século XX, caracterizava-se por duas dinâmicas interdependentes, o «nascimento e reforço de novas construções diplomáticas entre as grandes potências europeias» e a «expansão europeia para zonas fora da Europa e o consequente choque dos imperialismos» (Teixeira, 1996, p. 61).

Ou seja, em vésperas do início da I GM, a situação da República Portuguesa, era muito delicada no cenário internacional, ameaçada no continente pela Espanha e, nas colónias, pela Alemanha. Encontrava-se, assim, duplamente vulnerabilizada devido ao facto do seu único instrumento de política externa, a aliança inglesa, estar a conduzir uma política de transigência nos dois cenários: em relação à Espanha, na questão peninsular, e em relação à Alemanha, na questão colonial (Barata & Teixeira, 2004, p. 17).

Neste contexto, Portugal, uma das principais potências coloniais europeias neste período, assumiu, desde o início da Grande Guerra, uma posição ambígua de não-beligerância e, ao mesmo tempo, de apoio incondicional a Inglaterra. O governo português, apesar de demonstrar intenção de neutralidade, pretendia honrar o tratado de amizade e aliança<sup>1</sup> com Inglaterra e apoiá-la, se necessário, por forma a garantir o apoio desta, caso as suas colónias em África fossem atacadas pelos alemães (Costa, 1925, p. 12).

A cobiça alemã pelo controlo dos territórios coloniais portugueses remontava ao final do século XIX, documentado nos tratados Anglo-Alemães de 1898 e 1913, onde se previa a sua partilha, fator que pesou determinante para a entrada de Portugal na I GM.

O primeiro acordo foi celebrado em 1898, ainda durante a monarquia. Apesar de secreto, a diplomacia portuguesa em Londres veio a conhecer os seus contornos, o que permitiu declinar o empréstimo que Portugal pretendia contrair para sanear as finanças públicas, empregando como garantias as colónias (Teixeira, 2004).

Em 1913, preparou-se um novo acordo anglo-germânico sobre a partilha das colónias portuguesas constituindo uma última possibilidade para a Inglaterra manter o equilíbrio na Europa (Martins, 1935, p. 46). A Alemanha, por um lado, demonstrava elevado interesse pelas possessões coloniais portuguesas, em linha com a sua política expansionista. Por outro

---

<sup>1</sup> Em 16 de junho de 1383 foi firmado o primeiro tratado de paz, amizade e aliança entre Portugal e Inglaterra, através dos reis Fernando I de Portugal e Eduardo de Inglaterra.

lado, a Inglaterra, o velho aliado português, parecia usar o acordo como um instrumento de estabilização no relacionamento com a Alemanha, o que deixava Portugal com uma ameaça real ao seu império (Barata & Teixeira, 2004, p. 17).

A postura inicial de não-beligerância foi, contudo, posta em causa, ainda em 1914, pela anuência do governo português à passagem de tropas inglesas no território de Moçambique com destino à Niassalândia (Costa, 1925, p. 13), bem como ao aceder a um pedido do governo francês para a cedência de peças de artilharia para a frente ocidental. Portugal propôs-se ainda organizar e enviar uma divisão completa para a frente europeia, que ficaria sob as ordens do alto-comando Inglês (Costa, 1925, p. 17), solicitando, no entanto, que este apoio fosse concedido ao abrigo da aliança. A carência de material de guerra, resultante do desgaste sofrido nos primeiros meses de guerra, levou o governo inglês a aceitar a proposta portuguesa e convidou o governo português a sair da neutralidade, evocando a antiga aliança, e a colocar-se ativamente ao lado da Grã-Bretanha e dos seus aliados (Costa, 1925, p. 20).

Internamente, o Exército Português de 1914 era uma réstia do que tinha sido anos antes. Era uma força indisciplinada e muito dividida em todas as categorias, sobre a qual ainda pairava a sombra das reformas de 1911. Não era a força de cidadãos e milicianos idealizada pela República, nem tão-pouco o Exército disciplinado, unido e coeso que o rei D. Carlos tinha erguido. Era uma organização politizada, dividida, minada por clubes e associações secretas, com uma prática operacional somente de operações pouco intensas, fundamentalmente de ordem interna, de defesa do regime contra incursões do exterior e de afirmação da soberania em África. Não houve qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento desde 1908 e o Exército afastou-se por completo das operações normais na Europa, pelo que estava desatualizado relativamente às novas correntes do pensamento militar ou às práticas usuais na guerra entre grandes poderes. Era uma instituição sem alma e sem coesão, criação típica e normal de um regime fraco, que temia pela sua continuidade, que via inimigos em toda a parte, que aplicava a política de dividir para reinar, ou antes, para sobreviver. Era com este Exército que o regime sonhava consolidar-se e melhorar a sua imagem externa na frente mais intensa da maior guerra que a humanidade já tinha conhecido (Telo, 2013, p. 13).

A participação militar nacional é comumente associada à ação do Corpo Expedicionário Português em França, no entanto, esta apenas aconteceu nos últimos dois anos do conflito. Apesar de incidentes com tropas alemãs em Moçambique e Angola, que serão abordados de seguida, Portugal manteve a

neutralidade no conflito devido a fortes pressões britânicas. Só a 6 de março de 1916, na sequência do aprisionamento dos navios alemães atracados nos portos portugueses, é que a Alemanha declarou guerra a Portugal e, quase um ano depois, a 30 de janeiro de 1917, é que a 1.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português, sob comando do General Gomes da Costa, parte do Tejo a bordo de três vapores britânicos, desembarcando em Brest, na Bretanha, a 2 de fevereiro.

No entanto, a guerra começou a combater-se em África e os soldados portugueses estiveram presentes desde o primeiro momento, muito antes da campanha da Flandres. Em finais de 1914, Portugal vê-se obrigado a combater na I GM, devido às fragilidades de uma República acabada de nascer e que se viu confrontada com a necessidade de defender as suas possessões no espaço africano, mais concretamente em Angola e Moçambique.

### c. A Guerra em África

O primeiro tiro disparado por um militar britânico durante a I GM aconteceu em 12 de agosto de 1914, na Togo-lândia (região que engloba atualmente o Togo e parte do Gana), pelo Sargento-mor regimental *Alhaji Grunshi da West African Frontier Force*. Duas semanas após o armistício, em 25 de novembro de 1918, o coronel alemão Paul von Lettow-Vorberk rende-se na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), tendo sido o último comandante a fazê-lo na Grande Guerra (Strachan, 2004, p. 1).

Esta foi a realidade da I GM e Portugal também começou por combater os alemães na I GM em África, quer em Angola, campanha que teve um fim rápido, logo no início de 1915, quer em Moçambique, onde ocorreram operações portuguesas e alemãs, embora com intensidades variáveis, até 1918.

O primeiro incidente com forças alemãs, no âmbito da I GM, teve lugar em Moçambique, numa altura em que ainda nem sequer tinham sido projetados os corpos expedicionários metropolitanos. Tratou-se de um ataque alemão a um pequeno posto junto ao rio Rovuma. Mazitua era guarnecido por uma pequena força de polícias da majestática Companhia do Niassa, comandada pelo sargento enfermeiro naval Eduardo Costa. Este não saberia que a I GM havia eclodido na Europa e que escaramuças militares entre alemães e ingleses já tinham ocorrido no Tanganica, atual Tanzânia. Na manhã de 24 de agosto de 1914, o posto de Mazitua, com as suas palhotas e celeiros, estava completamente queimado e jaziam por terra os elementos de quase toda a sua guarnição. Durante a noite, um grupo armado alemão atravessou o rio Rovuma, com alguns soldados locais



ao seu serviço, e dizimou por completo esta pacata, e até então desconhecida, posição portuguesa (Plataforma Macau Media, 2014).

O governo alemão cobijava o controlo dos territórios coloniais portugueses desde o final do século XIX, tal como demonstrado pelos tratados anglo-alemães de 1898 e 1913, sendo fundamental o controlo dos portos situados no litoral sul de Angola e que eram determinantes para a expansão económica da Damaralândia, já que esta não possuía um grande porto de saída (Lucas, 1989, p. 7).

Assim, o governo de Bernardino Machado decidiu reforçar preventivamente os contingentes nestes territórios, ainda em 1914, enviando dois Corpos Expedicionários (Costa, 1925, p. 51). Pelo decreto de 18 de agosto de 1914, determinou-se a organização de duas expedições com destino a Angola e a Moçambique, sendo publicado na Ordem do Exército nº 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914 que:

«tendo o Ministro das Colónias ponderado a necessidade e conveniência, de nas atuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns pontos das fronteiras sul da província de Angola e norte da província de Moçambique, o Governo da República Portuguesa decidiu que [...] sejam postos à disposição [...] dois destacamentos mistos» (sic) constituídos por um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia de montanha e serviços de saúde e administrativos. O destacamento de Angola era reforçado por uma bateria de metralhadoras.» (Exército Português, 1914a)

Foi difundido convite a quem quisesse voluntariamente servir nos Corpos Expedicionários e, no dia seguinte à ordem sobre constituição das expedições, a Ordem do Exército nº 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914, apresentou os oficiais nomeados para as duas expedições (Exército Português, 1914b). O então ministro da Guerra, General Pereira D’Eça, escolheu, para comandantes dos destacamentos, dois oficiais com elevada experiência e provas dadas nos teatros, o Tenente-coronel do Serviço de Estado-Maior José Augusto Alves Roçadas (Figura 3) e o Tenente-coronel de Artilharia Pedro Francisco Massano de Amorim (Figura 4), respetivamente para Angola e Moçambique.

Em particular, a colónia de Angola estava ameaçada a Sul pelos colonos bóeres e alemães, que tentavam revoltar as populações locais contra o domínio português, e por forças militares junto à fronteira. Assim, debaixo do comando do TCor Alves Roçadas, é formada uma expedição, da qual o grosso das forças era o 3º Batalhão do Regimento de Infantaria Nº 14, comandado pelo Major Alberto Salgado.



**Figura 3 – José Augusto Alves  
Roçadas**

Fonte: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1936-60.



**Figura 4 – Pedro Francisco Massano  
de Amorim**

Fonte: Revista Militar nº 8/9, 2003.

#### **d. O Sul de Angola até 1914**

No início do século XIX, a ocupação portuguesa de Angola limitava-se à zona costeira, garantindo a posse dos portos de mar desde a foz do rio Congo até Benguela. A sul desta localidade a costa era pouco conhecida e, para além do Rio Cunene, era tudo ignoto para os portugueses. Só em meados do mesmo século é que foram reconhecidas as baías dos Tigres e Moçâmedes, onde se fundou em 1849 a vila e o porto com o mesmo nome (Martins, 1945, p. 404).

Só anos mais tarde é que os portugueses se aventuraram para a fronteira dos cuanhamas, nomeadamente ocupando os Gambos e Humbe em 1856 e em 1859, respetivamente, tendo-os abandonado de seguida, seguindo-se uma série de expedições contra o gentio que se revoltava (Martins, 1945, p. 404).

As campanhas de ocupação no sul de Angola só aconteceram no início do século XX porque, até então, as atenções da metrópole estavam concentradas na Província de Moçambique e nas vitórias de Mouzinho de Albuquerque. Em 1898, Artur de Paiva castigou os *mu-humbes*, mas não foi autorizado atravessar o Cunene para submeter os cuanhamas e cuamatos. A opinião pública e o governo do reino só se concentraram em Angola em 1903, quando, em N'giva, a capital dos cuanhamas, houve um ultraje à bandeira nacional, que foi arreada

e esfarrapada, e quando, no Cuamato, foram assassinados dois comerciantes portugueses (Martins, 1945, p. 454).

Para René Pélissier «8...] o Sul de Angola foi a guerra. A guerra sobre todas as formas e por todos os motivos [...] das mais tradicionais (surtidas de salteadores, revoltas étnicas, etc.) até às mais específicas (conflito armado internacional, invasão de nações independentes de facto).» A partir de 1904 e durante 12 anos, Angola transformou-se num Teatro de Operações, no qual nunca nenhuma outra potência nesta região teria de esgotar tantos meios, num período temporal análogo, para enfrentar tão poucos oponentes (1986, pp. 141-142).

Em junho de 1904, o governador de Huila, Capitão Aguiar, foi nomeado comandante de uma expedição que tinha como missão efetuar uma marcha por etapas do Lubango até ao Humbe, atravessar o Cunene e combater o gentio do Cuamato. Esta expedição não obteve sucesso e foi marcada pelo massacre de Pembe, em 25 de setembro, no qual o destacamento comandado pelo capitão Pinto de Almeida foi atacado por uma força estimada de 15 000 «ferozes e audaciosos cuamatos», que mataram mais de metade do destacamento em retirada, incluindo o comandante e os outros oficiais do exército e da marinha. Esta tragédia teve um grande impacto na população europeia do distrito de Huila, que foi confiado, em 1905, ao capitão Alves Roçadas. O novo governador empenhou as guarnições em pequenas operações, contribuindo para o desenvolvimento do moral e espírito ofensivo e como preparação para campanhas futuras, que vieram a ocorrer em 1907 (Martins, 1945, pp. 454-455).

O sucesso obtido em Moçambique, no final do século XIX, iria agora ser replicado com grande mérito de dois oficiais, Alves Roçadas e João de Almeida, chefe do estado-maior da província, que elaborou o plano de campanha para a nova expedição ao Cuamato (Martins, 1945, p. 461).

Em agosto de 1907, o destacamento comandado pelo TCor Alves Roçadas (Figura 5) penetra no Cuamato Pequeno e, em 27 de agosto, dá-se o combate de Mufilo contra «cerca de 20 000 indígenas dos mais aguerridos de Angola», vingando-se o massacre de Pembe de 1904. Seguiram-se outros combates na região dos cuamatos, durante o mês de setembro de 1907, dos quais as forças portuguesas saíram vencedoras, nomeadamente Ancongo a 2, Macuvi a 4, Damequero a 13 e 15, e Aluendo a 20. A primeira parte da campanha terminou na embala do Cuamato Pequeno, na qual se construiu o Forte D. Luiz de Bragança. Depois de reabastecida, a coluna seguiu para o Cuamato Grande, «sempre debaixo de fogo e com algumas baixas», atingindo a embala do Calipalula, onde se construiu o Forte Nalueque, que marcou o fim da missão da coluna de operações (Martins, 1945, pp. 461-463).



Figura 5 – Oficiais que tomaram parte na Campanha do Sul de Angola – 1907  
(Ao centro sentado – TCor Alves Roçadas)

Fonte: Arquivo Histórico Militar, 1907.

O sucessor de Alves Roçadas como governador de Huíla foi o capitão de engenharia João de Almeida (Figura 6), era «um homem de dimensões diferentes», bem conhecedor da província, que tinha elaborado o plano de campanha da expedição ao Cuamato e comandado a campanha dos Dembos de 1907 (Pélissier, 1986, p. 213).

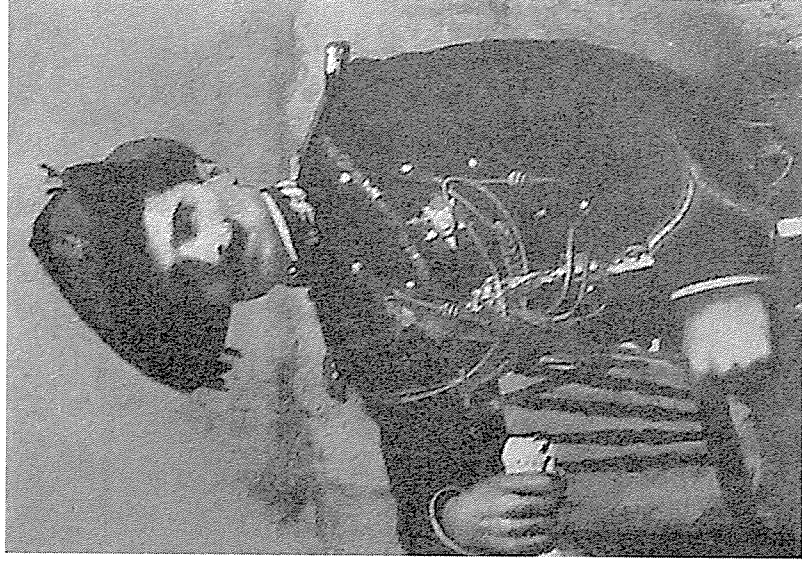
A expedição de 1907 transpôs o território dos Cuamatos cerca de 50 km,

«tendo ficado incompleta do ponto de vista internacional», porque não atingiu a linha de fronteira com a Damaralândia alemã (a sul) e com Barotze britânico (a leste), fundamental para garantir a «efetividade de posse» nos termos da Convenção de Berlim<sup>2</sup>.

Era determinante dar cumprimento às disposições da convenção e submeter os cuanhamas e evales, não atingidos pelas operações de 1907, e

<sup>2</sup> A Conferência de Berlim foi organizada pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, tendo participado a Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos, Suécia, Áustria-Hungria e Império Otomano. A questão mais importante para Portugal foi o conteúdo do Capítulo VI do Ato Geral de Berlim, com a «declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações na costa do continente africano sejam consideradas efetivas» (Instituto Diplomático, 2016).

os cuamatos que «já esquecidos do castigo de 1907, voltiam à tendência para a desordem e para a rapina, chegando este a ameaçar os próprios fortes de ocupação militar». Estas foram as circunstâncias que originaram as operações militares de 1908, comandadas por João Almeida nas quais se balizaram as cataratas de Ruacána, ponto de fronteira com a Damaralândia, e se estabeleceu um posto fortificado em Caiundo, na margem esquerda do rio Cubango (Martins, 1945, p. 465).



**Figura 6 – Capitão João de Almeida**

Fonte: Martins, 1945, p. 466.

Em 1909, João de Almeida conseguiu uma aliança com o soba do Cuanhama e a anuência dos sobas do Evale e construíram-se o Forte Cafu, na margem do rio Cunene, o Forte D. Manuel, no interior do Evale em Cuvelai e o Forte Henrique Couceiro, na Dombondola. Em julho do mesmo ano, comandou uma coluna de operações para o baixo Cubango, devido a notícias de atividade alemã na região, tendo construído fortes em Cuangar, Sâmbio, Dirico e Mucusso. Em quatro meses, João Almeida conseguiu ocupar a região

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

entre Massaca e Mucusso, uma extensão de mais de 700 km, praticamente sem combater (Martins, 1945, pp. 466-467).

João de Almeida comandou nova expedição em 1910, inaugurando o Forte de S. João do Pacolo a 1 de julho, garantindo a região dos Gambos. Nova expedição é constituída a 25 de julho para «castigar o genio do Cuamato» e, dois dias depois, começou a contruir-se o Forte de Otoquero, tendo-se pacificado a região. Voltou-se novamente para o Cuanhama e, em meados de agosto, uma pequena força marchou para Cafima, onde se iniciou a construção de mais um forte. Com este forte concluiu-se a rede de postos militares no sul de Angola, nomeadamente no Cuamato, no Evale e no Cubango e, por fim, construiu-se o Forte João de Almeida na confluência do Cuito com Cuninga.

“O Regimento de Infantaria Nº14, de Tavira a Viseu, teceu páginas do Portugal que somos, que tanto nos engrandece e cujos feitos se perpetuam na contemporaneidade.”

(O 14 de Infantaria, 2009)

## 2 ESTADO DA ARTE

No âmbito da temática em estudo interessa começar por fazer uma breve revisão do que foi escrito sobre a história do RI 14 e sobre as campanhas do Sul de Angola da I GM.

### **a. Regimento de Infantaria Nº 14**

O primeiro livro específico sobre a história do RI 14, *O Nº14 na Infantaria Portuguesa*, surge no mesmo ano e a propósito da inauguração das atuais instalações do regimento, em 10 de julho de 1951, pela mão do Capitão António José do Amaral Balula Cid. Este oficial, à época Chefe da Secção Técnica, foi encarregue pelo então comandante do RI 14, Coronel Coelho da Mota, de organizar um ficheiro onde constassem todos os oficiais que tinham passado pelo regimento desde 1842, data da sua organização na cidade de Viseu. O capitão foi mais ambicioso e contou a história do regimento desde 1801, abordando com algum detalhe, em meia dúzia de páginas, as campanhas do Sul de Angola (Cid, 1951, pp. 49-55).

Com este livro, o Capitão Balula Cid ganhou gosto pela investigação e pela escrita, tendo publicado várias obras sobre a história de regimentos e sobre a presença militar em Viseu e região envolvente. Como subsídio para a história militar da Beira Alta, escreveu, em 1957, um livro que aborda a história do regimento integrada com as outras unidades que estiveram localizadas na

cidade de Viseu, *Unidades de 1ª Linha de Infantaria que tiveram Quartel na Cidade de Viseu* (Cid, 1957). Nesta obra é replicada a mesma informação do livro anterior no que concerne às campanhas do sul de Angola.

Com o mesmo objetivo de contar a história do regimento, desde a sua criação e, em especial a partir de 1951, período não coberto pelo exemplar referido anteriormente, surge em 2009, sob coordenação do Major General Rui Moura, então Coronel comandante do regimento, o livro *O 14 de Infantaria*. Este livro aborda as campanhas em apreço com a mesma profundidade e detalhe dos livros do Capitão Balula Cid, com uma qualidade gráfica muito melhor e com recurso a mapas e imagens que enriquecem o texto (Moura & Dias, 2009, pp. 55-62).

Para se perceber o contexto do regimento e qual o seu legado e experiência em combate no início das campanhas, aborda-se de forma breve a sua história desde a criação, em 1806, até à sua projeção para Angola, em 1914, com recurso aos livros referidos e outros julgados pertinentes.

A Reforma do Exército Português de 1806 foi, na época, a maior reorganização depois de Conde de Lippe e traduziu-se numa enorme e inovadora reestruturação militar em termos de disposição territorial, uniformes, mas, principalmente, na organização hierárquica das unidades, com o aparecimento das divisões e brigadas, logo na estrutura de tempo de paz, e na designação dos regimentos (Selvagem, 1994, p. 495). Os regimentos deixaram de ser intitulados pelo nome do seu comandante ou localidade onde estavam implantados e passaram a ser numerados. O Exército foi organizado em 24 regimentos de infantaria, numerados de 1 a 24, distribuídos aleatoriamente por três divisões: Norte, Centro e Sul (Centeno, 2008, pp. 79 - 82).

Assim, é criado em Tavira o RI 14 que, pouco tempo depois, combateu na Guerra Peninsular, onde se destacou nas Batalhas do Bussaco, Albuera e Vitória, entre outras. Seguiram-se as lutas entre miguelistas e liberais, nas quais o 14 combateu por D. Miguel e, três anos após o fim da guerra civil, a reestruturação de 1837 extinguiu os regimentos de infantaria, passando a constituir 30 batalhões de infantaria. Em 1842, um novo plano de reestruturação do Exército volta a instituir os regimentos e o Batalhão de Infantaria Nº 24, aquartelado em Viseu, passa a designar-se RI 14, localizado nesta mesma cidade (Cid, 1951, pp. 7-33).

Durante as lutas partidárias o regimento foi fiel a D. Maria II e, após a implantação da república, em 1910, o regimento manteve-se ao lado dos republicanos (Moura & Dias, 2009).



No período de 1852 a 1911, o Exército Português foi sujeito a várias reorganizações, mudando os quantitativos dos regimentos de infantaria e, consequentemente, as suas designações (número) e localizações (Cid, 1951). No entanto, o RI 14 preservou a designação e localização até à atualidade.

#### **b. Campanhas do Sul de Angola da I GM**

Com exceção de alguns livros publicados pelos intervenientes, após 1918 e até meados do século XX, de «uma exuberância que só pode ser desejo de justificar a derrota que os Alemães infligiram às tropas portuguesas» (Pélissier, 2003, p. 232), as Campanhas do Sul de Angola e Norte de Moçambique foram menos estudadas e têm sido pouco afloradas nas obras contemporâneas de história militar. De seguida, apresentaremos as obras consideradas relevantes que abordam a Campanha no Sul de Angola.

*O Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914*, disponível para consulta em versão original no AHM<sup>3</sup> e publicado em livro em 1919, é uma fonte incontornável para quem estuda estas campanhas, sendo uma referência para quase todas as obras sobre esta temática. Este é um relato oficial produzido pelo comandante das forças em operações, bastante detalhado e que aborda toda a campanha, no entanto, «não com aquela forma austera e seca [...] que os regulamentos determinam» mas que pretende ser «uma narrativa [...] emoldurada numa sucessão de factos que [...] constituem o mais belo testemunho do que tem sido a obra nacional deste paiz» (sic) (1919). A sua leitura pode ser complementada pelo *Esclarecimento do Coronel Alves Roçadas sobre o seu Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914*<sup>4</sup>, de 21 de fevereiro de 1915, onde reforça e justifica algumas das suas declarações. Trata-se duma narrativa onde se nota o orgulho e paixão do autor, tendo sido o documento oficial que o comandante do corpo expedicionário entregou a quem o enviou. O seu detalhe, em termos da descrição da operação, permite retirar dados fidedignos relativamente ao empenhamento do Batalhão do RI 14 durante as operações.

O livro de 2011, *O Sul de Angola no início do século XX*, revela-se uma fonte de real importância para esta investigação porque consiste na publicação dos cadernos de guerra do Major Alberto Salgado. Abordam dois períodos em que esteve em campanhas em Angola na região do Cunene: a primeira, como capitão em 1904-05; e a segunda, em 1914-15, como major comandante

---

<sup>3</sup> AHM 2/2/041/011

<sup>4</sup> AHM 2/2/044/001

de Batalhão, inicialmente do RI 14 e, posteriormente, do RI 18 (2011). Estes cadernos, redigidos durante as campanhas, demonstram a vivência do autor e, não tendo sido escritos com o intuito de serem publicados, mostram agruras, dificuldades e dúvidas, mas também as certezas e esperanças que acompanharam o oficial durante o seu tempo de serviço. Permitem ter uma visão do quotidiano da unidade e da tipologia de missões que lhes eram solicitadas.

O Tenente Ernesto Moreira dos Santos, que durante as campanhas era o soldado nº 359 do 2º Pelotão da 9ª Companhia do RI 14, publica em 1957 o livro *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos*, que é um registo de memórias sobre a sua vivência dos acontecimentos. Este livro apresenta a perspetiva de um soldado que, apesar de se ter tornado oficial, apresenta uma visão das bases que as outras obras sobre esta temática, escritos por oficiais, não o fazem. Relata as agruras das longas marchas e de operar num território inóspito e com um clima ao qual as tropas portuguesas não estavam habituadas. O soldado, que conta ter adoecido por duas vezes, tomou parte no combate de Naulila, participando na defesa do posto e relata, na primeira pessoa, o desenrolar dos acontecimentos, podendo atestar a ação do seu comandante de pelotão, Tenente Marques, tendo ambos sido capturados pelos alemães. O livro aborda o período em que foi prisioneiro, que o autor também descreve com algum pormenor e termina com o regresso à Metrópole (1957). Trata-se duma fonte que relata uma parte da campanha na primeira pessoa, escrito a *posteriori* dos acontecimentos, numa fase tardia da vida do autor. Não pretendendo ser um relato heroico da sua ação, permite-nos extrapolar e retirar ideias de como era a vivência dos restantes soldados do Batalhão.

O livro do General Ernesto Machado, Tenente e Sub-Chefe de EM das Forças em Operações no Sul de Angola, *No Sul de Angola*, de 1956, é um relato extensivo das campanhas de quem tinha acesso a toda correspondência que era trocada para as subunidades (1956). A publicação data de 1956, ano em que muitas das fontes existentes no AHM e consultadas nesta investigação, foram oferecidas ao AHM pelo autor. Este relato, baseado na experiência e visão do escritor, tenta ser uma descrição desapaixonada, baseada na documentação, por parte de quem viveu a campanha como elemento do comando do corpo expedicionário.

O Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato durante as campanhas, em 1934, publicou o livro *Investidas Alemãs ao Sul de Angola*, que traça um retrato dos acontecimentos relacionados com as campanhas no

Sul de Angola, desde a caracterização da área de operações, sequência dos empenhamentos com as forças alemãs, reconquista dos territórios perdidos, e até à sentença arbitral entre Portugal e Alemanha. O autor pretendeu que fosse uma narrativa que «revela manchas, mas que também foca heroísmos e ilumina virtudes» (1934). Tem como mais-valia ser um relato de quem vivenciou os acontecimentos, ocupando um cargo de responsabilidade e a riqueza de apresentar várias declarações retiradas de jornais da época, alguns alemães, como a descrição do combate de Naulila do Dr. Wágner, a veteranos portugueses, como as declarações dos Tenentes Marques e Aragão, prisioneiros na sequência dos combates de 18 de dezembro de 1914.

Sobre a campanha existem também publicações que, não sendo fontes, são estudos detalhados que muito contribuem para um entendimento global da campanha. Em 1922, o Capitão Augusto Casimiro publica *Naulila* que, exceção feita ao relatório do TCor Alves Roçadas, foi o primeiro relato pormenorizado publicado sobre o combate de Naulila, bem como acontecimentos que o antecederam e sucederam. Desde a sua edição, este livro é citado em praticamente todas as obras desta temática e refere, na sua descrição, as forças do RI 14 nos momentos em que tiveram ação (1922). Na mesma linha, o General Santos Correia no seu livro *Ngiva, Campanha do Sul de Angola de 1915, Seus antecedentes- Naulila*, de 1943, também aborda o período de permanência do Batalhão do RI 14 em Angola, focando-se mais na 2.ª Expedição comandada pelo General Pereira D'Êça (1943).

Não sendo específicos das campanhas em Angola de 1914/1915 mas abrangendo os quatro anos da I GM nas duas províncias africanas, há ainda dois livros a referir, espaçados de quase 80 anos: O livro do General Gomes da Costa, de 1925, *A Guerra nas Colónias*, que sumariza as campanhas que os portugueses fizeram de 1914 a 1918, nas duas costas africanas, dedicando 14 páginas à expedição do TCor Alves Roçadas (1925, pp. 51-65); O livro de Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, de 2004, que contraria a tendência generalizada atual de focar a investigação na participação portuguesa na Flandres, aparecendo como «uma lufada de ar fresco» no que concerne aos estudos contemporâneos das campanhas africanas. Apesar de dedicar apenas oito páginas às duas expedições a Angola, faz um retrato da participação portuguesa nestes territórios, explicando o contexto em que estas se enquadraram, e dos aspetos relacionados com o quotidiano dos soldados (2004, pp. 136-143).

As obras referidas apresentam as campanhas no Sul de Angola de 1914/15, com graus de profundidade diferentes e abordando com maior ou

## O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14 NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

menor detalhe a ação do Batalhão do RI 14, contudo não se focam apenas na ação do mesmo e não analisam de forma sistematizada a sua participação, pelo que a presente investigação pretende apresentar contributos para o conhecimento nesse sentido.

De seguida, com base nos livros indicados, nas fontes recolhidas no AHM e no ArqGEx, e restante bibliografia, traçaremos uma descrição geral da participação do Batalhão nas campanhas, para servir de base à posterior análise das várias dimensões em estudo.

Em 19 de agosto de 1914, foi difundido convite a quem quisesse voluntariamente servir no Batalhão de Infantaria organizado no RI 14, que integrou o Corpo Expedicionário destinado a Angola. Dois dias depois começou a constituir-se o 3.º Batalhão Expedicionário à custa de militares de quase todos os Regimentos de Infantaria e, em fins de agosto, o Batalhão comandado pelo Major Alberto Salgado estava completamente organizado em quatro companhias. A 9.ª Companhia era comandada pelo Capitão Artur Homem Ribeiro, a 10.ª pelo Capitão José da Fonseca Lebre, a 11.ª pelo Capitão António Lopes Mateus e a 12.ª pelo Capitão Aristides Rafael da Cunha (Moura & Dias, 2009).

A 2 de setembro, a Secção de Quartéis rumo a Lisboa e, a 8 e 9 do mesmo mês, partem as companhias em comboios especiais (Figura 7) (Cid, 1951). No dia 11 de setembro, após desfile «rio abaixo», aclamado pela população de

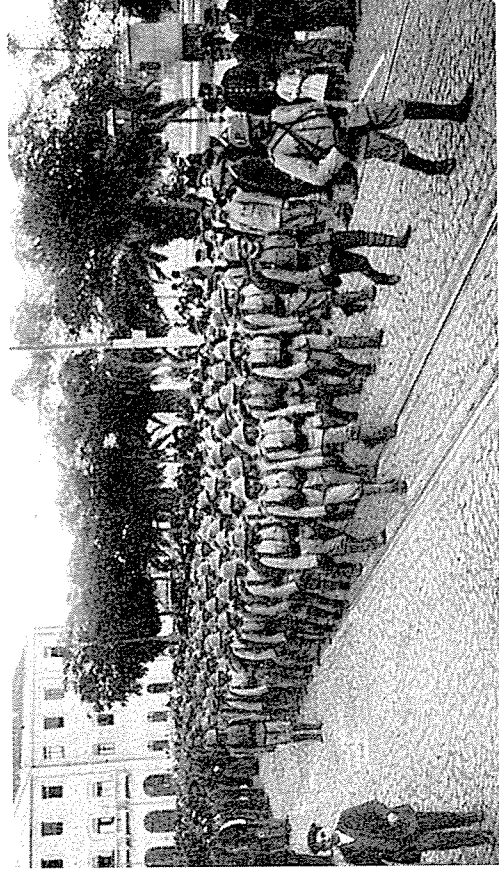


Figura 7 – O Batalhão de Infantaria 14 na estação de Santa Apolónia, Lisboa

Fonte: Ilustração Portuguesa Nº 448, 1914, p. 375

Lisboa, todo o Corpo Expedicionário embarca no Cais de Santa Apolónia, a bordo do vapor *Moçambique*, da Empresa Nacional da Navegação, assim transformado em navio de guerra com a capacidade de transporte de 1300 passageiros e várias toneladas de carga (Roçadas, 1919, p. 101).

Apesar de o navio ter chegado a Moçâmedes a 1 de outubro (Figura 8), o Batalhão só desembarcou uns dias depois, após ter sido encontrado alojamento na cidade (Roçadas, 1919). A expedição deslocou-se para Lubango e o seu comandante, TCor Alves Roçadas, tomou posse do governo de Huíla, a 18 de outubro, na véspera do «incidente de Naulila», no qual um Destacamento de Dragões, comandado pelo Alferes Sereno, abriu fogo sobre uma delegação alemã. Esta ação teve repercussões graves para as tropas portuguesas e as represálias alemãs fizeram-se sentir logo a 31 de outubro, com o ataque e saque ao posto militar do Cuangar e a outros quatuor postos da mesma região, ao longo do Rio Cubango, dos quais resultaram baixas militares e civis, incluindo crianças (Exército Português, 1994). As retaliações alemãs não ficariam por aqui, para infelicidade dos militares do RI 14, em especial das 9.ª e 12.ª Companhias, que combateram em Naulila.

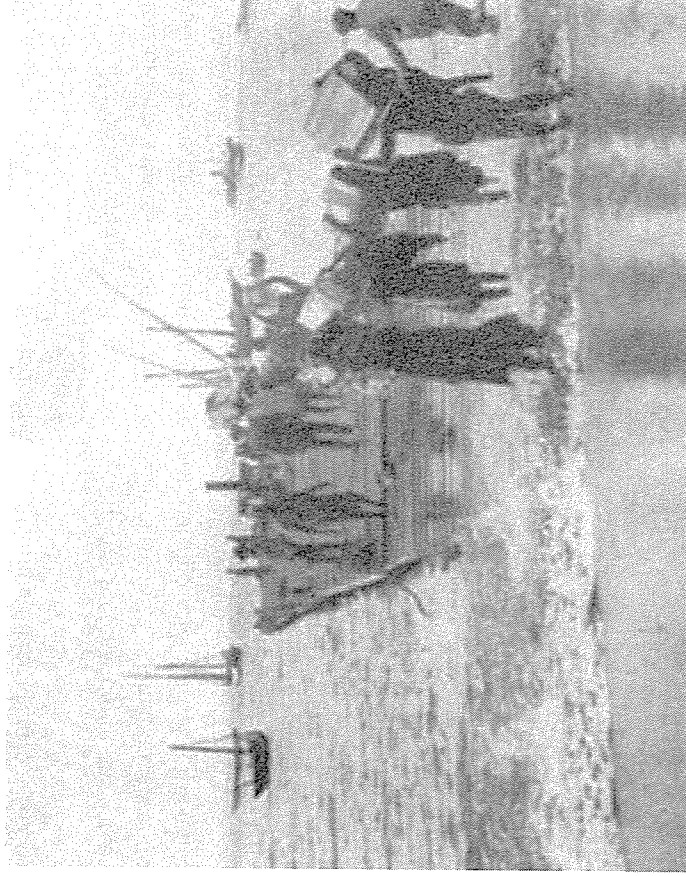


Figura 8 – Desembarque em Moçâmedes

Fonte: Martins, s.d..

Em Lubango, o TCor Alves Roçadas constatou que o Batalhão demonstrava ainda falta de homogeneidade, devido ao pouco tempo em que a unidade foi reunida e os militares serem provenientes de muitas unidades diferentes. A 1 de novembro, foi organizada a *Força em Operações no Sul de Angola*, com pouco mais de 2 500 homens, e foi dada a ordem ao Major Salgado para comandar um destacamento de cerca de 900 homens para o Cunene, composto pelo Batalhão do RI 14, com exceção da 10.<sup>a</sup> Companhia e reforçado com o 1.º Esquadrão de Dragões<sup>5</sup> e a Bateria Erahdti<sup>6</sup> (Roçadas, 1919).

A marcha do destacamento para Sul foi difícil devido a falta de água, deficiência de alguns géneros, material de bivaque reduzido e falta de pão. Ernesto dos Santos caracteriza a mesma do seguinte modo: «O percurso foi doloroso. Não foi a marcha diária de 25 a 30 quilómetros, numa extensão de mais de 400<sup>7</sup>, sobre caminhos arenosos, a pé, equipados com toda a indumentária da infantaria [...], foi a sede, a horrível sede que nos fazia inchar a língua, provocando uma péssima respiração» (1957, p. 55).

Apesar das dificuldades, o destacamento atingiu Forte Roçadas a 17 de novembro (Cid, 1951). A 9.<sup>a</sup> Companhia e, posteriormente, a 12.<sup>a</sup> Companhia foram enviadas para Naulila, a 11.<sup>a</sup> Companhia foi incumbida da vigilância de Otchinjau e Ediva e Major Salgado com a 10.<sup>a</sup> Companhia ficaram localizados em Calueque (Salgado, 2011) (Figura 9).

Na ordem número 13 de 26 de novembro<sup>8</sup>, o comandante das forças deu ordens precisas sobre a não-beligerância com a Alemanha, dizendo que «se deve partir do princípio que Portugal não está em guerra com a Alemanha», e que seriam punidos os que penetrassem em território alemão, «os elementos de segurança não devem passar além [...] da fronteira do Cuamato» e os auxiliares em vigilância na margem direita do Cunene, «não hostilizarão quaisquer forças alemãs».

No entanto, as forças alemãs aproximavam-se e, em 13 de dezembro, o Major Salgado recebeu informação<sup>9</sup> do comandante do destacamento de Naulila que «Forças alemãs a cavalo [...] fizeram ontem fogo sobre o esquadrão de dragões [...] Os alemães estavam às 19h de ontem acampados a O de Morros, na margem esquerda do Cunene, julgando o comandante do esquadrão pela vivesa do tiroteio que o efetivo d'eles não é pequeno» (sic).

---

<sup>5</sup> Cavalaria

<sup>6</sup> Obus de Artilharia de Montanha

<sup>7</sup> Segundo Balula Cid, 300 km

<sup>8</sup> AHM 2/2/022/003 (Anexo A)

<sup>9</sup> AHM 2/2/023/002

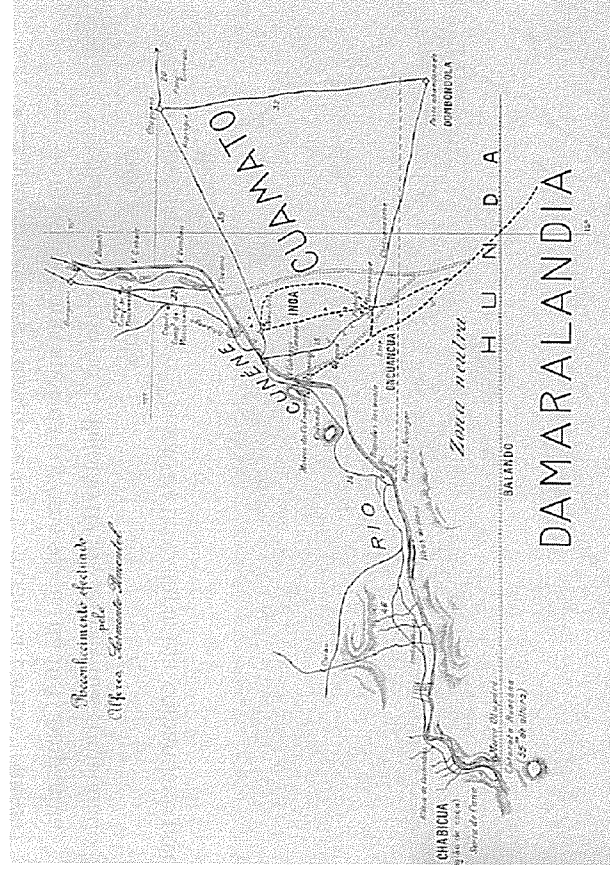


Figura 9 – Mapa de África em 1914

Fonte: Teixeira, 1935.

A missão do destacamento do Major Salgado, definida nas instruções de 15 de dezembro<sup>10</sup>, era «defender os vãos do Calueque e Nangula e opor-se ao avanço do inimigo pela margem direita do rio Cunene na direção de Naulila e Dongoena». Nas mesmas instruções recebeu indicações sobre o emprego da artilharia e como e onde proceder ao reabastecimento.

Em 16 de dezembro, o 1.º Pelotão da 9.ª Companhia, comandado pelo Alferes Figueiredo, saiu de Naulila para os vãos de Cabelo e Catangombe (entre Naulila e o Vale de Nangula)<sup>11</sup>, ficando a 9.ª Companhia resumida a dois pelotões.

Na manhã de 18 de dezembro de 1914, a defesa de Naulila estava organizada da seguinte forma<sup>12</sup> (Figura 10):

- Lado menor: flanco direito - dois pelotões e uma secção da 12.ª Companhia; flanco esquerdo – a Bateria Erhardt, com o apoio de 1.ª Secção da 12.ª (à direita da bateria).

<sup>10</sup> AHM 2/2/023/002 (Anexo B)

<sup>11</sup> AHM 2/2/022/005

<sup>12</sup> AHM 2/2/021/012 (Anexo C)

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

- Lado maior: flanco direito - a 16.<sup>a</sup> Companhia; centro - bateria de metralhadoras apoiada por uma secção da 16.<sup>a</sup> Companhia e flanco esquerdo - o 3.<sup>o</sup> Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, comandado pelo Alferes Pizarra.
- Defesa próxima: o 2.<sup>o</sup> Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, comandado pelo Tenente Marques.

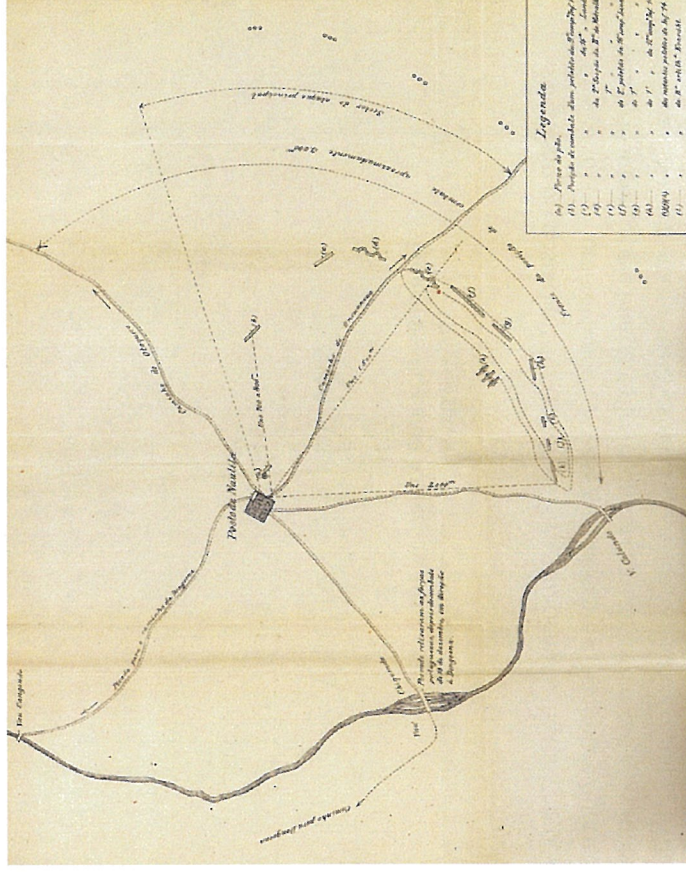


Figura 10 – Posições de combate em Naulila

Fonte: Roçadas, 1919.

Naulila não dispunha de organização do terreno que permitisse uma defesa eficaz, como trincheiras ou obstáculos de arame, apenas uma rudimentar preparação defensiva que não foi capaz de suportar o ataque alemão, menos de dois meses depois do incidente de Naulila (Exército Português, 1994). O ataque alemão iniciou-se no dia 18, às 5h00, incidindo sobre o flanco esquerdo da posição, onde estava o 3.<sup>o</sup> Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, comandado pelo Alferes Pizarro. A artilharia inimiga começou a atingir o forte, que se transformou num enorme brasero.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> AHM 2/2/021/012



Às 5h, o destacamento do Major Salgado ouviu os primeiros tiros de artilharia em Naulila e, passados dez minutos, o pelotão da 15.<sup>a</sup> Companhia Indígena, que protegia o Vau de Nangula, foi atacado. O Major Salgado ordenou um reconhecimento à margem esquerda, para verificar o estacionamento dos alemães, tendo sido constatado que estava guarnecido por homens a cavalo. Às 8h, o destacamento recebeu a ordem para atacar o estacionamento, o que foi feito imediatamente com um pelotão de infantaria e um pelotão de cavalaria, comandados pelo Comandante da 10.<sup>a</sup> Companhia, Capitão Lebre (Salgado, 2011, p. 135).

Esta força foi avançando não tendo tido contato com os alemães, como expressa o relatório do Alferes Matos<sup>14</sup>, comandante do pelotão da 10.<sup>a</sup> Companhia,

«[...] foi reconhecido todo o acampamento inimigo e todos os caminhos que se dirigem para o sul, até uma distância de 2 km, que foram certamente os utilizados pelo inimigo para a sua retirada [...] Nesta mesma ocasião retirei para junto do vau Calueque, visto não ter tido contacto com o inimigo» (sic).

No final da manhã, o Major Salgado recebeu uma ordem verbal do comandante das forças, através de um soldado de dragões, para retirar sobre Dongoena (Salgado, 2011, p. 136) e emitiu a ordem de marcha<sup>15</sup> às 11h35 com o seguinte fim: «O destacamento tendo ameaçadas as suas comunicações sobre Dongoena e Humbe, retira sobre a Dongoena para operar a essa junção».

Em Naulila, alguns militares abandonaram as suas posições prematuramente e outros bateram-se estoicamente e sofreram pesadas baixas, contudo, as forças portuguesas foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte e capturado vários militares, como o Tenente Marques, comandante do 2.º Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia e 51 praças do RI 14<sup>16</sup>. Como resultado do combate, morreram o comandante da 9.<sup>a</sup> Companhia, Capitão Artur Homem Ribeiro, e 33 praças do Batalhão do RI 14, das 9.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> Companhias.

O Coronel António Lopes Mateus, na altura comandante da 11.<sup>a</sup> Companhia, no prefácio do livro do Tenente Ernesto Moreira Santos, refere que em Naulila havia um «manifesto desequilíbrio de forças empenhadas na luta; os alemães dispunham de um mais elevado número de combatentes, com superior armamento» (Santos, 1957).

---

<sup>14</sup> AHM 2/2/023/002

<sup>15</sup> AHM 2/2/023/002 (Anexo D)

<sup>16</sup> AHM 2/2/022/002

No entanto, ainda que houvesse uma grande desproporcionalidade do potencial relativo de combate, de 8 000 tropas alemãs para 2 000 portuguesas, o desfecho poderia ter sido outro se as regras de empenhamento emanadas de Lisboa não tivessem sido tão restritivas. Como Portugal e a Alemanha não estavam formalmente em guerra, as indicações eram para que não se atacassem as forças alemãs, apesar destas terem invadido o território português com o conhecimento da expedição portuguesa, que até monitorizou o seu avanço. As forças remeteram-se a uma atitude defensiva que teve efeitos nefastos para a expedição do TCor Alves Roçadas, de que é exemplo o «desastre de Naulilla» e que originou o abandono dos fortes nas margens do rio Cunene e a subsequente revolta generalizada dos indígenas (Martins, s.d.).

Em 27 de dezembro, o comandante da expedição emitiu uma ordem para estacionamento<sup>17</sup> com objetivo de «ocupar defensivamente a linha Pocolo-Gambos-Capelongo a fim de deter qualquer avanço de forças inimigas». O 3.º Batalhão, com exceção da 9.ª Companhia que marchou para Pícolo, estacionou no Forno da Cal até chegada do Batalhão de Marinha, após o que marchou para Chibemba (Gambos).

Depois de Naulilla, o TCor Alves Roçadas pediu a exoneração do cargo, não tendo sido aceite pelo governo mas, com autorização de envio de mais tropas para Angola, a juntarem-se à 1.ª Expedição, as forças expedicionárias aumentaram para cerca de 9 000 homens. Assim, foi decidido enviar um oficial de maior patente, tendo a escolha recaído no General Pereira D'Eça, que acumularia com o cargo de Governador da Província, tendo assumido funções em março de 1915 (Martins, 1945).

O Batalhão deslocou-se para os Gambos (Anexo F – Mapa com localização das forças da 1ª expedição), onde ficou de dezembro de 1914 a maio de 1915, tendo sido um período duro, devido à seca que massacrava o sul de Angola, e falta de equipamento, fardamento e reabastecimento. A seca, a insurreição dos indígenas e consequente incapacidade de fazer reconhecimentos para verificar quais as áreas ocupadas pelos alemães, bem como a falta de tropas menos desgastadas, adiou a ofensiva para Sul para recuperar o território perdido (Salgado, 2011).

Pouco mais de um mês após a chegada do General Pereira D'Eça, a 28 de abril, o TCor Alves Roçadas regressou à metrópole e o Major Salgado assumiu o comando das forças nos Gambos mas, no início de maio, o Batalhão deslocou-se para Chibibia. O estado de saúde do pessoal do Batalhão era de tal modo grave que foi reunida uma junta médica para avaliar a condição dos militares,

---

<sup>17</sup> AHM 2/2/023/002 (Anexo E)

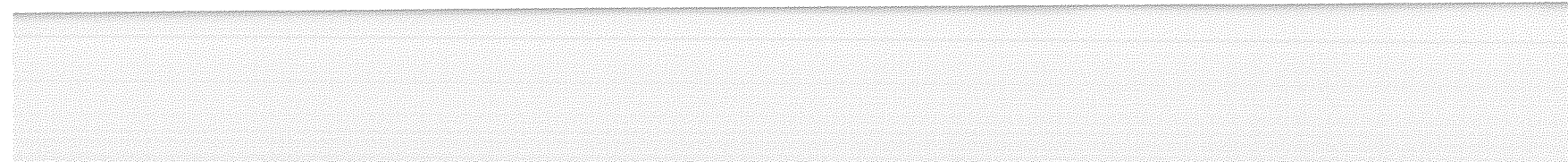
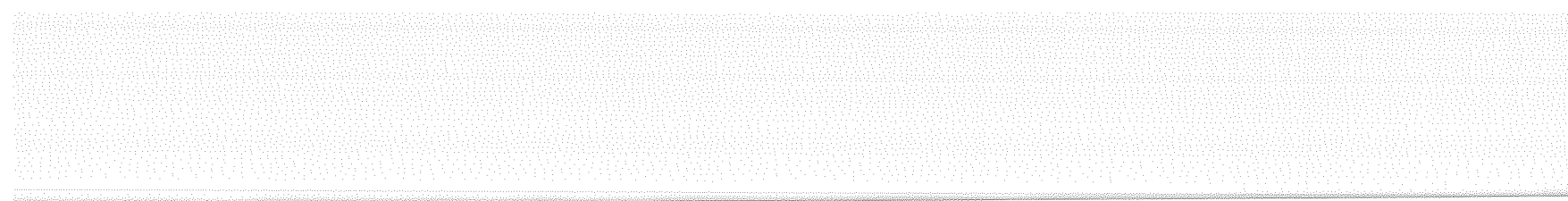
concluindo que mais de 70 % estavam incapazes para o serviço, aumentando o número de mortes diariamente (Salgado, 2011).

Em 17 de junho de 1915, o Major Alberto Salgado assumiu o comando do 3.º Batalhão do RI 18, passando o Batalhão a ser comandado interinamente pelo Capitão Jorge Frederico Velez Carozo<sup>18</sup>. Tal como o Major Salgado, individualmente houve outros militares que continuaram no teatro, como por exemplo o Capitão Lopes Mateus, que foi comandante de companhia também no Batalhão do RI 18 e que integrou o destacamento do Cuamato (Salgado, 2011).

De Chibia o Batalhão deslocou-se para Lubango e por fim Moçâmedes, onde começou a embarcar para a metrópole em princípios de agosto, tendo terminado a sua participação nas Campanhas do Sul de Angola da I GM (Cid, 1951).

---

<sup>18</sup> AHM 2/2/042/015



# PROCEDIMENTO

## 3 METODOLÓGICO

### a. Modelo de Análise

Para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a totalidade do sistema que produz um resultado ou um efeito é consequência de uma combinação complexa entre Doutrina, Organização, Treino, Liderança, Material, Pessoal, Infraestruturas, Interoperabilidade, com o objetivo de obter o fim desejado (NATO, 2006).

Concomitantemente, em termos nacionais, capacidade militar é um conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes da doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (MDN, 2011). Na mesma linha, o modelo norte-americano DOTMLPF (*Doctrine, Organizations, Training, Material, Leadership and education, Personnel e Facilities*) é uma forma sistematizada de analisar capacidades, sendo conduzida de forma cíclica e com vista à inovação e melhorias (US Army, 2005, p.4.4).

Para caracterizar a participação do 3.º Batalhão do RI 14, percebendo *Como foi influenciada a participação do Batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?*, utilizou-se o modelo de análise de capacidades militares DOTMLPF (Figura 11). Assim, pretendeu-se sistematizar a análise das fontes e validar a hipótese que se considera, ou seja, que a falta de preparação

para o terreno e inimigo, e as condições ambientais às quais os militares do Batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do batalhão. Dado o seu empenhamento, considerou-se que a ação do Batalhão contribuiu significativamente para a campanha.

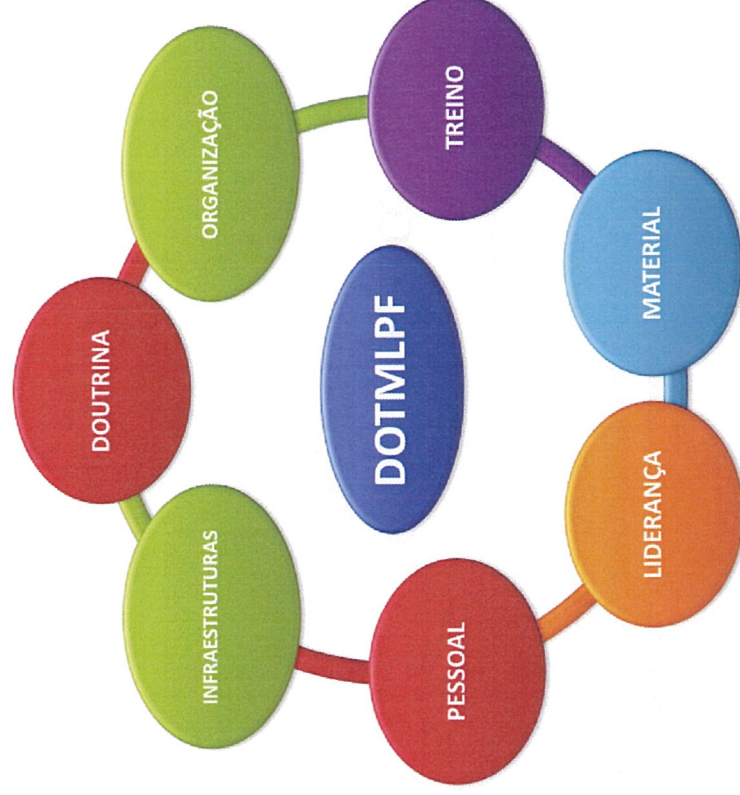


Figura 11 – Modelo DOTMLPF

Fonte: Autor, 2014.

As várias dimensões do modelo DOTMLPF detalham-se de seguida (GPEx, 2013, pp. 53-66):

(1) Doutrina

Conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares no cumprimento da missão operacional do Exército e na prossecução dos objetivos nacionais. Têm caráter imperativo mas exigem julgamento na aplicação (PAD 320-01, 2008, pp. 1-2).

Com a análise da doutrina pretende-se compreender qual o enquadramento doutrinário da campanha, nomeadamente perceber qual

a doutrina de emprego do Exército Português em 1914 para os Corpos Expedicionários, sua atualidade em termos táticos e adequabilidade ao teatro de operações de Angola.

## (2) Organização

Forma de estrutura organizacional tradicional com estruturas hierárquicas de dependência (PMBOK, 2008, p. 436).

Esta dimensão visa investigar como o Batalhão estava estruturado e de que forma a sua organização condicionou a ação do mesmo.

## (3) Treino

Processo de organização das situações de aprendizagem específicas da instituição que consiste na aplicação prática e sistemática dos conhecimentos adquiridos e cuja finalidade é a manutenção e aperfeiçoamento das capacidades/competências obtidas (RGIE, 2002, p. 5).

Tendo em conta a máxima comumente empregue no seio militar, «treina como combates, combate como treinaste», procura-se entender como é que o Batalhão se preparou para a missão, em termos do treino das técnicas, táticas e procedimentos para fazer face ao terreno, inimigo e condições meteorológicas que iriam enfrentar no Sul de Angola.

## (4) Material

Conjunto de artigos usados por uma organização em qualquer projeto, tais como equipamentos, aparelhos, ferramentas, máquinas e outros materiais diversos (PMBOK, 2008, p. 438).

Esta componente visa perceber quais as principais dificuldades de limitações do Batalhão em termos de material e qual a sua influência para a sua ação.

## (5) Liderança

Processo de influenciar outros a perceber e a concordar sobre o que é necessário fazer e como devemos fazê-lo eficazmente, é o processo de facilitação dos esforços individuais e coletivos para realizar os objetivos partilhados (Yuki, 2002, p. 7).

Pretende-se identificar a liderança de topo do Batalhão, nomeadamente os oficiais e perceber a carreira do comandante de Batalhão e comandantes

Companhia, antes e depois das campanhas. Ou seja, verificar em que medida se manifestou a sua ação de comando, bem como dos comandantes de pelotão e conseqüências para a conduta durante a campanha.

(6) Pessoal

Conjunto de pessoas ao serviço da organização como veículo de melhoria contínua da eficácia e da eficiência desta (NP 4427, 2004). Pessoas que participam nas organizações e que nelas desempenham determinados papéis (Chiavenato, 2008).

Esta análise do pessoal propõe entender quais os efetivos do Batalhão e qual o desempenho do pessoal nos empenhamentos táticos, baixas por combate e doença, assim como dificuldades e privações dos militares do RI 14 em Angola.

(7) Infraestruturas

Conjunto de atividades exercidas no sentido de dotar todos os intervenientes com as instalações necessárias. Relaciona-se com a conceção, construção, remodelação, manutenção, operação e disposição de instalações para projeção, acomodação, instalação, sustentação e retração das forças (PDE 4-00, 2007, p. 4\_2).

A análise das infraestruturas tem como objetivo identificar como os militares viviam no teatro de operações, como o terreno se encontrava preparado e implicações para o desenrolar da campanha.

**b. Análise das Fontes**

O corpo central de fontes analisado consistiu em fontes arquivísticas, obras escritas por intervenientes nas campanhas e imprensa escrita da época, complementado por bibliografia relacionada com a temática em estudo.

As fontes arquivísticas foram recolhidas do ArqGEx, AHM e BE. Do ArqGEx analisaram-se as Folhas de Matrícula do comandante de Batalhão e dos comandantes de Companhia<sup>19</sup>. Na 2.ª secção (Angola) da 2.ª Divisão do AHM, foi recolhida informação de documentos vários, nomeadamente relatórios, correspondência trocada (telegramas, notas, informações), ordens, ordens de

---

<sup>19</sup> A Folha de Matrícula de Capitão José da Fonseca Lebre, comandante da 10ª Companhia, não foi consultada porque não foi localizada no ArqGEx.



serviço, etc., que se encontram em 25 pastas distribuídas por 13 caixas. Da BE<sup>20</sup> foram consultadas as Ordens do Exército (OE).

As Folhas de Matrícula são valiosos elementos de informação sobre as carreiras dos oficiais estudados e, até agora, não foram tomadas públicas, exceção da do Capitão Homem Ribeiro no livro *O 14 de Infantaria*. A informação recolhida nas várias caixas do AHM, são uma importante fonte, na generalidade desprovida de sentimento, apesar de não totalmente ausente, como por exemplo no *Relatório do Comandante do Posto de Naulila* no dia do combate. Alguns dos intervenientes basearam-se em parte desta informação para escreverem os seus livros, no entanto, informação específica relacionada com o RI 14 não foi encontrada em obras anteriores. As OE são uma fonte fidedigna oficial, totalmente isenta, que têm o único senão o hiato de tempo que por vezes existe, entre a data da implementação de uma ação ou acontecimento e a data de publicação em OE.

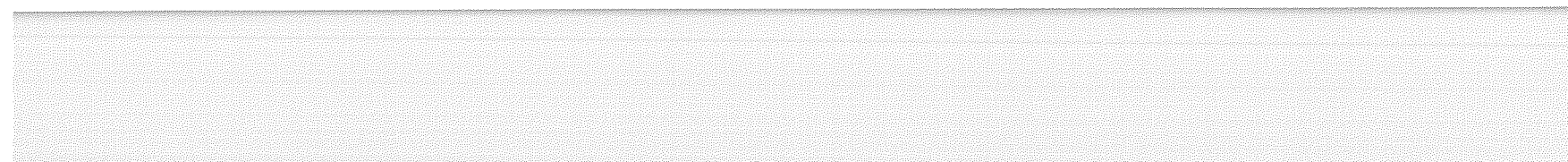
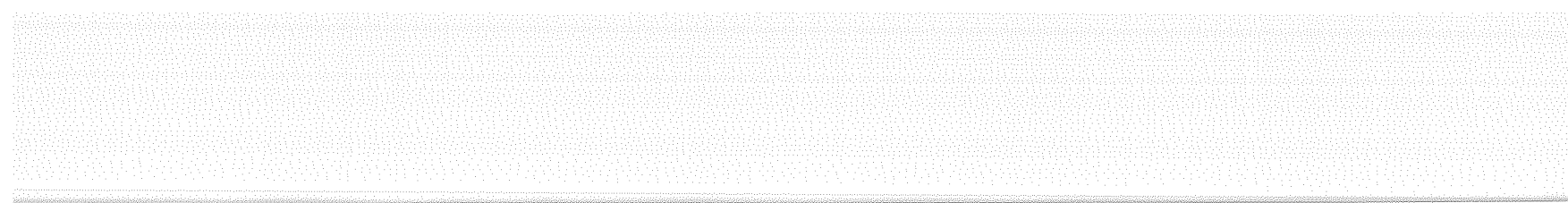
As obras escritas por intervenientes, dependendo da data de publicação com um cariz maior ou menor de memórias, consistem: no relatório oficial do comandante da expedição, TCor Alves Roçadas publicado em livro em 1919; os cadernos do Major Alberto Salgado, comandante de Batalhão, editados em 2011; o livro do Major António Fernandes Varão, de 1934, capitão-mor do Cuamato; o livro do General Ernesto Machado, de 1956, sub-chefe de EM das forças em operações no sul de Angola e o livro do Tenente Ernesto Moreira Santos, de 1957, soldado do 2.º Pelotão da 9.ª Companhia RI 14.

Estas obras são fontes ricas em informação e detalhes mas, sendo encargo dos responsáveis diretos, podem ser pouco críticos dos factos e da ação dos próprios, assumindo um cariz pessoal e espelhando uma visão apaixonada dos acontecimentos. Por vezes empregam uma retórica de carácter nacionalista e de culto de heróis, muito frequente na historiografia do Estado Novo. Têm a vantagem de deixar transparecer os sentimentos na altura, o quotidiano da vida nas campanhas e as dificuldades que daí advinham.

A imprensa da época, nomeadamente a *Ilustração Portuguesa*, o jornal *A Capital* e o jornal *O Mundo*, à semelhança do que, por vezes, acontece atualmente, é algo sensacionalista e inflamado de valores nacionais. Contudo, relativamente à imagem, fotografia e mapas, é uma importante fonte para ilustrar alguns aspetos das campanhas e seus intervenientes e de como os civis na metrópole sentiam as campanhas.

---

<sup>20</sup>A quase totalidade as fontes publicadas em livros e outra bibliografia, escrita até meados do século XX, foram requisitados na BE.



«A lição dos factos, em paizes de gente inteligente e hábil, é sempre proveitosa: a lição que as campanhas d’Africa nos fornece sirva também, entre nós, para se tratar a sério da organização militar (...), preparando o Exercito para o seu fim exclusivo, para a missão mais levantada e mais nobre do homem, – a Guerra! (sic)»

(Costa, 1925, p. 9)

## 4 ANÁLISE

### a. Doutrina

O Exército Português foi sujeito a uma reorganização republicana em 1911, contudo, essa reorganização não se traduziu numa inovação doutrínária. Desde 1908 que não havia qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento que obrigasse a alterações doutrínárias, mantendo-se a doutrina da monarquia. O Exército estava desatualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar ou às práticas usuais na guerra entre grandes poderes porque se afastou por completo das operações normais na Europa (Telo, 2013, p. 13).

Antes da expedição e após as campanhas de pacificação de finais do século XIX e início do século XX, a presença militar portuguesa, em Angola, assentava na ocupação de postos fronteiriços, maioritariamente com indígenas, limitando-se a tática militar à organização de colunas, que se deslocavam para o interior com o objetivo de conquistar território ou infligir castigos aos gentios revoltados (Arrifes, 2004, pp. 64, 68).

A doutrina nacional de nível tático era orientada para a ofensiva, baseando-se no princípio do ponto decisivo, ou seja, que para se obter sucesso na guerra era necessário exercer uma ação desigual sobre o inimigo, de forma a concentrar maiores efetivos num ponto julgado decisivo, só possível com operações ofensivas (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906, p. 186).

Não existia, portanto, doutrina para as expedições, ou seja, não existia um regulamento colonial de campanha que definisse o inimigo e como o enfrentar, a manobra logística ou detalhes de foro médico-sanitário. Esta ausência implicava um esforço adicional no início de cada expedição, partindo do zero, o que obrigava a constantes formulações e reformulações de instruções provisórias para cada campanha (Arrifes, 2004, p.84).

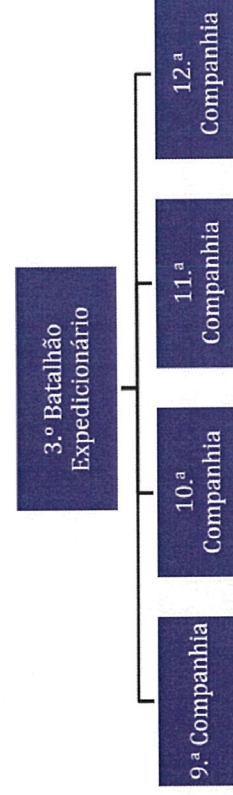
Além da ocupação militar de postos fronteiriços e da sua defesa, na tentativa de manter a integridade territorial, e na organização de colunas, para reprimir os indígenas ou expandir o território, também foram utilizadas táticas que se aproximavam das que decorriam no Teatro Europeu, nomeadamente trincheiras, mas com fraca preparação do terreno.

Verifica-se que não existia doutrina do Exército Português atualizada, dedicada e adequada ao tipo de operações, terreno e inimigo com que as forças do Batalhão se depararam durante as campanhas.

### **b. Organização**

O Batalhão de infantaria que integrou o corpo expedicionário destinado a Angola foi organizado no RI 14 e em 19 de agosto de 1914 foi divulgado convite para quem quisesse voluntariamente servir na expedição. Dois dias depois começou a formar-se o 3.º Batalhão Expedicionário e, em finais de agosto, o Batalhão já estava completamente organizado (Figura 12) (Cid, 1951, pp. 49-50):

Pela nomeação dos oficiais, percebe-se que o Batalhão estava organizado em quatro companhias, comandadas por capitães que eram compostas por três pelotões, comandados por tenentes ou alferes. Da análise das fontes, deduz-se que os pelotões estariam organizados em duas secções, comandadas por sargentos.



**Figura 12 – Organização do 3º Batalhão Expedicionário**

Fonte: Autor, 2014.

A atual organização dos batalhões é normalmente ternária em países da OTAN, onde nos baixos escalões táticos as forças podem atuar independentemente, garantindo elementos de apoio, assalto e reserva ou segurança, de acordo com a situação tática. O Batalhão tem organização ternária, as companhias ternária e os pelotões binária.

No entanto, da análise dos empenhamentos táticos e dada a ausência de doutrina referenciada anteriormente, infere-se que a lógica de emprego das forças é manobrar com as forças como um todo, estando o Batalhão organizado de acordo com o normal da época.

Outra característica do Batalhão é que este não dispunha de apoio de combate orgânico, o mesmo sucedendo com as companhias. O apoio de combate era garantido pelos grupos de metralhadoras, formados em unidades de infantaria, e por baterias de artilharia de montanha e baterias *erhardt*, que dependiam diretamente do comandante das forças em operações.

Da análise da campanha, constata-se que, com exceção de missões dadas a companhias isoladas, como por exemplo a 11.<sup>a</sup> Companhia que estava em vigiância na região de Ediva durante o combate de Nauilla, normalmente eram formados destacamentos, comandados pelo oficial mais antigo e reforçados por baterias de metralhadoras e secções de artilharia.

Com a chegada dos consecutivos reforços ao destacamento misto a Angola<sup>21</sup>, nomeadamente de unidades de infantaria, sob o comando do General Pereira D'Eça, os batalhões dividiram-se por dois regimentos. O Batalhão do RI 14 integrou o 1.º Regimento, juntamente com os batalhões dos RI 16 e 17 e 2.º Grupo de Metralhadoras, comandado pelo Coronel António Veríssimo de Sousa<sup>22</sup>. No entanto, com esta organização o Batalhão não foi empenhado em ações de combate pelo que não tem influência em termos táticos, no desempenho do Batalhão, a subordinação ao comandante do regimento.

### c. Treino

O 3.º Batalhão Expedicionário começa a constituir-se no dia 21 de agosto de 1914, à custa de militares de quase todos os Regimentos de Infantaria<sup>23</sup>, a 8 e 9 de setembro desloca-se para Lisboa e a 11 embarca com destino a Moçâmedes.

<sup>21</sup> AHM 2/2/021/018

<sup>22</sup> AHM 2/2/042/041 (Anexo G)

<sup>23</sup> Além do RI N.º 14, integraram o Batalhão militares dos seguintes Regimentos de Infantaria: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 34 e 35 (Cid, 1951, p. 49).

Considerando que, pouco mais de uma semana após a constituição do Batalhão, o mesmo estava a partir com destino a Angola, durante o curto tempo de permanência em Viseu, assumimos que não houve praticamente tempo para treino do Batalhão. No período passado a bordo, foi fixado o regime militar que incluía os serviços de instrução, higiene e serviço interno dos corpos. No entanto, considerando que se estava num navio, a instrução não poderia incluir aspetos do treino de técnicas, táticas e procedimentos para preparação para os combates.

A 1 de outubro, as forças, com exceção do Batalhão do RI14, desembarcam em Moçâmedes e, no dia 13, começam a deslocar-se para o Planalto de Huila, onde se concentraram todas as unidades expedicionárias a 22 de outubro. Neste local atesta-se o estado das unidades, constatando-se falta de entrosamento dos militares do Batalhão, associada ao facto de ser constituído por militares de 25 regimentos diferentes, que praticamente não treinaram. Sobre este assunto, o TCor Alves Roçadas refere que «as unidades entregavam-se diariamente a exercícios de instrução militar; a fim de os respetivos comandantes e oficiais avaliarem do valor dos seus soldados, pois a mobilização, sobretudo do Batalhão de Infantaria nº 14, tinha sido feita por convite geral e não restrito ao próprio regimento, dando em resultado uma grande heterogeneidade nas praças e ainda o facto de a maioria dos oficiais e dos graduados desconhecerem os seus homens» (1919, pp. 129-130).

No dia 31 de outubro, a Ordem de Serviço (OS) nº 40, determina a constituição das *Forças em Operações no Sul de Angola*, a ser implementado no dia seguinte. Sobre o valor das unidades, considera-se que o Batalhão pecava por «falta de homogeneidade», caracterizado por ter «praças de várias proveniências, desconhecidas na sua grande maioria tantos dos oficiais como dos sargentos». Assim, o «enérgico comandante, major Salgado, oficial dos mais experimentados e campanhas coloniais», devido à «precipitação dos acontecimentos» não conseguiu completar a preparação que o Batalhão necessitava para ser uma unidade «bastante sólida» (Roçadas, 1919, p. 153).

Esta falta de treino veio a traduzir-se num fraco desempenho em combate de alguns militares, como se verificou no combate de Naulila, relatado em telegramas do TCor Alves Roçadas para o Governador-geral de Angola, de dezembro de 1914<sup>24</sup>. Em 24 de dezembro, informa que

«Houve maior parte dos oficiais e de algumas praças todo o valor tradicional militar no nosso exército mas a maioria dos soldados

---

<sup>24</sup> AHM 2/2/022/002 (Anexo H)

[...] revelaram uma ausência completa de solidez militar que comprometeu o sucesso. [...] os soldados que eu trouxe são um perfeito rebanho não têm a solidez do verdadeiro soldado».

Na mesma linha, em 26 de dezembro, refere que a «nossa infantaria maioria deixou muito desejar inclusivamente landins um bando de carneiros que às primeiras granadas largaram as posições [...] não se pode confiar neles, levei pessoalmente uma companhia, a do capitão Cunha das melhores, três vezes ao contra-ataque mas terminaram por fugir». Este fraco desempenho não foi generalizado, como irá ser abordado de seguida.

No entanto, meses depois o comandante da expedição constatou que a situação de falta de treino do Batalhão do RI 14 não era caso único, visto que os reforços à expedição que foram chegando no final de 1914 e início de 1915, padeciam do mesmo mal. No relatório do TCor Alves Roçadas<sup>25</sup> para o General Pereira D’Eça sobre as tropas do seu comando, de 26 de março de 1915, relativamente à instrução, declara que quando chegavam a Angola, «os batalhões d’infantaria com raríssimas exceções [...] tiveram de começar pela escola de soldado; quanto à prática de tiro, nem se fala».

O General Gomes da Costa caracterizou as forças enviadas para as colónias, referindo que tinham «falta de preparação», apontando os motivos para que tal se verificasse:

«foi sempre assim, não se cuida do exército, não se cuida no recrutamento e preparação das tropas coloniais, e n’um dado momento, quando é precisa uma expedição e já não há tempo para a preparar, juntam-se os elementos que é possível obter, todos mal preparados, e é com este conjunto heterogeneo que se vae para a guerra: enquamto a coisa tem sido só contra os pretos, tudo tem sido menos mal, mas agora, em frente d’um inimigo civilizado e de qualidades militares, a derrota era inevitavel» (sic) (Costa, 1925, p. 62).

#### **d. Material**

As tropas expedicionárias ao chegarem a Angola depararam-se com uma situação de material extremamente precária, relativamente ao armamento e fardamento, que frequentemente não se adequava ao clima

---

<sup>25</sup> AHM 2/2/028/004 (Anexo I)

(Arrifes, 2004, p. 188). A dotação individual de fardamento consistia num chapéu capacete, um capote, dois dolmens de serviço, dois pares de calças de cotim, dois pares de botas, um par de alpergatas, três camisas, dois pares de ceroulas, duas toalhas, três lenços e um pequeno equipamento (Arrifes, 2004, p. 322).

Em finais de agosto de 1914 (24 a 29) foram submetidas várias requisições destinadas ao destacamento expedicionário<sup>26</sup>, nomeadamente: explosivos e munições ao Arsenal do Exército; viaturas; material de construção a ser adquirido no mercado; material de engenharia; ferramentas; cozinhas rodadas, fornos e material para panificação; material de bivaque e material sanitário. O material sanitário destinava-se a 1 525 europeus e 900 indígenas, para um período de 90 dias. O armamento ligeiro consistia na espingarda 8 mm m/86-99, tendo sido enviadas 1 000 para a província de Angola desde 12 de setembro de 1914<sup>27</sup>.

A 9.ª Companhia que guarnecia Naulila dispunha de 210 munições por praça, que levou a que o comandante do destacamento<sup>28</sup> requisitasse munições que nunca chegaram. Sobre o «exíguo» material de guerra considerou que

«era tudo o que havia de mais rudimentar, primitivo, insuficiente e impróprio, e que, servindo talvez para operações contra pretos, estava bem longe de, em oposição a tropas brancas dignas d'esse nome, ter a mobilidade e condições necessárias, para em combate, poder ser utilizado com proveito, onde e quando fosse preciso».

Após o combate de Naulila e conseqüente retirada, algum do material do Batalhão foi dado como perdido, de realçar o extravio do seu arquivo. Como se pode ler na carta do Major Salgado ao Chefe de Estado-Maior (EM) do Destacamento de Gambos, de 10 de fevereiro de 1915,<sup>29</sup> «em 18 do mês de dezembro [...] o carro que conduzia as malas dos oficiais e o arquivo do Batalhão, ficou o mesmo carro à retaguarda [...] não mais apareceu».

Noutro documento, de 23 do mesmo mês<sup>30</sup>, assinado pelo comandante de Batalhão, pelo comandante da 12.ª Companhia, Capitão Aristides Rafael da Cunha e Tenente Pedro Canelas, da 10.ª Companhia, pode constatar-se que, além dos bens referidos anteriormente, «há a lamentar não só a perda de tudo

<sup>26</sup> AHM 2/2/021/022

<sup>27</sup> AHM 2/2/021/022

<sup>28</sup> AHM 2/2/021/012

<sup>29</sup> AHM 2/2/022/010 (Anexo J)

<sup>30</sup> AHM 2/2/022/010



quanto os oficiais ali possuíam como também de vários artigos de material a cargo do Batalhão, cujas quantidades impossível se torna, por enquanto, determinar (...)).

Pode deduzir-se que o armamento individual era parte deste material em falta, como demonstra telegrama enviado para o Lubango<sup>31</sup>, em 8 de janeiro, «Rogo providenciar para com urgência sejam enviadas a infantaria 14 está Gambos 27 espingardas Mauser 6,5 mm que lhe pertencem e que me parece foram ahí distribuídas a civis» (sic).

No início de 1915, foi enviada correspondência para o Ministro das Colónias<sup>32</sup>, com vista a restabelecer o número de espingardas da expedição, através do envio de armas da metrópole ou aquisição das mesmas. Em 13 de janeiro, o secretário-geral solicita que «sejam enviadas com urgência [...] mais de mil espingardas Kropitcheck e maior número possível de cartuchos». Dois dias depois, o Governador-geral procura autorização para fazer uma encomenda de armas para as companhias de infantaria, «tinha perguntado à casa Knoch se poderia fornecer 1 500 espingardas Martini [...] Ex<sup>a</sup>. Diga se posso fazer a encomenda».

Dado o efetivo de cerca de 2500 militares que constituíam a expedição (Roçadas, 1919, p. 153) e a avaliar pelo número de armas pedido, infere-se que as perdas de armamento decorrente do combate de Naulila foram muito significativas, originando a procura de alternativas enquanto as requisições não fossem satisfeitas.

Esta situação levou a que tivessem de ser requisitadas espingardas a civis, como é prova a documentação<sup>33</sup> sobre a receção de uma espingarda Mauser entregue pelo auxiliar Teófilo Rosado ao Major Salgado, em 27 de fevereiro. Em 10 de março, o mesmo auxiliar endereça um pedido ao Comandante da Coluna em Operações no Sul de Angola, para que lhe fosse fornecida uma arma, que teve o despacho de «não há armas para fornecer».

Na *Relação do armamento, munições e assessórios em carga a este Batalhão em 15 de Abril*<sup>34</sup> pode verificar-se que o Batalhão tinha 799 espingardas 6,5 mm m/904, 17 pistolas 7,65 mm m/908 e duas espadas m/909.

Com a retirada de Naulila, não se perdeu só armamento mas, também, fardamento. Muitos militares mantiveram apenas a roupa que traziam no corpo,

<sup>31</sup> AHM 2/2/022/010

<sup>32</sup> AHM 2/2/022/002

<sup>33</sup> AHM 2/2/022/010

<sup>34</sup> AHM 2/2/030/036

como é demonstrado na informação<sup>35</sup>, de 9 de janeiro, do diretor da enfermaria em Gambos para o chefe do serviço de saúde, onde é dado a conhecer o estado da enfermaria que se encontrava empestada de parasitas, não se podendo proceder à desinfeção das roupas porque «a quase totalidade d'estes doentes não tem mais vestuário do que aquele com se encontram atualmente».

A falta de fardamento pode comprovar-se na no telegrama de 16 de janeiro, do TCor Alves Roçadas diretamente para Ministro das Colónias de «dolmans de cotim 1 251, calças de cotim 1 120, grevas<sup>36</sup> (pares) 235, botas (pares) 950, capotes de infantaria 598, camisas 1 340, camisolas 265, capotes tipo 0 20, capotes de artilharia 27».

Na nota de envio<sup>37</sup> da *Relação do armamento, munições e assessórios em carga a este Batalhão em 15 de Abril*, o comandante de Batalhão refere que «nunca foram distribuídas as rações de viveres a que se refere o regulamento de mobilização». Sobre o fardamento declara que a unidade «não têm atualmente artigo algum de fardamento além dos que às forças estão distribuídos [...], que na maioria se encontram em mau estado e algumas forças até sem calçado algum».

Quando o Capitão Carço assumiu o comando do Batalhão, enviou uma nota urgente em 25 de junho de 1915, para o Chefe do EM das Colunas, declarando que «há muito a fazer n'esta unidade para se apurar qual o material que existe, o que foi entregue nos vários postos de étápes [...] e d'aquêle que falta para o completo da carga com que este Batalhão foi projetado». Como não era oficial do Batalhão e não participou nas ações anteriores, refere que «responsabilidade alguma me pode ser atribuída pelas faltas de material [...] mas entendo ser do meu dever apresentar a VEx<sup>a</sup> as condições em que ele se encontra». Assim, pediu para que se reunissem no Batalhão todas as companhias que estavam deslocadas para se proceder ao apuramento e liquidação dos assuntos de material.

A nota referida anteriormente deu origem aos autos de abate de material<sup>38</sup> das companhias do Batalhão, elaborados em Moçâmedes em julho de 1915, antes da retração do Batalhão para a metrópole. Estes autos elucidam a quantidade de material que foi perdido durante as campanhas e como as companhias operaram desde esse acontecimento. A justificação para o abate é o «Combate de Naulila e retirada que se lhe seguiu» para todas a companhias, com

<sup>35</sup> AHM 2/2/024/003 (Anexo K)

<sup>36</sup> Caneleiras

<sup>37</sup> AHM 2/2/030/044 (Anexo L)

<sup>38</sup> AHM 2/2/023/004

exceção da 11.<sup>a</sup> Companhia, que declara que o material foi perdido «durante o serviço de ocupação e vigiância dos caminhos para os vauz do Cunene [...] no posto avançado de Cahama e ainda na retirada da companhia após o insucesso de Naulilav». A título de exemplo, a Tabela 1 apresenta as quantidades de alguns materiais por companhia.

**Tabela 1 – Resumo dos autos de abate das companhias do Batalhão do RI 14**

Material	9. <sup>a</sup> Companhia	10. <sup>a</sup> Companhia	11. <sup>a</sup> Companhia	12. <sup>a</sup> Companhia
Espingarda 6,5 m/904	102	37	01	40
Sabre-baioneta 6,5 m/904	127	54	--	70
Cantil	224	115	45	175
Mochila m/94	246	241	--	235

Fonte: AHM 2/2/023/004.

#### e. Liderança

##### (1) Estrutura de comando do Batalhão

Em 22 de agosto de 1914 é publicada na OE N° 20 a constituição da expedição à província de Angola<sup>39</sup>. O 3.º Batalhão do RI 14 era comandado pelo Major Alberto Salgado, tinha como seu Ajudante o Tenente José de Melo Ponces de Carvalho e as companhias tinham os seguintes oficiais (Figura 13) (Cid, 1951, p. 50):

- 9.<sup>a</sup> Companhia, comandada pelo Capitão Artur Homem Ribeiro. Comandantes de Pelotão: Tenente António Rodrigues Marques; Alferes Amadeu Gomes de Figueiredo e Alferes João de Araújo Pissara<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> OE n° 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914 (p. 444)

<sup>40</sup> OE n° 22. 2ª Série, de 05 de setembro (p.466) substitui o Alferes José Rebelo de Melo Cabral, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no ultramar.

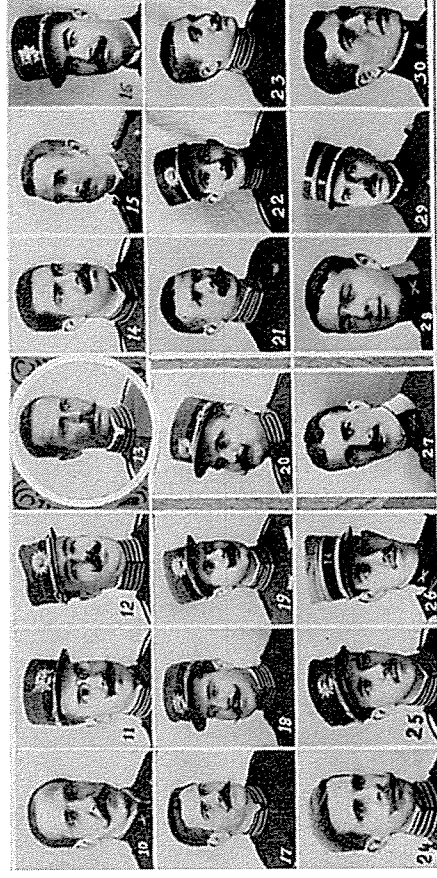


Figura 13 – Os 21 oficiais do 3º Batalhão do RI 14

Fonte: Ilustração Portuguesa Nº 446, 1914.

(10 - Capitão João da Fonseca Lebre; 11 - Capitão António Lopes Mateus; 12 - Tenente José de Melo Ponces de Carvalho; 13 – Major Alberto Salgado; 14 - Capitão Artur Homem Ribeiro; 15 - Capitão Aristides Rafael da Cunha; 16 - Tenente Francisco Moreira de Almeida; 17- Tenente José Cabral; 18 - Tenente Luís de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos; 19 - Tenente José Augusto Monteiro; 20 – Tenente José Rodrigues Gaspar; 21 - Tenente António Rodrigues Marques; 22 - Alferes Amadeu Gomes de Figueiredo; 23 - Alferes Fausto de Matos; 24 – Alferes José Rebelo de Melo Cabral; 25 - Alferes Silvério do Amaral Lebre; 26 - Alferes Armando Augusto da Costa; 27 - Alferes Reinaldo Vale de Andrade; 28 - Alferes Miguel Ponces de Carvalho; 29 - Tenente médico Afonso José Maldonado; 30 - Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira)

- 10.<sup>a</sup> Companhia, comandada pelo Capitão José da Fonseca Lebre. Comandantes de Pelotão: Tenente José Augusto Monteiro; Tenente Pedro Canelas<sup>41</sup> e Alferes Fausto de Matos.
- 11.<sup>a</sup> Companhia, comandada pelo Capitão António Lopes Mateus. Comandantes de Pelotão: Tenente Luís de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos; Alferes Silvério do Amaral Lebre e Alferes Miguel Ponces de Carvalho.
- 12.<sup>a</sup> Companhia, comandada pelo Capitão Aristides Rafael da Cunha<sup>42</sup>. Comandantes de Pelotão: Tenente José Cabral; Alferes Reinaldo Vale de Andrade e Alferes Armando Augusto da Costa.

<sup>41</sup> OE nº 22, 2ª Série, de 05 de setembro (p.466) substitui o Tenente José Rodrigues Gaspar, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no ultramar.  
<sup>42</sup> Proveniente do RI 5.

- Oficiais médicos: Tenente médico Afonso José Maldonado<sup>43</sup> e Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira<sup>44</sup>.
- Oficial Provisor: Tenente do Serviço de Administração Militar Francisco Moreira de Almeida.

(2) Comandante de Batalhão<sup>45</sup>

Alberto Salgado, nasceu em Bonfim, distrito do Porto, em 21 de fevereiro de 1870, alistou-se como voluntário no Regimento de Caçadores nº9, em 31 de agosto de 1889, e foi promovido a alferes do RI 18, em 23 junho de 1894. De seguida passou pelo RI 6 e RI 5, de onde destaca para Moçambique em 18 de agosto de 1898, chegando a Lourenço Marques a 11 de setembro. Em 30 de junho de 1899, é promovido a Tenente do RI 1, após o que fez parte da expedição do Niassa, tomando parte nas operações contra o Cuanhama e o Mataca, entrando nos combates de Matancolo e Namalando e na ação de Nangama. Em 18 de outubro, passou para o RI 10 e regressou à metrópole em 19 de dezembro de 1899, passando pelo RI 6 e apresentando-se no RI 5, em 27 de janeiro de 1900.

Antes da promoção a capitão, em 14 de maio de 1904, esteve colocado na Escola do Exército e Escola Prática de Infantaria, onde desempenhou as funções de subalerno para a Companhia de Alunos e Adjunto, respetivamente. Colocado na província de Angola, desembarcou em Luanda a 4 de julho, onde assumiu o comando da Companhia Europeia de Infantaria, fazendo parte da Coluna de Operações no Cuanhama. Terminando a sua comissão, em 25 de julho de 1906, embarcou de regresso à metrópole e é colocado no Batalhão de Caçadores nº1, sendo depois requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério do Reino até 1910, tendo depois passado pelos RI 24, RI 35 e novamente no RI 24, em 30 de setembro de 1911.

Em 16 de abril de 1914 foi promovido a major do RI 14, meses antes de assumir o comando do 3.º Batalhão Expedicionário, que deixa em 17 de junho de 1915 para comandar o 3.º Batalhão do RI 18, fazendo parte do destacamento do Cuamato. Regressou à metrópole em fevereiro de 1916, passou pelo RI 29 e embarcou para nova comissão a Moçambique, em julho de 1917. Foi promovido a TCor para o EM da Infantaria em 13 de agosto e desempenhou as funções de comandante de Mocimboa do Rovuma, comandante da coluna no Sul e comandante interino das forças em operações, tendo regressado à

---

<sup>43</sup> Do 1º Batalhão de Artilharia de Costa.

<sup>44</sup> Do RI 11.

<sup>45</sup> ArqGEx 2275

metrópole em dezembro de 1918. Em 26 de fevereiro de 1920, foi promovido a coronel, tendo desempenhado funções de comandante interino do RI 32, no EM da Infantaria e, em comandante do RI 32.

Antes da sua projeção para Angola foi louvado pelo comandante do RI 14, em 7 de setembro de 1914, pela «zelosa leal cooperação e dedicação pelo serviço» no levantamento do Batalhão e já tinha sido louvado duas vezes pela sua prestação como comandante da companhia europeia em Angola, pela «dedicação, zelo e muita competência» e pelo «sangue frio, dedicação e bravura» e manter «a disciplina de fogo na campanha do Mulondo». Foi agraciado com as seguintes condecorações: Cavaleiro da antiga e mui nobre Ordem Militar de Torre e Espada de valor, lealdade e mérito (maio de 1900); Medalha de prata da Rainha D. Amélia (junho de 1900); medalha Rainha D. Amélia – campanha do Mulondo (abril de 1905); Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis (janeiro de 1907); Medalha comemorativa das Campanhas do Sul de Angola (janeiro de 1917); Medalha comemorativa das Campanhas de Moçambique 1914 a 1918 (dezembro de 1918); Ordem de Serviços Distintos por Sua Majestade El Rei de Inglaterra (fevereiro de 1919); Medalha militar de ouro de classe de comportamento exemplar (outubro 1919); Medalha militar de prata da classe de bons serviços (novembro de 1919); Medalha da Vitória (novembro de 1919); Medalha de prata da classe de serviços distintos no Ultramar (1922); Letra C na fivela da medalha de prata da classe de bons serviços (janeiro de 1920); Medalha comemorativa de prata «Alembunene» 1904 (dezembro de 1920); Medalha comemorativa de ouro Cuanhama 1915 (dezembro de 1920); Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz (dezembro de 1912); Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito ao 3.º Batalhão do RI 18 (março de 1923).

Ainda a bordo do vapor *Moçambique*, o comandante do 3.º Batalhão exerceu a sua competência disciplinar, punindo o soldado nº171 da 12.ª Companhia com dois dias de prisão disciplinar, castigo a ser cumprido após o desembarque em Moçâmedes, como publicado na OS nº8 de 16 de outubro de 1914<sup>46</sup>. Após a chegada a Angola, segundo as suas notas de 4 de novembro de 1914, castigou «dois patifes de dois soldados» que saíram da coluna com pretexto de «satisfazerem necessidades» e «andaram no meio do mato, ao tiro aos pretos» (Salgado, 2011, p. 128).

---

<sup>46</sup> AHM 2/2/022/003

Como demonstra a *Cópia do autógrafo do Major Alberto Salgado de Janeiro de 1915*<sup>47</sup>, o comandante do Batalhão era um homem com fortes princípios, que não deixava de expressar o seu desagrado ou indignação. Relativamente à ordem que tinha recebido em 12 de dezembro para mandar marchar uma companhia para Naulila, escreveu: «por esta ordem deixava-me a mim, major, na perspectiva de ficar na Dongoena a comandar uma companhia, a 10.ª, naturalmente por terem conhecido a minha incompetência». Ainda no mesmo documento, sobre a ordem que recebeu para marchar de Lubango para Humbe ou Forte Roçadas, «dizia-se que na ordem que receberia instruções escritas, que não passaram de um itinerário que poderia ter sido lançado na minha guia de marcha e que [...] serviu de base para que contra mim se escrevesse [...] procurando lançar-me no ridículo». Por ter sido censurado pelo sucedido durante a retirada, terminou a nota de forma perentória referindo que

«Felizmente tenho boa memória e todos os factos passados não esquecem facilmente e há sempre meio de os desvendar, quando se quer, e sem a parcialidade com que uma certa coferie<sup>48</sup> no princípio, tratou tão levemente um assunto de tanta responsabilidade e em que as fragilidades são imensas» (*sic*).

A ação de comando do Major Salgado não era isenta de crítica. Desconhecendo-se os motivos, o soldado nº 208 José Augusto Nunes da 12.ª Companhia, apresentou queixa contra o comandante de Batalhão «sem ser nos termos regulamentares», pelo que na OS nº12 de 11 de janeiro de 1915<sup>49</sup>, é punido com 15 dias prisão correccional.

No entanto, demonstra preocupação com os seus homens e sentido de justiça, como pode ler-se na nota de 21 de abril de 1915<sup>50</sup>, relativamente ao pedido para que os oficiais não pagassem os artigos de fardamento que receberam por os terem perdido em Naulila, entendendo que deveria ser extensível a todos,

«achando justo que não só aqueles officiaes como todos os que estão em egualdade de circunstâncias, importância alguma por tal motivo seja descontada» (*sic*).

<sup>47</sup> AHM 2/2/021/019 (Anexo M)

<sup>48</sup> Grupo de indivíduos que num interesse pessoal não cessam de elogiar alguém ou alguma coisa (Priberam, 2013)

<sup>49</sup> AHM 2/2/022/003

<sup>50</sup> AHM 2/2/030/020 (Anexo N)

(3) Comandantes de Companhia

Artur Homem Ribeiro<sup>51</sup>, comandante da 9.<sup>a</sup> Companhia e morto em Naulila aos 40 anos de idade, nasceu em 11 de novembro de 1874, em Canas de Senhorim, distrito de Viseu. Assentou praça em 10 de setembro de 1897, foi promovido a alferes em 1902, a tenente em 1906 e a capitão em 8 de novembro de 1913 (O Mundo, 1914). Dada a sua morte prematura, não há muita informação sobre a sua participação nas campanhas e a sua folha de matrícula praticamente não tem dados. No entanto, é possível verificar o seu estado de espírito duas semanas após a sua chegada a Moçâmedes, pelo bilhete-postal que endereça a Adelino Campos, em 16 de outubro de 1914 (Figura 14). Depois de uma viagem de comboio de 12 horas e dois dias de marcha, chegou ao Lubango bem e declarando que «há muito que fazer», que demonstra ter consciência da difícil missão que teriam de cumprir e da preparação que teriam de fazer.

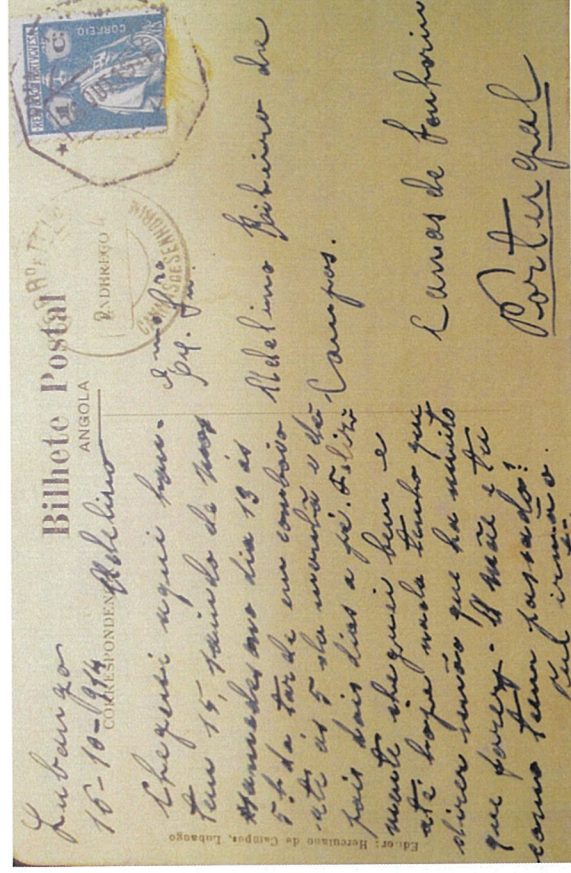


Figura 14 – Bilhete Postal do Capitão Homem Ribeiro datado de 16/10/1914

Fonte: Gentilmente fornecido pelo TCor Marques da Silva.

António Lopes Mateus<sup>52</sup>, comandante da 11.<sup>a</sup> Companhia, nasceu na freguesia de Povolide, distrito de Viseu, a 23 de abril de 1877. Alistou-se como voluntário no RI 23 em 1897 e foi promovido a alferes, sendo aspirante

<sup>51</sup> ArqGEx 1262.

<sup>52</sup> ArqGEx 719.



do RI 14, em 25 de outubro de 1900. Promovido a tenente em 21 de março de 1904, embarcou para Angola no mês seguinte onde serviu na 13.ª Companhia Indígena, regressando ao reino em 13 de junho de 1906. Passou pelo RI 24 e, em 17 de junho de 1912, foi promovido a capitão do RI 12, marchando para o RI 14 em julho do mesmo mês, onde assumiu o comando da 11.ª Companhia do 3.º Batalhão Expedicionário, regressando a Angola.

Em 21 de junho de 1915, deixou o Batalhão do RI 14, continuando sob o comando do Major Alberto Salgado, como comandante da 11.ª Companhia do 3.º Batalhão do RI 18, que fez parte dos destacamentos do Cuamato, do Cuanhama e N'Giva. Deixou Angola em 23 de fevereiro de 1916 mas, três meses depois, a 30 de maio, embarcou para Moçambique como Adjunto do Quartel-general da Expedição à Província. Em 29 de setembro de 1917 foi promovido a major e, passado quase um ano, a 25 de setembro de 1918, regressou à metrópole e ao RI 14, onde assumiu o comando do 2.º Batalhão que toma parte nas operações contra os monárquicos no norte do país.

Em 16 de março de 1922 foi promovido a TCor e assumiu as funções de 2.º comandante do regimento e, em 30 de setembro de 1929 foi promovido a coronel, assumindo o comando do RI 14.

Depois de deixar o RI 14, o Coronel Lopes Mateus foi Ministro do Interior de 21 de janeiro de 1931 a 21 de outubro do mesmo ano, data em que foi exonerado e nomeado Ministro da Guerra, cargo que desempenhou até 5 de julho de 1932. Após estas funções foi comandante de Polícia de Segurança Pública de Lisboa até 19 de janeiro de 1935, por ter sido nomeado Governador-geral da Colónia de Angola, cargo que desempenha até passar à situação de reserva, por ter atingido o limite de idade, em 28 de fevereiro de 1938.

O Coronel Lopes Mateus foi louvado em quase todas as funções que desempenhou, logo a partir de 1901 somando cerca de 20 louvores, um deles relativo ao comando da 11.ª Companhia da Expedição Roçadas,

«como capitão, incorporado com um Batalhão de Inf<sup>m</sup> 14, onde tem à sua guarda o nó de comunicações Cuanhama-Ediva-Achigan (...) destacou-se pelas suas qualidades de inteligência, critério, energia e muita dedicação pelo serviço»<sup>53</sup> (sic).

Foi condecorado com: Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar; Medalha de prata da classe de bons serviços; Ordem de Serviços Distintos por Sua Majestade o Rei de Inglaterra; Medalha

---

<sup>53</sup> OE nº 13. 2.ª Série, de 20 de julho de 1918.

de prata comemorativa das Campanhas do Sul de Angola; Medalha de prata comemorativa das campanhas do Exército Português das operações militares na Província de Moçambique; Medalha da Vitória comemorativa inter-aliada “Africa, 1914-1918”; Medalha militar de prata da classe de bons serviços, letra C; Medalha de ouro da classe de bons serviços; Medalha comemorativa “Cuanhama 1915”; Comendador da Ordem Militar de Aviz; Medalha de ouro da classe de bons serviços, letra C; Medalha de ouro da classe de comportamento exemplar; Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo; Grã-Cruz da Ordem de Benemerência e Grã-Cruz da Ordem do Império Colonial.

Aristides Rafael da Cunha<sup>54</sup>, comandante da 12.<sup>a</sup> Companhia, nasceu a 11 de fevereiro de 1874 em Lisboa, tendo-se alistado no Regimento Nº2 de Caçadores da Rainha, onde foi promovido a alferes, em 6 de fevereiro de 1896. Integrou o 3.º Batalhão Expedicionário oriundo do RI 5, sendo o único capitão que não servia no RI 14. Serviu em Moçambique, entre janeiro de 1904 e janeiro de 1905 e de setembro de 1906 a outubro de 1907, em Angola como comandante da 12.<sup>a</sup> Companhia, de outubro de 1914 a maio de 1915 e novamente em Moçambique de julho de 1916 a dezembro de 1917 e de dezembro de 1922 a março de 1925. Condecorado com: Medalha de prata da classe de bons serviços, letra c; Cruz de Guerra de 1ª Classe; Medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar; Cruz de Guerra de 3ª Classe, onde se pode ler no louvor que a atribui «pela iniciativa e decisão, não obstante o fogo da artilheria e das metralhadoras que alvejavam as forças do seu comando, em ocorrer com estas em perfeita ordem ao local de combate onde a ação estava sendo bastante renhida, dando-se mostras evidentes de serenidade, prestígio e valor no combate, em Naulila, em 18 de dezembro de 1914».

#### (4) Ação dos oficiais em combate

Em 6 de janeiro de 1914, o TCor Alves Roçadas encarrega o juiz auditor junto do destacamento, Bernardo Augusto do Amaral Polónio, para proceder a investigações sobre o abandono do campo de batalha durante o Combate de Naulila. Após a investigação, a 1 de fevereiro de 1915, apresenta o seu relatório<sup>55</sup> com as principais conclusões, recomendando que «tratando-se de cobardia», os culpados deverão ser castigados de acordo com o Processo Criminal Militar. De seguida apresentam-se aspetos julgados mais relevantes sobre os militares do RI 14, constantes no relatório supracitado.

<sup>54</sup> ArqGEx 1680

<sup>55</sup> AHM 2/2/025/012

Sobre o Alferes Pissara, comandante do 3.º Pelotão da 9.ª Companhia, que ocupava o flanco esquerdo da posição defensiva de Naulila, refere que «com toda a evidência» este não cumpriu o seu dever e que precipitadamente deu a ordem de retirar «não era passado um quarto de hora do início do combate». Deu essa ordem sem que motivo houvesse para o fazer e contra indicações do seu comandante de companhia, Capitão Homem Ribeiro, que lhe ordenou «alto», enquanto ele retirava para o Forte, onde apenas parou para beber água, não tendo sido mais visto pelas praças do seu pelotão até Chicusse. Conclui que o Alferes João de Araújo Pissara «abandonou o campo de batalha, por seu livre arbítrio, durante a primeira hora do combate [...] dirigindo-se para Humbe com toda a velocidade sem que a tal fosse compelido pelas condições da luta».

Relativamente ao Alferes Costa, comandante de pelotão da 12.ª Companhia, que passou o rio pelas 8h não tomando parte no «último retorno ofensivo» considera que se «abrigava demasiado durante o combate» e que se separou da sua companhia e dos homens do seu pelotão. O Alferes declarou «que se viu só» e que se deslocou ao longo do rio para obter informações sobre uma força de cavalaria inimiga que observou a 200 metros. No vau, encontrou muitas praças a atravessar o rio que o informaram que «tudo ia já para Dongoena». No entanto, confessou que passou o rio ouvindo fogo por mais de 15 minutos e que ao encontrar o Alferes Moreira, um dos oficiais médicos do Batalhão, «não lhe pediu informação, deixando-o à sua retaguarda». Conclui o juiz auditor que o Alferes Armando Augusto da Costa «abandonou o campo de batalha, por seu livre arbítrio antes de terminada e sem que fosse compelido por quaisquer circunstâncias, que a justifiquem».

Vários graduados<sup>56</sup> do pelotão do Alferes Pissara não o acompanharam quando este retirou, apenas abandonaram o combate após a morte do Capitão Homem Ribeiro e incêndio do Forte. Declararam terem retirado antes do combate ter terminado depois do Tenente Marques ter dito «salve-se quem puder», passando todos o rio antes do combate ter terminado. Outros militares, nomeadamente da 12.ª Companhia referiram que retiraram depois de ouvirem a mesma frase proferida pelo Tenente Marques.

Com base no relatório do juiz auditor Bernardo Polónio, o TCor Alves Roçadas envia um telegrama<sup>57</sup> ao Ministro das Colónias, em 12 de fevereiro, dando conhecimento do mesmo em traços gerais e pedindo orientações.

---

<sup>56</sup> 2<sup>os</sup> Sargentos Filipe Pinto de Fonseca e Sebastião José dos Santos; 1os Cabos Joaquim António Gago, Arnaldo António Martins, Abílio Maria Marçal d'Almeida e António Lopes Sobral e 2os Cabos Evaristo dos Santos e António Joaquim Morais

<sup>57</sup> AHM 2/2/043/002

Apesar de reconhecer que algumas forças se deixaram apoderar «de um vergonhoso desfalecimento de alguns poucos felizmente oficiais, graduados, e fracções inteiras», entende que ao proceder ao auto de corpo de delito e reunir o conselho de guerra, «prestaria um mau serviço às nossas instituições militares no momento presente». O Ministro das Colónias num telegrama de 19 de fevereiro concorda com a «orientação que adoptar».

Sobre o comandante da 9.<sup>a</sup> Companhia, cujas circunstâncias exatas da sua morte não foram mencionadas no relatório supracitado, pode ler-se nas notas do Tenente Eduardo Shirley<sup>58</sup>, ajudante do TCor Alves Roçadas, «O Capitão Homem Ribeiro, que com heroísmo encorajava os homens da sua companhia, caiu morto». O Tenente Ernesto dos Santos relata a sua ação do seguinte modo, «O comandante de Companhia, Capitão Homem Ribeiro, de binóculo em punho, diligente, de um lado para o outro, procura regular o tiro, animando, encorajando, valente e intemerato... Foi o primeiro a cair morto no sacrossanto dever de defender a Pátria» (1957, p. 68).

No anexo XIX do relatório referido anteriormente apresenta-se a *Relação dos oficiais e praças que, sob as ordens do Comandante da Coluna, e ao ter de se iniciar a retirada do campo de Combate de NAULILA, atravessaram o Rio CUNENE no vau CHIQUENDA, para a margem direita, às 9 horas e 5 minutos de 18 de Dezembro de 1914*, onde constam os oficiais da 12.<sup>a</sup> Companhia do RI 14 que participaram nos contra-ataques às forças inimigas, nomeadamente o Capitão Aristides Rafael da Cunha, Capitão José Cabral<sup>59</sup> e Alferees Reinaldo Vale de Andrade. No final do mesmo anexo, ainda constam algumas notas sobre o RI 14. O destacamento comandado pelo Major Alberto Salgado, que se encontrava em Calueque, «conservou-se nas suas respetivas posições até receber ordem de retirar». O Tenente Marques da 9.<sup>a</sup> Companhia «ficou aprisionado com parte do seu pelotão». O Tenente Amadeu Figueiredo<sup>60</sup> combateu com o seu pelotão «também fora das linhas de Naulila, em vau Cavelo, e dali retirou depois da ação». (Roçadas, 1919, p. 350)

O relatório de 25 de outubro de 1915 do TCor Alves Roçadas, *Pessoal que tomou parte nos combates de Naulila contra os alemães que invadiram Angola*<sup>61</sup>, apresenta os militares do RI 14 que se destacaram nas campanhas, referindo no epílogo do seu relatório os motivos pelos quais os escolheu. Relativamente aos militares do 3.º Batalhão do RI 14, nomeadamente da 12.<sup>a</sup> Companhia,

---

<sup>58</sup> AHM 2/2/022/005

<sup>59</sup> Tenente no Combate de Naulila

<sup>60</sup> Alferees no Combate de Naulila

<sup>61</sup> AHM 2/2/021/016

enunciou o seguinte (1919, pp. 237-238): Capitão de Infantaria Aristides da Cunha, «pela iniciativa e coragem reveladas ao comando da sua companhia, durante o combate do dia 18»; Alferes Amadeus Gomes de Figueiredo<sup>62</sup>, «pelas disposições acertadas que tomou na defesa dos vaus de Cantangombe e Cabeço, quando foi atacado, na manhã do dia 18» e Alferes Reinaldo Vale de Andrade, «comandante do pelotão de apoio à bateria de artilharia no combate de dia 18, pelas suas provas de iniciativa, serenidade e coragem, com que dava um belo exemplo aos seus subordinados». Faz uma referência especial ao Tenente de Infantaria nº 14 Rodrigues Marques<sup>63</sup>, que tão «heroicamente se bateu também no combate de Naulila», após o qual foi feito prisioneiro pelos alemães.

A leitura dos testemunhos acima transcritos, que atribuem ao Tenente Marques o ónus que justifica a retirada de alguns militares, transmite a ideia de que o comandante do 2.º Pelotão da 9.ª Companhia incitou os militares a retirarem de Naulila. No entanto, o Capitão Balula Cid faz uma referência especial à sua bravura, «Não poderei deixar de mencionar a bravura do Tenente Marques que fazendo do Forte um último reduto, acompanhado por duas dezenas de soldados, consegue retardar o assalto alemão» (1951, p. 53).

O Tenente Ernesto dos Santos faz várias referências à ação do Tenente Marques, no início do combate refere «O tiroteio aumentava num crescer diabólico. O comandante de pelotão dá ordens a uma meia dúzia de homens [...] para dirigirem o seu fogo». Na altura em que o inimigo concentrava todo o fogo contra os Dragões, refere

«Foi neste instante que o Tenente Marques, comandante do meu pelotão, com uma visão clara da situação, se aproveitou para mandar carregar sobre os alemães, com o diminuto efectivo que dispunha, pouco mais do que uma secção» (*sic*). Quando da última carga dos Dragões, «mandar armar baioneta [...] e a um dado sinal, saltou-se da trincheira [...] aos gritos de - avança... avança...[...] se avançou numa corrida fulgurante [...] Passou para a história a frase do Comandante do meu pelotão: Antes morrer pelas balas do inimigo, do que pelas nossas». Quando os alemães ocuparam o posto, refere «O Comandante de pelotão ainda combatia, agarrado a uma arma. Foi o último a entregá-la [...] Depois sentei-me no chão e admirava a coragem fria e serenidade do meu Comandante de pelotão» (1957, pp. 68-74).

---

<sup>62</sup> Da 9ª Companhia

<sup>63</sup> Da 9ª Companhia

No depoimento do Tenente Marques ao jornal *O Mundo*, confirma o relato em cima apresentado e é caracterizado pelo jornalista como «um beirão, desde as unhas dos pés até à ponta dos cabelos, e adivinha-se o herói inconsciente, o soldado que nunca supõe ter sido além do seu dever» (O Mundo, 1915).

#### f. Pessoal

O 3.º Batalhão expedicionário que embarcou 11 de setembro no vapor *Moçambique* para Moçâmedes<sup>64</sup>, era composto por 21 oficiais (um major, quatro capitães e 16 subalternos (um adjunto, 12 comandantes de pelotão, dois do serviço de saúde e um de administração militar<sup>65</sup>), 32 sargentos, 55 primeiros-cabos, 912 segundos cabos e soldados, 17 clarins ou corneteiros e dois artifices, num total de 1 039 homens (Roçadas, 1919, p. 243).

O relatório de 25 de outubro de 1915 do TCor Alves, do qual já apresentou o conteúdo relativamente aos oficiais, enunciou o seguinte (1919, pp. 237-238):

##### 12.ª Companhia:

2.º Sargento José de Albuquerque, 1.º Cabo nº 275 Abel da Silva Rebelo, Soldado nº 160 Jeremias Lopes Correia e Soldado nº 353 António Vieira, «porque apesar de feridos, nunca quiseram abandonar as fileiras, tomando parte no último contra-ataque das nossas forças contra o inimigo».

2.º Sargento Fernando de Oliveira Leite e 2.º Sargento Tiofilo António Garcia, pelo «valioso auxílio que prestaram sempre ao seu comandante de pelotão».

1.º Cabos nº: 312 e 313 e Soldados nº: 340; 165; 167; 173; 333; 348; 331; 327 e 341, «pela valentia que sempre revelaram durante as fases do combate».

##### 9.ª Companhia:

2.º Pelotão: 1.º Cabo nº 321 António Pereira Afonso, 1.º Cabo nº 202 João Alves Nunes, que na falta de sargentos comandaram as suas secções com a «máxima valentia e sangue frio, observando e fazendo observar as indicações do comandante de pelotão, animando constantemente os seus soldados, revelando-se assim uns excelentes auxiliares». O 2.º Cabo nº 324 Leonardo Caetano de Oliveira e Silva porque, «estando já ferido numa perna, se arrastou para a linha de fogo, continuando a cumprir o seu dever até que recebeu outro ferimento que o impossibilitou». O segundo corneteiro nº199 José Nunes de Carvalho que, «tendo sido encarregado de tirar munições dos mortos e

<sup>64</sup> AHIM 2/2/021/18 (Anexo O)

<sup>65</sup> OE nº 19, 1.ª Série, de 21 de agosto de 1914

feridos e distribuí-las pelos válidos, embora ligeiramente ferido, continuou no desempenho desse serviço».

3.º Pelotão: Soldados nº: 380; 313; 294; 373; 516; 227; 404; 421 e 308 porque quando retiravam da frente de combate, «ao passarem junto do 2º pelotão a ele se incorporaram voluntariamente, tomando parte no combate ao lado dos seus camaradas».

Na Ordem à Força Armada de janeiro de 1915<sup>66</sup>, que publica a relação das praças mortas no Combate de Naulila, onde se podem encontrar nomes de 33 praças do Batalhão do RI 14 das 9.ª e 12.ª Companhias, respetivamente 20 e 13.

Na OS nº 5 de 1 de janeiro de 1915<sup>67</sup>, é dada a ordem para evacuar indisponíveis e dá conhecimento do resultado da junta de saúde de 30 de dezembro de 1914. São evacuados para o hospital de Chibia nove soldados feridos do 3.º Batalhão do RI 14 (três da 9.ª Companhia e seis da 12.ª Companhia) e cinco soldados doentes (quatro da 10.ª Companhia e um da 12.ª Companhia). Resultante da junta: são enviados para o Lubango para tratamento, o Capitão José da Fonseca Lebre da 10.ª Companhia, o Tenente médico Maldonado, o Tenente José Cabral e o soldado nº 237 da 12.ª Companhia e regressam à Metrópole o 2.º sargento nº 388 da 12.ª Companhia, o 1.º cabo nº 287 da 10.ª Companhia e 5 soldados (quatro da 9.ª Companhia e um da 12.ª).

O estado de saúde do pessoal era crítico e o número de indisponíveis aumentava diariamente. Tomando como referência os Mapas da Força do Batalhão<sup>68</sup>, do mês de fevereiro de 1915, contando apenas com as Companhias que se encontravam em Gambos (9.ª e 12.ª), comparando entre o dia 01 ao 26 desse mês, constata-se que dos oito oficiais combatentes, cinco estão disponíveis e das 340 praças, apenas 311 estão operacionais.

Na exposição do TCor Alves Roçadas<sup>69</sup> para o General Pereira D'Eça sobre as tropas do seu comando, de 26 de março de 1915, refere que as baixas são «assustadoras» porque os homens não têm a robustez e saúde necessárias e «grande parte mesmo com defeitos que os inibe de ser soldados». Relata, também, que durante as revistas médicas passadas ainda a bordo, antes do desembarque em Moçâmedes, 200 praças do Batalhão do RI 14, deveriam ter sido dadas como incapazes.

Os casos de praças doentes ia aumentando devido «à relutância que as mesmas têm em tomar o quimino preventivo», de modo que na OS nº 31 de 30

<sup>66</sup> AHM 2/2/024/002

<sup>67</sup> AHM 2/2/022/003

<sup>68</sup> AHM 2/2/025/003

<sup>69</sup> AHM 2/2/028/004

de março de 1915<sup>70</sup>, é determinado aos comandantes que tomem as diligências necessárias para que «as praças recebam e tomem diariamente aquelle medicamento» (sic).

Após a junta médica que examinou as praças de Infantaria 14, é enviado, em 7 de junho de 1915, ao Chefe de EM de Moçâmedes as conclusões do relatório <sup>71</sup>, referindo que

«das seiscentas e vinte oito praças examinadas, quatrocentas e trinta e três foram julgadas incapazes e as restantes aptas para serviço moderado. Estas últimas [...] estão contudo predispostas a serem atacadas de acessos de impudismo em virtude de, na sua maioria, estarem já impaludadas». Por esse motivo, considera-se que mesmo as praças aptas para o serviço deveriam estar «em lugar muito salubre e onde possam ser facilmente socorridas».

O Capitão Vasconcelos, Chefe do Serviço de Saúde, termina a nota propondo ao General Comandante que todas as praças do RI 14 fossem repatriadas, mesmo as que foram julgadas capazes para o serviço moderado, justificando essa proposta «por me parecer que d'elas pouco mais teremos a esperar do que o consumo de géneros sem compensação produtiva apreciável e a sobrecarga futura e prejudicial dos estabelecimentos hospitalares» (sic).

Além das doenças, os militares também sofriam com falta de água como é patente na documentação oficial, como as instruções para «operações ativas» de 13 de junho de 1915<sup>72</sup>, onde se pode ler «sabendo-se da grande falta de água que existe na região [...] os Srs. Comandantes das unidades devem usar da sua iniciativa na adopção de meios que permitam o transporte de água».

#### **g. Infraestruturas**

As expedições instalavam-se em acampamentos, sempre que possível em zonas urbanizadas, onde se poderiam alugar barracões para alojar as tropas. Quando tal não acontecia ou não eram suficientes, os serviços e pessoal eram distribuídos por tendas e os animais e armazéns eram instalados em barracões de palha, que muitas vezes se incendiavam. As tropas eram organizadas por subunidades, com zonas separadas para oficiais e com uma

---

<sup>70</sup> AHM 2/2/022/003

<sup>71</sup> AHM 2/2/033/065 (Anexo P)

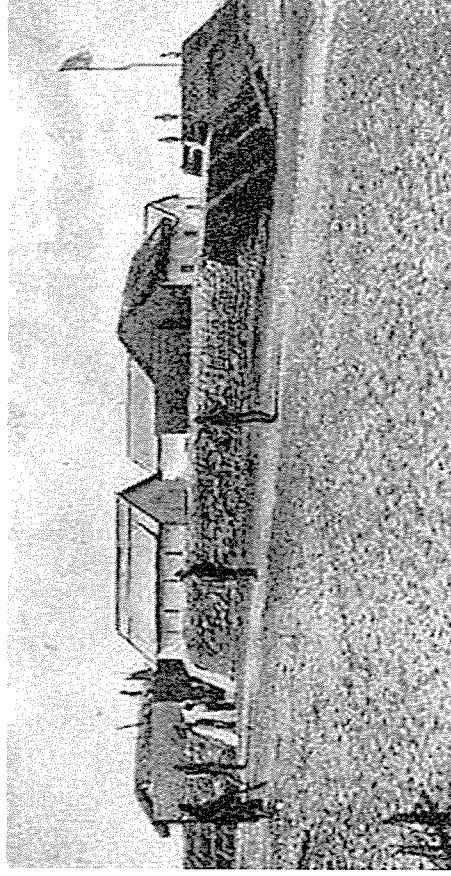
<sup>72</sup> AHM 2/2/035/026



parte central destinada ao comando, secretarias e outras dependências de cariz administrativo (Arrifes, 2004, p. 186).

Os fortes não apresentavam características que justificassem esse nome, o terreno circundante encontrava-se deficientemente organizado, com trincheiras sem parapeito e que não garantia uma defesa em perímetro efetiva (Figura 15). O seu interior tinha construções em capim, altamente inflamável, como demonstrado no combate de Naulila, que não assegurava a proteção necessária aos equipamentos e prejudicava a sua defesa. Um exemplo da precariedade das instalações onde os expedicionários viviam é dado por um oficial que, num relato do combate de Naulila, descreve o seu forte:

«Forte! Quem chama aquilo um forte: meia dúzia de barracões feitos em capim (palha) e cercados de arame farpado [...] logo às primeiras granadas, como era todo capim, arde imediatamente, formando um enorrimo brasero, onde chamas duma altura imensa devoram os nossos víveres, as nossas roupas, as nossas bagagens, enfim, tudo o que era nosso e do estado» (Várão, 1934, p. 73).



**Figura 15 – Exemplo de um Forte (Cuangar)**

Fonte: Martins, 1935.

O comandante da 2.<sup>a</sup> Bateria de Metralhadoras e comandante do Destacamento de Naulila, refere no seu relatório<sup>73</sup> que apenas emprega a palavra «forte» porque é de uso comum porque este não tinha «qualquer obra de defesa

<sup>73</sup> AHM 2/2/021/012

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

que tal nome merecesse» e que consistia apenas de «uns barracões e varias construções tudo em capim, e como obras de fortificação, apenas pequenas trincheiras sem parapeto, nas faces leste e sul, tudo cercado por farpado com abatizes na face leste».

Após o combate de Naulilla e ocupação da posição em Gambos, o Batalhão continuou alojado em tendas, sendo as instalações fixas reservadas apenas para arrecadações, como é exemplo a ordem, constante na OS nº 12 de 11 de janeiro de 1915<sup>74</sup>, ao comandante do 3º Batalhão para construção de um barracão «de pau e pique, coberto de folhas de zinco [...] destinado à guarda de géneros».

Os animais selvagens que por vezes atacavam os mais incautos, os ratos do mato que se alimentavam de cadáveres e espalhavam doenças e a quantidade de insetos que grassava devido às deficientes condições higiénicas, não deveriam tornar agradável a estadia nestas instalações (Arrifes, 2004, p. 186).

---

<sup>74</sup> AHM 2/2/022/003



## CONCLUSÕES

O RI 14 foi criado em Tavira em 1806, ano em que todos os regimentos são numerados, devido à reorganização do Exército. Até 1914, data de projeção para Angola, o RI 14 foi chamado a intervir por diversas vezes, dentro e fora do território nacional, e continua a fazê-lo até à atualidade. É dos regimentos do Exército Português com história mais relevante, devido à sua conduta própria e enquanto herdeiro das tradições dos *Infantes das Beiras*, fruto das consecutivas reorganizações que extinguíram todos os regimentos desta região. Até à I GM destacou-se na Guerra Peninsular, tendo combatido desde os primeiros empenhamentos até 1813, quando se expulsou o Exército Napoleónico da Península Ibérica e participou nas guerras civis que assolaram Portugal no século XIX, inicialmente por D. Miguel e depois por D. Maria II.

O Batalhão foi constituído em Viseu num período muito curto, em menos de duas semanas estava totalmente organizado e, pouco depois, a 11 de setembro de 1914, embarcou com destino a Angola. Após a chegada a Moçâmedes, em 1 de outubro, deslocou-se para o Planalto de Huila para preparação da *Força em Operações no Sul de Angola*, que foi logo marcada pelo incidente de Naulila de 18 de outubro e os subsequentes ataques aos Postos Militares na Região de Cuanagar. Estes acontecimentos precipitam a marcha do Batalhão para Sul, que foi bastante difícil devido à distância, clima e falta de água que se faziam sentir.

Nas vésperas do Combate de Naulila, as Companhias do Batalhão dividiam-se por três locais, a 11.<sup>a</sup> participava numa missão de vigilância na

região de Ediva, a 9.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> estavam em Naulilla e a 10.<sup>a</sup> estava com o comando do Batalhão na região de Calueque. Em 18 de dezembro, o ataque alemão iniciou-se, às 5h00, incidindo sobre o flanco esquerdo da posição, onde estava o 3.º Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia. Naulilla não dispunha de organização do terreno que permitisse uma defesa eficaz e as forças portuguesas, com atos de bravura e cobardia, foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte, do qual resultaram vários mortos, feridos e prisioneiros do Batalhão do RI 14.

Depois de Naulilla, o Batalhão deslocou-se para os Gambos, onde ficou até maio de 1915, tendo sido um período duro, devido à seca que massacrava o Sul de Angola e à falta de equipamento, fardamento e reabastecimento. Marchou para Chibia, onde o Major Alberto Salgado deixou o comando do Batalhão, deslocou-se para Lubango e por fim Moçâmedes, onde começou a embarcar para a metrópole no princípio de agosto.

Dos dados recolhidos pode concluir-se que os Corpos Expedicionários não possuíam doutrina específica, atual e adequada à tipologia de missões a executar e inimigo e terreno a defrontar, nomeadamente no teatro de operações de Angola.

A ausência doutrinária tem implicações nas outras dimensões em análise, como por exemplo: a Organização, de acordo com o emprego doutrinário das forças, estas assim se organizam para combater; o Treino, se não houver doutrina de emprego de forças enquadrantes, não é possível definir quais as técnicas, táticas e procedimento a treinar; Material, a doutrina é condicionada pelo material existente mas também define o emprego dos meios, de acordo coma as características dos mesmos.

O Batalhão encontrava-se estruturado em quatro companhias e não dispunha de apoio de combate orgânico, o mesmo sucedendo com as companhias. O apoio de combate era garantido pelos grupos de metralhadoras e por baterias de artilharia, que dependiam diretamente do comandante das forças em operações e reforçavam os destacamentos, no que se poderia designar atualmente de força-tarefa.

Da análise da campanha, constata-se que esta organização era a normal na época e que durante a expedição se formaram destacamentos, comandados pelo oficial mais antigo, quase sempre o Major Alberto Salgado tinha essa função, reforçados por baterias de metralhadoras e secções de artilharia. Concluímos, assim, que a organização não teve influência negativa direta nos empenhamentos táticos e desfecho da campanha.

Pouco mais de uma semana após a constituição do Batalhão, o mesmo estava a partir com destino a Angola. No período passado a bordo, a instrução não poderia incluir aspectos do treino de técnicas, táticas e procedimentos de preparação para os combates. No Planalto de Huila, as unidades só estiveram uma semana, antes de iniciarem a marcha para Sul. Ou seja, o Batalhão só teve oportunidade para treinar uma semana em Visau e uma semana no Planalto de Huila, antes de se constituir a *Força em Operações no Sul de Angola*. Se o Batalhão fosse composto por militares do mesmo regimento, onde as companhias estivessem rotinadas a treinar em conjunto e os oficiais conhecessem os seus homens, este pouco tempo de treino poderia ter sido maximizado. Assim, com militares de 25 regimentos diferentes a integrarem a unidade, esta carecia de muita integração, treino e preparação coletiva.

A título de exemplo e com as devidas reservas, não querendo comparar diretamente duas realidades diferentes espaçadas de um século, os aprontamentos típicos do Exército Português da atualidade para os Batalhões, constituídos como Forças Nacionais Destacadas, tem a duração de seis meses. Deste tempo, sensivelmente metade é dedicado ao treino convencional, desde treino de combate individual até ao treino coletivo de escalão batalhão. A outra metade é dedicada ao treino orientado para a missão, durante a qual se prepara a força especificamente para o teatro de operações, nomeadamente para a tipologia de operações a desempenhar, terreno e ameaça a enfrentar. O 3.º Batalhão teve, na melhor das hipóteses, meio mês de treino, em vez deste meio ano.

Conclui-se que o Batalhão praticamente não se preparou para a missão, em termos do treino das técnicas, táticas e procedimentos para fazer face ao terreno, inimigo e condições meteorológicas que iriam encontrar no Sul de Angola. Como consequência, havia falta de entrosamento dos militares do Batalhão, resultando uma grande heterogeneidade e um desconhecimento das praças por parte dos oficiais, que se terá tornado evidente no fraco desempenho em combate, como aconteceu em Naulila. No entanto, mesmo com este treino deficiente, o fraco desempenho em combate não foi generalizado.

Da pesquisa realizada não se pode inferir que, na chegada a Angola, existissem limitações de material. No entanto, o TCor Alves Roçadas faz referência a isso, numa fase posterior, quando dos reforços das expedições e ao material das unidades de artilharia e cavalaria. Assim, deduz-se que, com exceção do fardamento que, de uma forma geral e não especificamente para o Batalhão, não se adequava ao clima e terreno onde operavam os militares, não haveria problemas de maior a apontar.

Contudo, após o combate de Naulilla, devido ao reabastecimento das arcações neste forte, extraviou-se material na retirada e perda de alguns dos carros que transportavam o material coletivo das unidades, como aconteceu com o carro que transportava as malas dos oficiais do Batalhão, as faltas de material são evidentes, nomeadamente de armamento e fardamento.

O mês de janeiro de 1915 foi marcado por repetidas tentativas de repor o armamento individual e de dotar os militares de fardamento. No entanto, consta-se que em março, ainda não havia espingardas para devolver aos civis que tinham entregado as suas numa tentativa de suprir as faltas. Em abril do mesmo ano, o Batalhão não tem à sua carga qualquer artigo de fardamento, além dos que foram distribuídos aos seus militares, que na maioria se encontravam em mau estado e algumas forças até sem calçado.

Dos autos de abate de material das companhias, pode verificar-se que houve elevadas perdas de material, especialmente nas que foram empenhadas no combate de Naulilla (9.ª e 12.ª), mas também na retirada do mesmo para Norte (10.ª), tal não se verificando na 11.ª Companhia, que se encontrava na região de Ediva.

Conclui-se que inicialmente não se verificavam limitações de materiais condicionantes para a atividade do Batalhão mas, a partir de finais de dezembro de 1914, toda a ação foi grandemente influenciada pelas grandes dificuldades de material, nomeadamente falta de armamento e fardamento e equipamento individual.

O Batalhão era composto por 21 oficiais que, na sua maioria, tiveram uma conduta irrepreensível durante as campanhas e que apresentaram carreiras brilhantes, desempenhando até funções ao mais alto nível do estado, como o Coronel Lopes Mateus, comandante da 11.ª Companhia, que foi Ministro e Governador-geral de Angola.

A liderança de topo do Batalhão, o «enérgico comandante, major Salgado, oficial dos mais experimentados nas campanhas coloniais», como foi caracterizado pelo TCor Alves Roçadas, era um veterano de Moçambique e Angola, que demonstrou ser um comandante rigoroso mas justo. Revelou ser um homem de ação que, mesmo depois da dura missão do Batalhão do RI 14, continuou no teatro como comandante do Batalhão do RI 18. Depois destas campanhas, regressou a operações em África mas, em Moçambique, passou por várias unidades, tendo terminado a sua carreira como comandante do RI 32. O seu registo disciplinar, nomeadamente os louvores e condecorações que foram impostas, atestam a grande qualidade deste oficial, agraciado por duas vezes com a mais alta condecoração nacional, a Ordem Militar de Torre

e Espada de valor, lealdade e mérito. A propósito do ataque a Naulila, o TCor Alves Roçadas refere que o destacamento comandado pelo Major Alberto Salgado, que se encontrava em Calueque, «conservou-se nas suas respetivas posições até receber ordem de retirar».

O Capitão Artur Homem Ribeiro, comandante da 9.<sup>a</sup> Companhia, cuja vida foi ceifada em Naulila, aos 40 anos de idade, demonstrou heroísmo e diligência no modo como comandou a 9.<sup>a</sup> Companhia no combate de Naulila. Os outros comandantes de companhia que foram analisados, nomeadamente o Capitão António Lopes Mateus, da 11.<sup>a</sup> Companhia e o Capitão Aristides Rafael da Cunha, comandante da 12.<sup>a</sup> Companhia, já tinham experiência em campanhas em África, em Angola e Moçambique, respetivamente.

O Capitão Lopes Mateus, que não foi empenhado no combate de Naulila, não embarcou de regresso à metrópole com os restantes camarada do RI 14 e assumiu o comando de uma nova companhia, sob o comando do Major Salgado. Apenas três meses depois de regressar de Angola embarcou para Moçambique, revelando o espírito de sacrifício e abnegação deste oficial. Terminou a sua carreira militar como comandante do RI 14, assumindo de seguida as funções como ministro, comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa e Governador-geral da Colónia de Angola. A sua competência pode ser atestada pelos mais de 20 louvores e inúmeras condecorações que recebeu, de que se destacam a de Comendador da Ordem Militar de Aviz e Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

O Capitão Aristides Rafael da Cunha, o único capitão que não servia no RI 14, deu provas do seu valor nestas campanhas e em Moçambique, tendo sido condecorado com as Cruzes de Guerra de 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Classes. Participou nos contra-ataques às forças alemãs que atacaram Naulila, sendo referido no relatório do TCor Alves Roçadas «pela iniciativa e coragem reveladas ao comando da sua companhia, durante o combate do dia 18».

Relativamente aos comandantes de pelotão, e em termos gerais, as suas as prestações no combate de Naulila, não são dignas de lustre para a ação e não honram totalmente a memória dos militares do RI 14, apesar de não serem generalizadas e apenas corresponderem a um terço dos subalternos envolvidos no combate.

Os Alferes Pissara, comandante do 3.º Pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, e Costa, comandante de Pelotão da 12.<sup>a</sup> Companhia, durante o combate de Naulila, abandonaram o campo de batalha, por seu livre arbítrio antes do combate ter terminado e sem que fossem compelidos por quaisquer circunstâncias que o justificassem.

No entanto, os outros quatro comandantes de pelotão que estiveram presentes no combate tiveram uma conduta isenta de mácula, sendo inclusivamente referenciados no relatório do TCor Alves Roçadas. O Tenente Cabral, comandante de pelotão da 12.<sup>a</sup> Companhia, é o único que não mereceu referência personalizada, dizendo-se apenas que, juntamente com outros oficiais e praças sob as ordens do Comandante da Coluna, e ao ter de se iniciar a retirada do campo de combate de Naulila, atravessou o rio Cunene no vau Chiquenda, para a margem direita.

O Alferes Amadeus Gomes de Figueiredo comandante de pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, foi referenciado pelas disposições acertadas que tomou na defesa dos vau de Cantangombe e Cabeço, quando foi atacado, na manhã do dia 18. O Alferes Reinaldo Vale de Andrade, comandante de pelotão da 12.<sup>a</sup> Companhia que apoiava a bateria de artilharia, foi apreciado pelas suas provas de iniciativa, serenidade e coragem, com que dava um belo exemplo aos seus subordinados. Uma referência especial ao Tenente Marques, comandante de pelotão da 9.<sup>a</sup> Companhia, que tão heroicamente se bateu também no combate de Naulila, após o qual foi feito prisioneiro pelos alemães.

Conclui-se que as lideranças superiores do Batalhão, nomeadamente o comandante de Batalhão e comandantes de companhia, eram oficiais veteranos das campanhas africanas em Angola, Moçambique ou ambas, com folhas de serviço que demonstram que eram militares de elevada craveira. Os comandantes de pelotão, com apenas duas exceções, exerceram a sua ação de comando de forma eficaz e reconhecida, não tendo sido responsáveis pelos desfechos menos positivos da campanha.

O Batalhão Expedicionário era composto por 21 oficiais, 32 sargentos, 55 primeiros-cabos, 912 segundos-cabos e soldados, 17 clarins ou corneteiros e dois artifices, num total de 1 039 homens.

Apesar de ter havido relatos de praças do Batalhão que abandonaram as posições como «carneiros», muitos houve que deram provas de bravura, como referido pelo TCor Alves Roçadas no seu relatório. Sobre os militares escreveu que, apesar de feridos, nunca quiseram abandonar as fileiras, tomando parte no último contra-ataque das nossas forças contra o inimigo; outros, na falta de sargentos, comandaram as suas secções com valentia e sangue frio, observando e fazendo observar as indicações do comandante de pelotão. O TCor Alves Roçadas faz uma referência especial aos militares que, ao retirarem depois da ordem do Alferes Pisarra, ao passarem junto do 2.º Pelotão a ele se incorporaram voluntariamente, tomando parte no combate ao lado dos seus camaradas. Este combate resultou na morte de 34 militares e na captura de 51 militares.



O estado de saúde dos militares do Batalhão degradou-se, havendo baixas «assustadoras», revelando que os homens não tinham a robustez e saúde necessárias para serem soldados. A junta médica que examinou as praças de Infantaria 14, em junho de 1915, relatou que quase 70% das praças estavam indisponíveis e que as que estavam aptas para o serviço, já se encontravam «impaludadas», considerando que todas as praças deveriam ser repatriadas. Além das doenças, os militares também sofriam com falta de água como é amplamente referido na documentação oficial.

Não preparados para operar na dureza do clima africano, desanimados depois do combate de Nauilla, a participação do Batalhão foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e, em especial, da seca.

Verifica-se que, na quase totalidade do período passado em Angola, as forças estiveram alojadas em tendas, com poucas condições de higiene, que potenciavam a proliferação de insetos, justificando o estado de saúde deplorável do Batalhão no período final da missão, apresentado anteriormente.

Os fortes não apresentavam características que justificassem esse nome, o terreno circundante encontrava-se deficientemente organizado, com trincheiras sem parapeto e que não garantia uma defesa em perímetro efetiva. O seu interior tinha construções em capim, altamente inflamável, como demonstrado no combate de Nauilla, que não garantia a proteção necessária aos equipamentos e prejudicando a sua defesa logo do anterior.

Conclui-se que as condições de vida dos militares eram precárias e prejudicavam o grau de prontidão e proficiência das unidades para o combate. A parca organização do terreno, materializada na forma como os fortes se encontravam preparados para a sua defesa, teve grandes implicações para o desenrolar da campanha, como o combate de Nauilla pode atestar.

Desta forma consideramos que foi respondida à problemática a que nos propusemos no início da investigação: Como é que foi influenciada a participação do Batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?

A hipótese formulada foi verificada quase na totalidade. Conclui-se que a falta de preparação para o terreno e para o inimigo e as condições ambientais às quais os militares do Batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do Batalhão, bem como a liderança eficaz da maioria dos seus oficiais. Relativamente ao seu contributo para o desfecho da campanha, conclui-se que até final de 1914, a ação do Batalhão contribuiu significativamente para a mesma. No entanto, em 1915, com a chegada dos vários reforços à expedição e com a

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

continua degradação do estado de saúde dos seus militares, o seu contributo não foi tão significativo.

A participação do Batalhão do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e da dureza do clima africano, em especial da seca e doenças que assolam esta parte do mundo, bem como da falta de treino e material. Apesar destas circunstâncias adversas, a maioria dos *Viriatos* deu provas de valor e heroísmo, tendo regressado à metrópole de «cabeça erguida» e contribuindo de forma indelevel para integridade territorial da nação, que manteve a sua colónia por mais 60 anos, até 1975. Sobre estas campanhas, o Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato, refere «a História alicerçará a glória de Portugal, gritando aos quatro cantos do Mundo que o extenso território colonial – que ainda hoje possuímos – é nosso, é três vezes nosso: - porque o descobrimos, porque o conquistamos e porque o regamos com o nosso sangue, defendendo-o.» (p. 9).

Mais de 200 anos após a sua criação em Tavira e 172 anos depois da sua implantação em Viseu, o RI 14 é um dos Regimentos do Exército Português com história mais ilustre e o que está há mais tempo implantado no mesmo local, com a mesma designação. Hoje, como no passado, há 100 anos no Sul de Angola ou bem recentemente no norte do Kosovo, o RI 14 continua a ser chamado a defender a soberania e honrar os compromissos internacionais da nação. Com igual valor e abnegação, os seus soldados cumprem a missão e elevam o nome de Portugal.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes arquivísticas

- 1. Arquivo Geral do Exército (ArqGEx) – Folhas de Matrícula**
  - Caixa --- – General José Augusto Alves Roçadas
  - Caixa 0719 – Coronel António Lopes Mateus
  - Caixa 1262 – Capitão Artur Homem Ribeiro
  - Caixa 1680 – Coronel Aristides Rafael da Cunha
  - Caixa 2275 – Coronel Alberto Salgado
- 2. Arquivo Histórico Militar (AHM) - 2ª Divisão / 2ª Secção – Angola**
  - Caixa 021
  - Nº 012 – Relatório sobre o combate de Naulila pelo Capitão José Mendes dos Reis, comandante do destacamento
  - Nº 018 – Movimentos de tropas
  - Nº 019 – Assuntos relacionados com a Campanha do Sul de Angola
  - Nº 022 – Material Requisitado para o Destacamento Misto
  - Caixa 022
  - Nº 002 – Informações prestadas pelo Governador-Geral de Angola ao Ministro das Colónias

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

- Nº 003 – Ordens de Serviço do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 09/09/1914 e 27/04/1915
- Nº 005 – Elementos do Adjunto do TCor Alves Roçadas (1/10/1914 a 7/6/1915)
- Nº 010 – Documentos debatendo assuntos sobre pessoal, material e viaturas (dezembro de 1914 a março de 1915)
- Caixa 023
- Nº 002 – Instruções e Ordens de Operações das Operações no Sul de Angola (08/11/1914 e 03/03/1915)
- Nº 004 – Extravio, inutilização e perda de fardamento e material de guerra do 3º Batalhão do RI 14
- Caixa 024
- Nº 002 – Praças mortos em Naulila
- Nº 003 – Material sanitário para as campanhas em Angola
- Nº 014 – Projeto de campanhas futuras do TCor Alves Roçadas
- Caixa 025
- Nº 003 – Mapas de Força, material e animais de fevereiro de 1915
- Nº 012 – Circunstâncias em que alguns oficiais abandonaram o campo da luta durante o combate de Naulila (pelo juiz auditor junto do destacamento expedicionário ao Sul de Angola)
- Caixa 028
- Nº 004 – Operações no Sul de Angola – Relatório do TCor Alves Roçadas para o General Pereira D'Eça
- Caixa 030
- Nº 020 – Pedido do Comandante do Batalhão do RI 14 sobre fardamento
- Nº 036 – Material de guerra e equipamento à carga do Batalhão do RI 14
- Nº 044 – Correspondência entre o Comandante do Batalhão do RI e o escalão superior
- Caixa 033
- Nº 065 – Relatório de junta médica das praças do Batalhão do RI 14

Caixa 035

Nº 026 – Instruções para as forças em operações na campanha do sul de Angola (13/06/1915)

Caixa 041

Nº 011 – Narrativa do TCor Alves Roçadas sobre as operações militares

Caixa 042

Nº 015 – Ordem de Batalha, unidades e serviços que constituem as forças em operações

Nº 041 – Organização do Comando Superior das Forças em Operações em Angola: Quartel-General e Unidades de Artilharia, Cavalaria e Infantaria

Caixa 043

Nº 002 – Motivos porque não foi levantado o auto de corpo de delito dos combates de Naulila

Caixa 044

Nº 001 – Esclarecimento do Coronel Alves Roçadas sobre o seu Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914

### 3. Biblioteca do Exército (BE) - Ordens do Exército

OE nº 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914

OE nº 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914

OE nº 22. 2ª Série, de 05 de setembro de 1914

OE nº 13. 2ª Série, de 20 de julho de 1918

### Outras Fontes

Bilhete-postal do Capitão Homem Ribeiro para o Adelino Campos, datado de 16/10/1914, gentilmente fornecido pelo TCor Marques da Silva, que colaborou na homenagem à sua memória de 30 de março a 25 de abril de 2014, no concelho de Nelas.

### Bibliografia

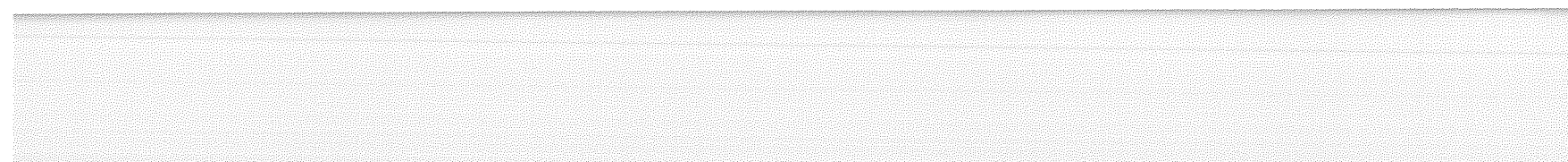
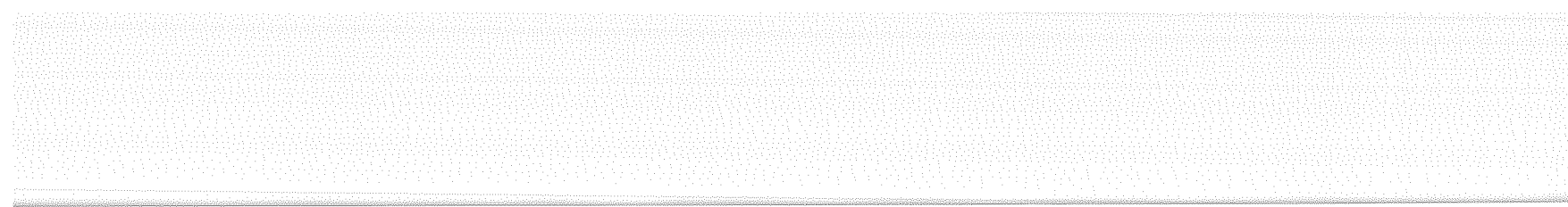
- Africana Age, 2011. *Africana Age*. [Em linha] Disponível em: <http://exhibitions.nypl.org/africanaage/maps.html> [Acedido em 21 julho 2014].
- arqnet, 2010. *O Portal da História, onde o passado encontra o futuro!*. [Em linha] Disponível em: <http://www.arqnet.pt/> [Acedido em 5 novembro 2014].
- Arquivo Histórico Militar, 1907. Alguns dos oficiais que tomaram parte na Campanha do Sul de Angola - 1907. Em: F. Martins, ed. *A História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, p. 463.
- Arrifès, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.
- Barata, M. T. & Teixeira, N. S., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. 1ª Edição ed. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Casimiro, A., 1922. *Naulila*. Lisboa: Seara Nova, Anuário do Brasil.
- Centeno, J. T., 2008. *O Exército Português na Guerra Peninsular - Vol. 1 - Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa*. Lisboa: Prefácio .
- Chiavenato, I., 2008. *Recursos Humanos – o Capital Humano das Organizações*. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Cid, A. B., 1951. *O Nº14 na Infantaria Portuguesa*, Viseu: Regimento de Infantaria Nº 14.
- Cid, A. J. B., 1957. *Unidades de 1ª Linha de Infantaria que tiveram Quartel na Cidade de Viseu*. Lisboa: s.n.
- Correia, J. S., 1943. *Ngiva, Campanha do Sul de Angola de 1915, Seus antecedentes Naulila*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.
- Costa, G. d., 1925. *A guerra nas colónias 1914-1918*. 1ª Edição ed. Lisboa: Artur Brandão e Cª.
- Costa, G. d., 1925. *A Guerra nas Colónias, 1914-1918*. Lisboa: Portugal - Brasil.
- Exército Português, 1914a. *OE nº 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914*, s.l.: s.n.
- Exército Português, 1914b. *OE nº 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914*, s.l.: s.n.
- Exército Português, 1994. *A História do Exército Português*. Lisboa: Estado-Maior do Exército .
- GPEx, 2013. *Gestão de Projetos do Exército*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1936-60. José Augusto Alves Roçadas. Em: Vol.25, ed. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. 25 ed. Lisboa: Editorial, pp. 828-829.

- Ilustração Portuguesa Nº 448, 1914. As expedições portuguesas a África. Issue O batalhão de Infantaria 14, vindo de Vizeu para seguir na expedição a Angola, saindo da estação de Santa Apolónia em direção ao quartel de Infantaria 5, p. 375.
- Ilustração Portuguesa Nº 446, 1914. Expedição a Angola. Issue Oficiais da Expedição a Angola, p. 308.
- Instituto Diplomático, 2016. *Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. [Em linha] Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-conferencia-de-berlim.html> [Acedido em 21 setembro 2016].
- Lucas, A. J. d. C., 1989. *Campanha de África 1914-1918*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar.
- Machado, E., 1956. *No sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra - volume segundo*. 1ª Edição ed. Lisboa: Ática.
- Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Martins, F., s.d. *Portugal na Grande Guerra*. s.l.:Editorial Ática.
- Martins, L. A. F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- MDN, 2011. *Diretiva Ministerial Orientadora Do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar - Despacho n.º/MDN/2011, de 31 de janeiro*, Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Moura, R. & Dias, A., 2009. *O 14 de Infantaria*. Regimento de Infantaria Nº14 ed. Viseu: s.n.
- NATO, 2006. *MC 550*. s.l.:s.n.
- NP 4427, 2004. *Instituto Português da Qualidade*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ipq.pt/custompage.aspx?modid=35&pagid=4058> [Acedido em 18 julho 2014].
- O Mundo, 1914. Ar Empestado. *O Mundo*, 31 dezembro, p. 1.
- O Mundo, 1915. Depoimento do Tenente Marques. *O Mundo*, 24 agosto.
- PAD 320-01, 2008. *Publicações do Exército*, Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- PDE 4-00, 2007. *Logística*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Pélissier, R., 1986. *História das Campanhas de Angola: Resistência e Revolta (1845-1941) Volume II*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pélissier, R., 2003. *História das Campanhas de Angola*. Lisboa : Editorial Estampa.

- Pires, N., 2013. *Portugal na Grande Guerra de 1914-1918*, s.l.: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.
- Pires, N. L., 2013. *Portugal na Grande Guerra de 1914-1918*, s.l.: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.
- Plataforma Macau Media, 2014. *Plataforma Macau*. [Em linha] Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/sociedade/maziua-1914-a-entrada-de-mocambique-na-i-guerra-mundial> [Acedido em novembro 2014].
- PMBOK, 2008. *A Guide to the Project Management Body of Knowledge. Fourth Edition* ed. Newtown Square, Pennsylvania: Project Management Institute., 4ª ed. Pennsylvania: Project Management Institute.
- Revista Militar nº 8/9, 2003. Massano de Amorim. *Revista Militar nº 8/9*, agosto/setembro, p. 752.
- RGIE, 2002. *Regulamento Geral da Instrução do Exército*, Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Roçadas, J. A., 1919. *Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Salgado, A., 2011. *O Sul de Angola no início do Século XX - Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Braga: CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, E. M., 1957. *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos*. Guimarães: Livraria Cruz.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Selvagem, C., 1994. *Portugal Militar*. 2ª reimpressão ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Strachan, H., 2004. *The First World War in Africa*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Teixeira, A. A., 1935. *Naulila*. s.l.:Ministério das Colónias.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e Grande Guerra. Em: N. S. Teixeira & M. T. Barata, edits. *Nova História Militar de Portugal - Volume 4*. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, pp. 14-34.

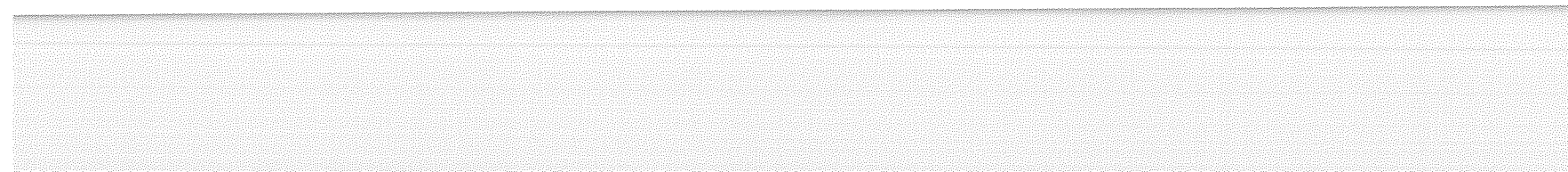
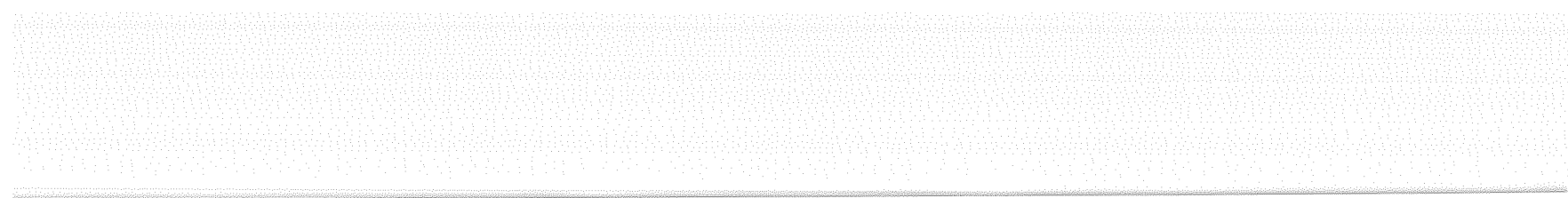


- Telo, A., 2013. *Portugal e a Grande Guerra: Condicionamentos Gerais*, s.l.: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.
- Telo, A. J., 2013. *Comissão Coordenadora da Evocação Do Centenário da I Guerra Mundial*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/> [Acedido em 18 Abril 2014].
- US Army, 2005. *FM 1 - The Army*. Washington, DC: Headquarters Department of the Army.
- Várão, A. F., 1934. *Investidas Alemãs ao Sul de Angola*. Lisboa: s.n.
- Yukl, G., 2002. *Leadership in Organizations*. 5ª ed. New Jersey: Prentice-Hall Publishers.





## ANEXOS



Anexo A - Ordem de Serviço Nº 13 de 26 de novembro de 1914 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola (AHM 2/2/023/002)

Ordem Nº 13

Forte Roçadas, 26 de Novembro de 1914.

O Ex. Comandante determina e manda publicar:

a) Que se publique a Circular Nº. 123 da Hqs. do Comando das forças em operações:

sendo ultimamente chegada a este Comando informações sobre inexactidão de news distribuído por albatão, as quais parcialmente se reconhecem sempre fiáveis, factos estes que podem produzir graves transtornos e provocar acrim e desconfiança ás operações e sobretudo ao plano, S. Ex. o Comandante determina:

- que por todos - autoridades, officiaes e praças haja um multíplo cuidado em tal serviço, devendo ser observado o mais rigor e os culpados de manciada serão fiscal-se a verdade das noticias ou informações antes de sua transmissão á hierarchia superior;

- que todos aqueles que infringirem as determinações, quer sejam por incompetência, quer por falta de scrupulos ou outro modo, quer por qualquer proposito serão rigorosamente



namente santificados, digo, punidos, há  
por saber S. E. que se deve partir do prin-  
cípio de que Soutoal não está em guerra  
com a Alemanha e que por este facto  
se devem tomar cuidado em não pen-  
tar em territórios alheios pelo que se  
nomos elementos de segurança não de-  
vem passar além do pequeno posto de  
Onguangua e fronteira do Camato.

Os oficiais são em vigilância no  
margem direita do Cubene, para se  
fazer no seu Cabique, não se tem  
nã se quiser forças alheias que por aca-  
so andem no margem esquerda do re-  
ferido rio, em território alheio.

Finalmente, o mesmo S. E. se deseja  
que se tem comprehendido a natureza  
presta de alta influencia que o serviço  
de informação sobre no decurso de qual  
quest operação. (A) = Racados.



Anexo B - Instruções de 15 de dezembro de 1914 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola para o Comandante do Destacamento da Dongoena (AHM 2/2/023/002)

*Assinatura*

5

Forças em Operações no Sul de Angola  
Quartel General



Naulila  
15-12-14  
6h



INSTRUÇÕES

Ao Sr. Comandante do Destacamento da Dongoena

Calueque

14-Do destacamento de Naulila são mandadas duas seções de infantaria, uma para cada um dos vaus de Gabélo e de Satangombe que ficam entre Naulila e o vaú de Nangula, afim de intercettare aqui as passagens do rio.

22-a) A missão do destacamento do Sr. Major Salgado é defender os vaus de Calueque e Nangula e opor-se ao avanço do inimigo pela margem direita do Cunene na direção de Naulila e Dongoena

b) Em caso de ataque do inimigo, a artilharia só deve intervir quando se lhe apresente objetivo importante d'onde resulte vantagem da sua acção, pois pode tratar-se de um simples reconhecimento do inimigo para saber as forças que ahí dispomos.

c) No caso de se oferecer occasião propicia de obter grandes vantagens sobre o inimigo poderá empregar de começo a artilharia, combinando a sua acção com a da infantaria e cavalaria para completar o seu efeito.

d) Quando se saiba que o inimigo força a passagem dos vaus a montante de Nangula deve proceder de forma que a artilharia não fique comprometida, convido faze-la marchar pelo caminho interior da margem direita que vae dar ao vaú Gabélo (por este da Lagoa Gipanga), acompanhada por um auxilliar que seja bom guia. O comandante de artilharia logo que chegue á altura daquelle vaú, mas afastado d'ele para o interior, deverá comunicar para Naulila, afim poder ser mandado para Naulila ou para qualquer outro ponto, conforme a situação.

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

Os carros devem estacionar bastante á retaguarda na altura do vau de Cabello (afastados do caminho) fazendo-se áhi o abastecimento das forças. No estacionamento fica o material de cozinha e viveres necessários para 2 ou 3 dias. No caso de ataques das forças inimigas e não convenha ter esses viveres e material no estacionamento, serão conduzidos pelos serviços preparados para o interior do arvoredo na direção do caminho interior da Dongoena.

32-Quaesquer duvidas que se ofereçam sobre a realização pratica d'estas instruções, deve V. Exa expô-las a este quartel General



O Chefe do Estado Maior,

(a) Maia Magalhães

Cap.



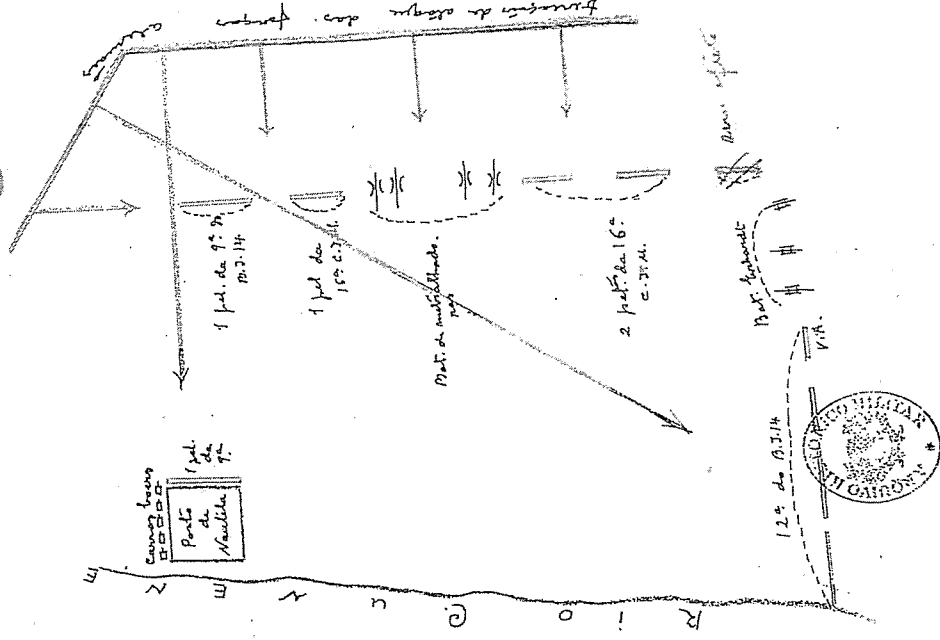


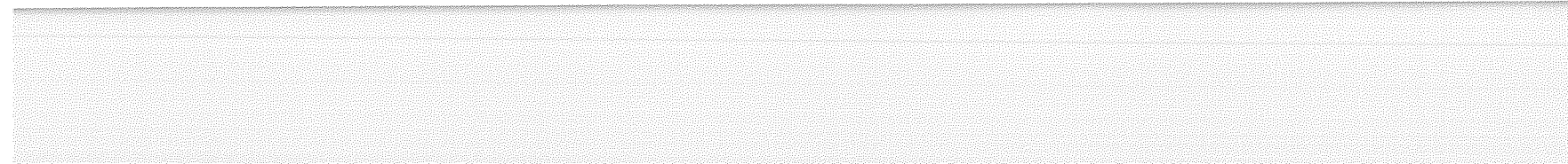
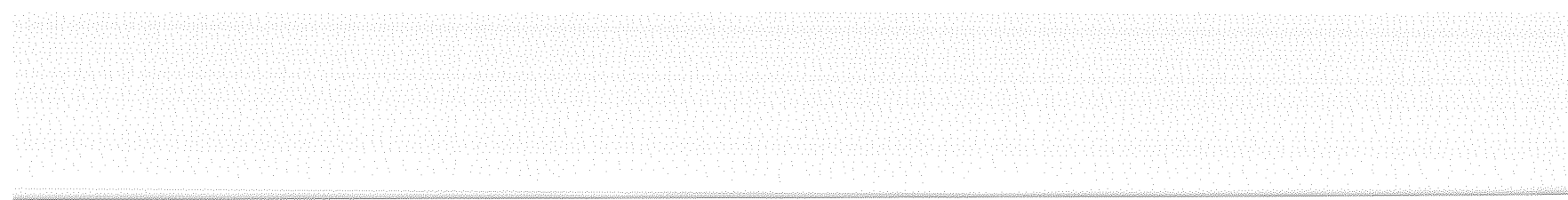
Anexo C - Distribuição das forças no princípio do combate de Nauilila (do Relatório do Capitão José Mendes dos Reis) (AHM 2/2/021/012)

IV

# NAUILILA

*Distribuição das forças no princípio do combate*

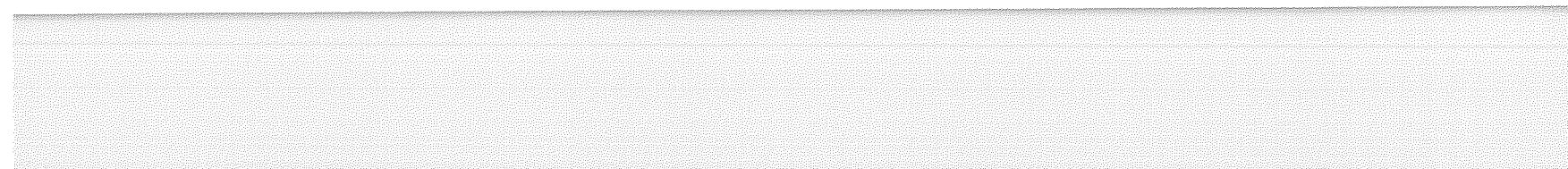
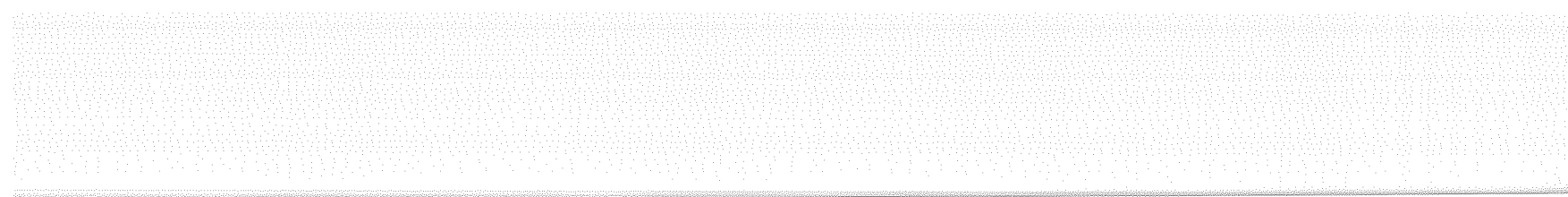




Anexo D - Ordem de Marcha do Destacamento da Dongoena para o dia 18 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/023/002)

Distribuição das forças:	Forças em Operações no Sul de Angola --- Calueque(Morros)
	Destacamento da Dongoena 18-12-14
	NA às 11,35 manhã
G. avançada-Quatro praças de dragões e um pelotão d'infã 14	Ordem de marcha para o dia 18 I-Situação-Forças inimigas occupam Naulilla a 12 kilometros a montante do van Calueque. O Destacamento de Naulilla, depois de batido por forças adversas, retirou para a margem direita do Cunene, sobre o Dongoena. II-Fim-O destacamento tendo ameaçadas as suas communicações sobre a Dongoena e Humbe, retira sobre a Dongoena para operar a essa junção com as forças do destacamento de Naulilla.
Grosso:	III-Disposições:
Um pelotão d'infã 14	a)-Guarda avançada um pelotão de infantaria e quatro praças de cavalaria sob o comando de um cabo, devendo cobrir a marcha ao destacamento na estrada de marcha.
Divisão Canet.	b)-Itinerario- Caminho interior Calueque-Dongoena.
Pelotão da Compã indigena	c)-Horas de partida:
G. da retaguarda	Guarda avançada: ..... 12,15 <sup>h</sup> Um pelotão d'infantaria, ..... 12,30 <sup>h</sup> Divisão Canet, ..... 12,31 <sup>h</sup> Pelotão d'infantaria, ..... 12,33 <sup>h</sup> Trem de combate, ..... 12,34 <sup>h</sup> Guarda da retaguarda, ..... 12,38 <sup>h</sup>
Pelotão d'infã 14	Grosso
e pelotão de dragões	d)-Altos: 1 <sup>o</sup> pequeno alto às 14 <sup>h</sup>
Guarda do flanco	e)-Alimentação: as que opportunamente forem indicadas.
direito	f)-Guarda do flanco direito. Os auxiliares montados, auxiliados pelos dragões que poderem ser dispensados da guarda da retaguarda.
Auxiliares montados e dragões.	g)-Cavalaria: guarda da retaguarda e flanco direito h)-Trem regimental parte imediatamente escollido pelos condutores, procurando alcançar imediatamente o posto militar da Dongoena.
	IV-Marcho na testa do Grosso.

(s) Alberto Salgado, major



Anexo E - Ordem para Estacionamento do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, de 27 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/023/002)

12  
Forças em Operações no Sul d'Angola Forno da Cal (Gambos)



Quartel General

27-12-1914

1ª Repartição-Operações

As 17<sup>h</sup>



ORDEM PARA ESTACIONAMENTO

I-SITUAÇÃO: Do inimigo-*Por* informações da nossa cavalaria e d'outra origem sabe-se que o inimigo ainda se acha alem Cunene. Das nossas forças: A Mossamedes já chegaram reforços de infantaria e artilharia. O batalhão de marinha marcha no dia 28 da Chibia para os Gambos.

II-FIM: As forças em operações vão ocupar defensivamente a linha Po-  
colo-Gambos-Capelongo a fim de deter qualquer avanço de forças inimigas sobre o planalto e de se reconstituirem as diferentes uni-  
dades.

III-DISPÕSIÇÕES:

a)Cavalaria-0 1ª esquadraõ de dragões marcha no dia 31 para o Luban-  
go a fim de se reconstituir.

0 2ª esquadraõ de dragões estaciona na Cahama, donde fará a explo-  
ração até ao Humbe, e Ediva, procurando estabelecer o contacto  
com o inimigo e obter informações a seu respeito.

0 3ª esquadraõ de cavalaria 9 irá oportunamente estacionar no  
Tchiepepe.

b)Artilharia-A bateria Canet estaciona no Forno da Cal.

A bateria Ehrhardt marcha no dia 29 para o Lubango afim de se re-  
organisar.

c)Metralhadoras-Marchem no dia 28 para o Lubango.

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

d) Infantaria:

- Batalhão de marinha-Estacionará desde o dia 31 no Forno da Cal.
- Infantaria 14-3 companhias estacionam no Forno da Cal até á chegada do batalhão de marinha, devendo em seguida marchar para a Chibemba (Gambos). *(1 comp. 1º batalhão para a Chibemba)*
- A 9ª Companhia marcha no dia 29 para o Pocolo, onde estaciona, a fim de cooperar com a 1ª companhia Europeia que lá se encontra.
- 1ª Companhia Europeia-Continua estacionando no Pocolo.
- 2ª Companhia Europeia (1 pelotão) Estaciona na Chibemba, para onde marcha no dia 28.
- 14ª Companhia Indígena de Angola-marcha no dia 28 para a Chibemba onde fica adida á 16ª indígena de Angola.
- 16ª Companhia Indígena de Angola-Continua na Chibemba.
- 17ª Companhia Indígena de Angola-marcha no dia 28 para o Lubango a fim de se reorganisar.
- 15ª Companhia Indígena de Moçambique-Estaciona no Forno da Cal.
- 16ª Companhia Indígena de Moçambique-2 pelotões marcham no dia 28 para a Chibia onde estacionam, a fim de se reorganisarem; um pelotão marcha com os outros 2 para a Chibia e d'ahi para o Capelongo.
- Engenharia-A secção de engenharia estaciona no Forno da Cal.
- f) ESTACIONAMENTO no FORNO DA CAL:
- 12) A proteção do estacionamento será feita provisoriamente por um posto de vigilancia e reconhecimento, estabelecido sobre a estrada GAMBOS-CAHAMA, a um kilometro aproximadamente do estacionamento.
- 22) Em caso de alarme, a defesa direta do estacionamento será feita na linha de morros de pedras que ficam a uns 300 metros a sul do acampamento, para um e outro lado da estrada GAMBOS-CAHAMA.
- g) SERVIÇO DE SAUDE.-Para as diversas forças que teem de estacionar nas localidades indicadas, serão distribuídas ambulâncias conforme os seus efetivos.



Do FORNO da CAL, os doentes e feridos serão evacuados para os GAMBOS.

Do POCOLO, os doentes e feridos serão evacuados para o LUBANGO.

h) SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS: As forças do Capelongo e Pocolo serão abastecidas pelo depósito da Chibia.

As forças da Chibemba e para Sul são abastecidas pelo depósito dos Gambos.

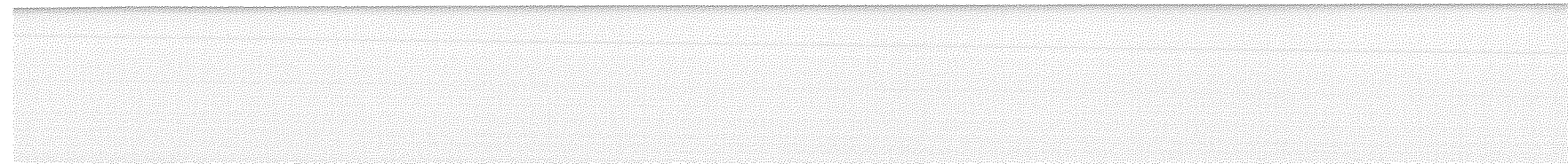
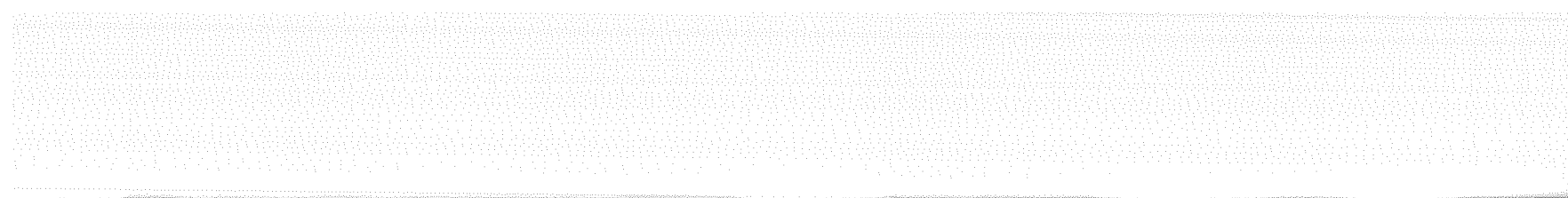
IV LOCAL do QUARTEL GENERAL. - Provisoriamente na Chibemba (Gambos).

O Comandante

(a) José Augusto Alves Roçadas

Tenente-Coronel







Anexo G - Organização do Comando Superior das Forças em Operações em Angola: Infantaria (AHM 2/2/042/041)

Comandante 1.º grupo de esquadriões  
Adjuncte Major Ernesto Oliveira Faria de Paiva

3.º esquadrião de cavalaria n.º 4  
esquadrião de dragões

Infantaria  
1.º regimento  
Coronel António Fernandes de Sousa

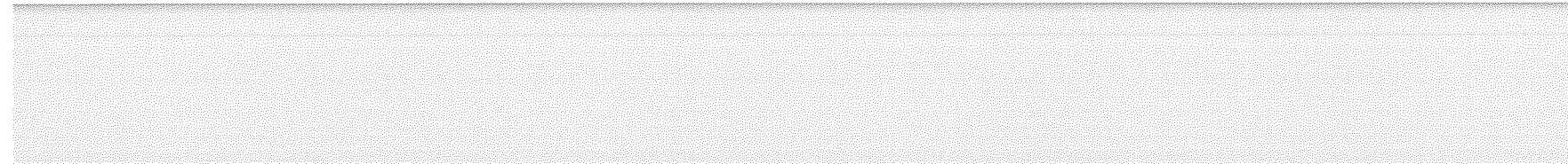
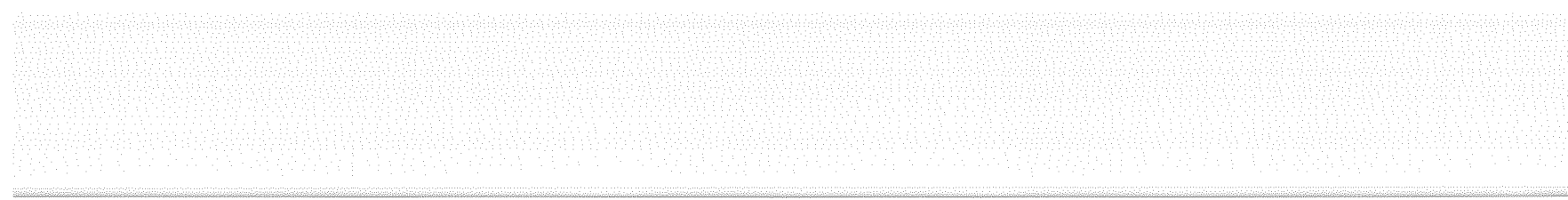
Comandante  
Adjuncte 3.º batalhão de infantaria n.º 16  
" " " " " " 17  
" " " " " " 18  
2.º grupo de metralhadoras (2 baterias) 2.º regimento  
Comandante Tenente coronel Pedro Soares da Fonseca  
Adjuncte

Comandante 3.º batalhão de infantaria n.º 19  
" " " " " " 20  
" " " " " " 21  
3.º grupo de metralhadoras (2 baterias)

Comandante Grupo de metralhadoras  
Adjuncte Major João João dos Reis e Silva

2.ª bateria do 6.º grupo de metralhadoras  
1.º grupo de metralhadoras





Anexo H – Telegrama Governador-geral de Angola para Ministro das Colónias de 26 de dezembro de 1914 (AHM 2/2/022/002)

MINISTERIO  
DAS  
COLONIAS

Directorio Geral das Colónias

Repartição

Secção

ES

T e l e g r a m a de L O A N D A 24 Dezembro

de 1914 - Ministro Colonias - Lisboa.

Logo deu conhecimento resultado ataque allemaes d'Angola se-

guinte telegrama Roçadas: "Tenho certeza V. Exa. todos officiais

*Escreva-se que no relatório se dá  
atenção, se necessário explicar,  
repartição e data d'ida d'essa.*

soldados seu comando se comportaram maior coragem e valor esto

primeiro encontro com inimigo(?) nossa patria que ha tantos an-

nos cobizam territorio Angola." Acabe de receber Roçadas seguin

te telegrama: "Houve maior parte officiais e de algumas praças to

do valor tradicional militar nosso exercito mas grande maioria

soldados como já affirmai revelaram uma ausencia completa de so-

lidez militar que comprometeu successo. Com toda a franqueza o

digo pois é um aviso muito necessario ao paiz deste momento de

guerra os soldados que eu trouxe são um perfeito rebanho não to

em a solidez do verdadeiro soldado. Grande(?) prova temos os dra

ções de Angola os quais com 7 annos serviço tem Africa e apesar

de anemicos comportaram - se heroicamente sacrificando-se metade

seu effectivo livrando - nes de um envolvimento. Não tenho pois

confiança nenhuma n'estes homens vou fazer uma selecção e evitar

contacto com marinha. Procuro arranjar carregadores(?) concentra-

me Gambos pois Cahama tacticamente perigoosa. Procuro estabele-

cey(?) contacto com inimigo entendo que só expedição forte com

soldados solidos pode desde logo tomar offensiva para os expulsar.

Basta que relate a V. Exa. com mais umas herad<sup>ç</sup> de fogo nas posi

ções o inimigo que chegou estar vacilante retiraria e ainda que

quando retirámos sobre Humbe houve um falso alarme. Por todos mo

tivos expostos eu apresento Sua Exa. Ministro resignação comando

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPAÑHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

MINISTERIO  
DAS  
COLONIAS

Direcção Geral das Colonias

Repartição  
de Serviços

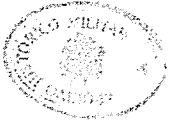


T e l e g r a m a de 1 0 A de Dezembro

de 1914 - "Ministerio Colonias - Lisboa. - Referencia em telegrama  
do 24 confidenciai Informo tenho transmitido textualmente todos

telegramas forçados excepto um vinha parte indecifrável transmiti-  
do, para os serviços de serviço, tendo por isso textualmente apenas parte. Tendo agora telegrama

notificando que transmittido: Chogamao Humbre de dois dias curas pri-  
vadas. Tendo recebido ainda não chegou ainda recolher guar-  
nições fixadas de guerra e postos do forte de guerra transmitido-  
do todo material de guerra e destruindo que resta. Tropas muito  
fatigadas inimigo muito numeroso avallou - so em mais que 2.000  
homens sendo quasi todo cavallo. Nessa infantaria maioria deixou  
muito dozejar inutilmente levando um bando carneiros que se  
primitivas grandada largaram as posições não posso deixar dizer  
verdade não se pode confiar nellos levei pessoalmente uma compa-  
nhia a do capitão Cunha das meliores tres vezes ao contra - ma-  
cho mas terminaram por fugir. A situação é critica pois a marcha  
forçada abandonar rio adontar-me cobrir acesso planalto do Ca-  
hama. Apesar relação mortos feridos e desaparecidos. Marinha ain-  
da está Jubango e cavalarias do no suldo - fim telegrama forçados  
Julgo forçados deve estar caminho de Cahama para Gombos telegrama  
agora transcrevo foi expedido de Cahama em 21. (Assa) Governador  
Geral.



MINISTERIO  
das  
COLONIAS

Chefe do Gabinete

Excellencia

Officio

Ok.

me foi confiado - fim telegrama Roçadas." Acabo expedir Roçadas seguinte telegrama: "transmiti Sua Exa. Ministro seu telegrama so-

bre procedimento nesses soldados mas deve dizer V. Exa. conside-

ria altamente inconveniente sua substituição comendo para que

*Espero que na resposta de ti-  
diguem, as vicissitudes influem,  
reflexão e não a esta officio.*

tinuam tendo alto valores V. Exa. e suas grandes qualidades mili-

tar maior confiança eu compartilhar como seu amigo camarada admi-

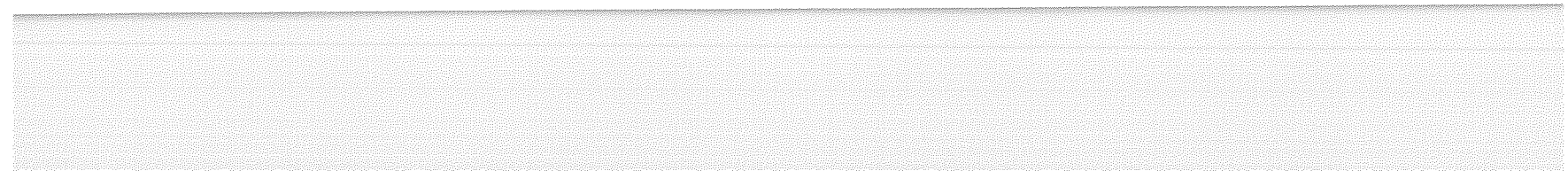
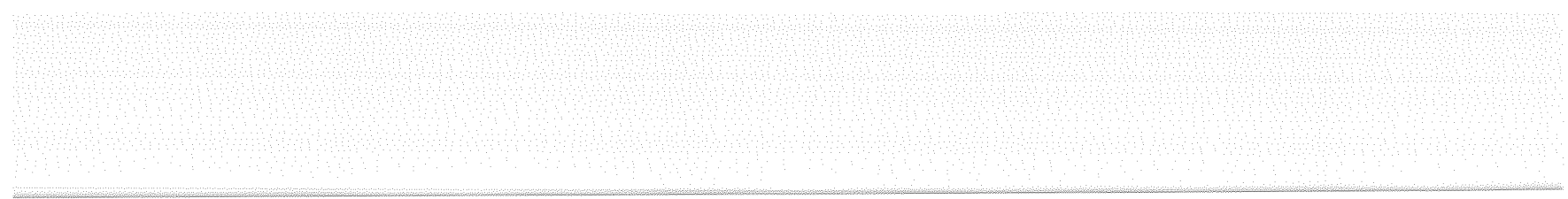
rador de ha muitos annos. Meu telegrama 22 corrente disse V. Exa.

Ministro telegrafar a dizer Governor tem inteira confiança V. Exa!

(Ass) Governador Geral.

(Ass) Governador Geral.





Anexo I - do Relatório do TCor Alves Roçadas para o General Pereira D'Eça  
(AHM 2/2/028/004)

Forças em Operações no Sul de Angola

Gambos

26-3-915



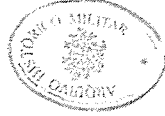
Expositivo

*Indicou - de*

*Em 11-4-15*

I Parte

*vide*  
*Summ.*



Tendo-me V. Ex.ª pedido no telegrama em que se determina o envio do mapa da força das tropas do meu comando, que o firmeza acompanhar por quaisquer indicações que julgasse convenientes, é este o fâm da presente exposição.

As forças que têm sido mandadas pela metropole a minha requisição encontram-se na maior parte ainda em Mossamedes. Dos relatórios dos comandantes das unidades e ainda pelo que eu proprio observei, se reconhece o quanto é precaria a situação da maioria d'estas tropas, sob todos os pontos de vista. Tendo-se recomendado que trouxessem cobertores, impermeaveis, sacos para agua etc quasi todos se apresentam sem estes artigos, indispensaveis para a permanencia n'esta região. Algumas nem tendas abrigos trazem e até n'uma bateria de metralhadoras faltam as fitas para o funcionamento das mesmas. Embora dos mapas consta que as unidades variam em pó de guerra com todo o pessoal animal e material, pode dizer-se que nenhuma aqui chegou completa, e dahi a necessidade do comando ter de se des-

fazer de elementos principalmente viaturas, que lhe fazem falta para os transportes de abastecimentos. O recrutamento é o peor que pode ser. As idades dos homens são o mais variadas possivel, predominando os rapazes muitos novos, o que é contra todos os preceitos coloniases; bem como as regiões donde são naturaes e as profissões que vão do artista perfeito até o *human de fursinus costumes*.  
E isto só pode ser prejudicial ao bom exito das operações e á boa disciplina, que deve manter-se em todos os exercitos.

Mas ha mais, e é que as baixas são assustadoras, pois pelos relatos médicos se chega á conclusão de se enviarem para aqui homens sem a robustez e saúde precisas para isso e grande parte mesmo com defeitos que até os inibe de ser soldados. Dahi as quebras incornes que se tem dado, encontrando-se as unidades muito desfalecidas. Só no batalhão d'infantaria 14 por occasião das revistas medicas pagadas ainda a bordo, os boletins acusaram perto de 200 praças que deviam ter sido dadas como incapazes.

Pelo que respeita a instrução, os batalhões d'infantaria com varias almas exceções apenas desembarcaram em Mossamedes tiveram que começar pela escola de soldado; quanto á pratica no tiro nem se fala.

Como V. Exa compreende as causas principaes deste estado de coisas é a heterogeneidade no alistamento e o pouco tempo de serviço do soldado na fileira. Mais valera terem-se mobilizado os 322 batalhões com soldados do quadro permanentemente e licenciados do proprio regimento.



Na artilharia succede o mesmo, porque uns aprenderam com material diferente da da bateria em que estão colocados, outros estão completamente esquecidos do que lhes ensinaram. Aqui complica-se ainda mais a questão por o material ter vindo muito depois das forças, os artilheiros virem encaixotados e completamente desarmados, e ainda as munições serem novas e não terem instrução alguma de tração. As unidades que realmente tem chegado melhor organizadas e com instrução quasi completa, são as de cavalaria; n'elas apenas tem acontecido o Gado na sua maioria não ter a robustez nem a idade conveniente para resistirem ao clima, e assim é que as baixas se tem feito seppir bastante. Pelo que diz respeito a solipedes dá-se o mesmo, começando as baixas a bordo dos navios e continuando após o seu desembarque e marchas subsequentes. A falta de alimentação propria, principalmente a necessidade de lhes dar palha ou capim, ardeio que muito tem concorrido para isso. Pedidos para serem satisfeitas algumas das requisições enviadas têm sido dirigidos ao Ministerio, mas ainda não tenho conhecimento de que tenham obtido execução, o que causa graves transtornos ás operações como oportunamente V.M.A.M. poderá apreciar, quando tomar completo conhecimento da organização, e consequentemente dos diversos serviços, e até da propria natureza d'esta região. As que maiores prejuizos podem causar, são as que se referem a transportes. Das que já foram satisfeitas, como por exemplo, os 100 embeios das Camélias, não foram por completo, pois que vieram sem tratadores e sem cançalhas



O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

7

que estão sendo construídas em Mossamedes e que só tardiamente permitam a sua utilização. Os carros alentejanos vieram com os arcajos esmagalhados, além de ter de distribuir bastantes das unidades, visto não lhe ter ainda chegado o seu material. Tenho informação por infantaria 17, que esses carros se comportam bem na pequena marcha efetuada para o planalto, mas devem ser pouco carregados.

A grande dificuldade aqui é a dos transportes.

O comboio de Mossamedes pode, como rendimento máximo, por diariamente 38 toneladas em Vila Arriaga. D'aqui até à Quilemba (no planalto) de o transporte de ser feito por carregadores, os quais não andam de boa vontade e tem custado a obter. O seu numero é de aproximadamente 2,000 mas que trabalham só em dias alternados, dando pois um rendimento, na melhor das hypoteses, de 25<sup>00</sup> diarias tendo o ~~excedente~~ dar a volta á ~~sempre em garças bovas~~.

Da Quilemba para o Lubango tem o transporte sido feito por camions, uns vindos com a 1ª expedição e outros encomendados no Cabo pelo ex-Governador Norton. Como não ha officinas proprias nem sobressalentes para substituições de peças, etc e ainda como os camions vindos do Cabo sejam usados, apenas tres neste momento estão em estado de funcionar fazendo duas viagens diarias. Agora mesmo estão eles parados por não haver gasolina que já ha bastante tempo se pedin para Portugal. Mandei compôr e abrir estradas até à Cahama para os camions, e caso os houvesse, já hoje poderíamos talvez ir até ao Humbe, apesar de as chuvas que já começaram a cair, amolecendo os terrenos argi-



5

losos, impedirem temporariamente o trânsito d'esses veículos. Foi com este intuito que ha bastante tempo se fez para Lisboa uma requisição de camions Fiat e que não foi ainda satisfeita.

\*  
O problema ficaria assim muito facilitado:

Entre Mossamedes e a testa da linha ferrea= o comboio;

Da testa da linha á Guilamba (alto da serra)= carregadores

Da Guilamba á Chibia (testa á etapas)= camions, camelos, e carros alemite,

Da Chibia aos louas de concentração das forças= camions, camelos e carros alentejanos, não se prescudando, já se sabe, dos carros boers.

Atualmente, entre o Lubango e os louas de concentração das forças,

funcionam apenas carros boers em numero muito reduzido, não se podendo

de dizer qual o seu rendimento diario dada a incerteza da sua mar-

cha. Primeiro, a falta d'agua e portanto de capim, fez com que morres-

sem os bois em grande quantidade enfraquecendo as espanas a ponto

de em alguns dias fazerem apenas seis kilometros; Agora, com as chu-

vas está tambem com intermitencias, parado o movimento por os carros se enterrarem nas lamas.

Assim se explicam as faltas que nos diferentes pontos tem havido de rações para os homens e soldados e a demora no abastecimento dos depositos da linha de etapas, pois que tal linha, não se achando organizada nem abastecida á data da minha chegada ao sul da provincia em novembro, impossivel me foi organizá-la desde logo, como tinha resolvido, devido ao incidente, inesperado de Namilla que obrigou a concentramo-nos o mais rapidamente possivel na frenteira. Desde entáo é

clare, que não tem isso sido possível pelos factos acima indicados, mal chegando-quando chega o rendimento diario para o abastecimento das forças já aqui concentradas.

Isso mesmo tem impedido que seja feita a averçada sobre o Humbe para castigar o gentio revoltado, necessidade que mais adeante indicoo. Dada a importância que o serviço de transportes tem, resolvi-me ultimamente, para maior regularidade e funcionamento do mesmo, organizar uma secção de transportes como orgão separado mas dependente da direcção de etapes, e regendo-se pelas instruções que vão juntas e pelo R.C. na parte que lhe diz respeito e não é alterada por aquelles.

Tambem para maior regularidade nos abastecimentos, e porque a situação estrategica assim o indica, resolvi apoz a saída do ex-governador Norton restabelecer a primitiva divisão do territorio em zonas, como állas eu havia determinado quando cheguei. Assim a zona do interior abrange o distrito de Messamedes até á Quilamba e a zona de guerra ~~segunda~~ o resto, entendendo-se a zona da retaguarda da Quilamba (base d'etapes de estrada) á Chibôia (base de estrada d'etapes) O director d'etapes e os comandantes ~~de~~ chefes dos diversos serviços d'etapes devem procurar entender a sua ligação até Messamedes, onde tem delegados seus, unica forma de neste comando se poder saber dos cursos de que dispõe, e dos que veem chegando da metropole e outras origens e poder indicar o grau de urgencia com que devem ser rematados para a frente.

Em'clare que, como deixo dito, este trabalho ainda está em organização e só d'aqui a mais alguns dias se poderá saber se dá-ós resultados



7

esperados.

As tropas que da metropole têm vindo para o sul da provincia obedeciam á necessidade de criação de *varios* destacamentos com fins definidos por hypothesees formuladas, que fizeram parte de um relatório por mim enviado <sup>com fecho de fins</sup> a Sua Magestade o Ministro e cujo resumo tambem por copia envio a V. Magestade.

Da columna do meu commando deviam fazer parte:

- 1 batalhão d'infanteria 14 (reduzido depois de Naullila) / *ex*
- 1 batalhão d'infanteria 16 (com uma companhia em Benguela por determinação do ex-Governador Norton)
- 1 batalhão d'infanteria 17
- 1 batalhão d'infanteria 18
- 3 companhias de mazinha
- 6 baterias de metralhadoras (1)
- 3 baterias de artilharia de campanha
- 2 baterias de artilharia de montanha
- 3 esquadres de cavalaria



Destas forças encontram-se na zona de concentração e prontas a avançar para o Humbe—s duas baterias de mortalha, forças de mazinha, um batalhão de infanteria 17, uma bateria de metralhadoras, uma companhia em pé de guerra de infanteria 14 e duas companhias a 160 praças de landins, esquadres de cavalaria 9 e 11. As tres companhias d'infanteria 16 e uma bateria de metralhadoras, que se encontram no Lubango, devem marchar para o Focolo, e depois de Guarnecido o Humbe e se as circums

tancias o exigirem descer por Otchinjau até ao Cunene. Pelo relatório a que acima alude, V. Exa tomará mais de perto conhecimento das <sup>noticias de</sup> minias intenções. Só depois desta ~~marcha~~ <sup>noticias de</sup> chamadas as forças de Mosamedes, pois cinto já estar o serviço de estapas a funcionar com regularidade e permitir o abastecimento de toda a frente, além de também,

só então, ellas se tornarão precisas.

Quando estiver no Humbe e depois de sástigado o gentio do Ouamato prepararia o avanço para ocupaçõ do Guanhamu, caso o movimento

~~das~~ dos alemães não indiquem intenções de se defrontarem com as nossas forças. Neste ultimo caso só informações de momento poderão indicar qual as resoluções a tomar e plano a adoptar.

Tas informações só se podem obter por intermedio das autoridades Inglezas de Gabo, com quem deveriamos estar em relações directas por meio até de uma cifra especial, como por mais de uma vez tenho proposto para o Governo da metropole.

Apoz a occupaçõ do Guanhamu, já pelas ligções ethnicas e geograficas com estes, já pelas ligções de amizade dos Quambis com nosos e que se tem revelado em bastantes casos, ganharia vantagem a occupaçõ

da região da Benga e do Quambi na Damana, e assim se acabaria tambem com a questão da delimitação de fronteiras. Sua Exa e General Coman dante a seu tempo medará as suas ordens neste ou neutro sentido.

Para estas ultimas operações e apenas como tropas de occupaõ, poderá rei tambem contar com as unidades da provincia embora desfalçadas e que eram guarnições dos postos avançados, que retiraram. Tambem de-



9

vem avançar para os seus antigos postos no Mubange as forças que estão concentradas em Cassinga e que agora servem para cobrir o vale do Cune e Cuhango como no já citado relatório, indico.

Além d'aquellas forças, estão em Mossamedes mais 1 batalhão de infantaria (19), uma bateria de metralhadoras, uma bateria de artilharia(8) e um esquadrão de cavalaria(3), que deviam constituir o chamado destacamento de Benguela, independente desta columna, e como tal desembarcar no Lobito.

Os dois esquadrões de dragões da provincia, cujo quartel é no Lubango estão ainda em via de reorganisação, dado o grande numero de baixas que tiveram em Naulilla, e tão cedo não se poderá contar com elles. As outras forças do districto constituem guarnições das sedes e postos das circunscripções.

\*

Referir-me-hei agora á politica indigena.

Sabe V. Exã que antes da acção de Naulilla tinhamos occupado todo o territorio que nos pertenceia com excepção do Guanhame, que por coiza varias não estava ainda submetido á nossa suzerania. E tanta confiança nos mereciam os povos além Cune que, em serviço de vigilancia, chegamos a *Amalger* uns quinhentos Oumates. . . . Da propria região da Damara, os Quambis nos mostravam tal sympathia que continuamente leugas seus nos punham ao facto do movimento das forças alemãs. Sabe tambem V. Exã como as coizas se precipitaram apoz o acto do alferes Seréto, como as nossas forças se defrontaram Naulilla com os alemães e a retirada que lhe seguiu. Durante esta o gentio revoltou por completo ~~o~~ algumas baixas á columna

A minha demora forçada, pelas circunstâncias, esta inactividade em que nos encontramos, têm-lhe levantado a força moral e já pelas acções praticadas já para que de vez se acabe com o estado de, continua rebelião se torna necessario marchar para o Cunene a restabelecer a normalidade.

Junto remetto a V. Exã uma copia das requisicoes que enviei para o Ministerio e que mais ~~deve~~ satisfazer, para que o servico fique quando não completamente pelo menos funcionando com methodo e segurança. Sobre abonos egualmente envio as circulares expedidas por este comãdo que mais podem interessar V. Exã. Em principio tem-se abonado ás unidades por adiantamento as quantias necessarias ás pequenas despesas que têm a fazer e só, á medida que é possivel, se vão liquidando contas e passando os respectivos documentos. Quanto a vencimentos de officiaes e praças, já porque assim o determinam os regulamentos, já porque era impossivel o seu pagamento em dia, tem-se-lhe abonado uma pequena quantia e só recebem o resto quando chega a vez do seu respectivo processo. Sobre este ponto deve informar V. Exã que do Ministerio ainda não enviaram as guias de vencimentos de officiaes de forte que impossivel será o liquidar-se as contas, pelo que rogo fazer pedir do nesto sentido para a metropola.

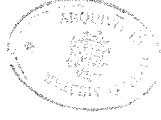
\*  
\*  
\*

Jambo, 28 de março de 1915

O Comandante

Leu Augusto Flores

R.C. de 1.9.15 am





Anexo J - Carta do Major Salgado ao Chefe de Estado-Maior (EM) do Destacamento de Gambos, de 10 de fevereiro de 1915 (AHM 2/2/022/010)



Austrianos e Japoneses ao Sul do Angola  
substitua nestes pontos,  
visto estar a pte. (regimento d' Infanteria nº 111  
a 2ª Companhia) 3ª Batalha

25-2-1915  
Gambos, 10 de fevereiro de 1915  
Mando do Chefe do Estado-Maior do Destacamento  
de Gambos

Do Comandante do Destacamento

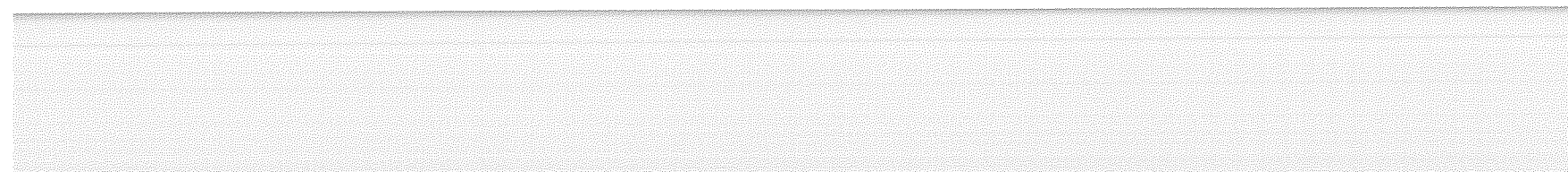
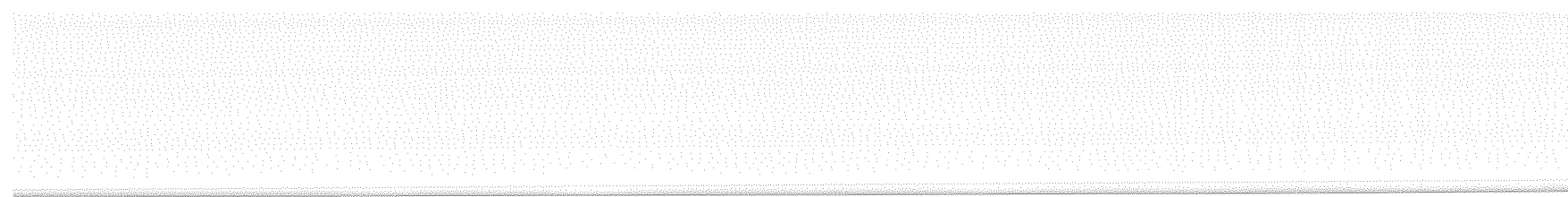
Comando de Gambos - Para o Comandante de Sua M. e Japoneses  
Como informo a chef. do Destacamento, em nome de  
Sr. M. de M. Comandante do Destacamento, em nome de  
Sr. M. de M. que, não podendo acompanhar as forças de mar  
24-2-1915 Comando, via petição do Cel. que em 18 de mar de  
Sr. M. de M. Comando, o Comando que substitua as malhas do  
oficiais e o arquivado de batalhas, fizesse o mesmo  
Comando a petição de Comando, Comandante, Cel. de  
em poder do Comando, pois que não meo apor-  
tem o Sr. Comandante Cel. de M. de M. que acom-  
panhar o batalhão Comando.

Para efeito de registro, não se a perda das malhas  
dos oficiais como também a do arquivado de batalhas  
e em este a quantia de 235.000, sendo que por  
sua via esta dada a petição de M. de M.

Oficial Tenente Comandante de M. de M.  
Chefe de Sua M. e Japoneses do Destacamento de  
Tenente Comandante que meo Comando de Comando  
essa quantia seja levada em conta a este Comando  
Comandante de Comando Comandante Comandante  
em que a fatura e que deixo a parte, em com e co-  
pra d'esta nota.



M. de M.  
Comando



Anexo K - Informação, de 9 de janeiro, do Diretor da Enfermaria em Gambos para o Chefe do Serviço de Saúde (AHM 2/2/024/003)

*[Handwritten signature]*

Serviço de Saúde

Forças em Operações No Sul da Argélia

Gambos, 9 de Janeiro de 1915

Alto Sr. D. G. D. G. do Serviço de Saúde

do tenente médico António Pereira



Of. extra -

Amorosa Sónia  
de que os filhos  
os filhos  
que ficaram  
a preparar  
a de tempo  
o trabalho

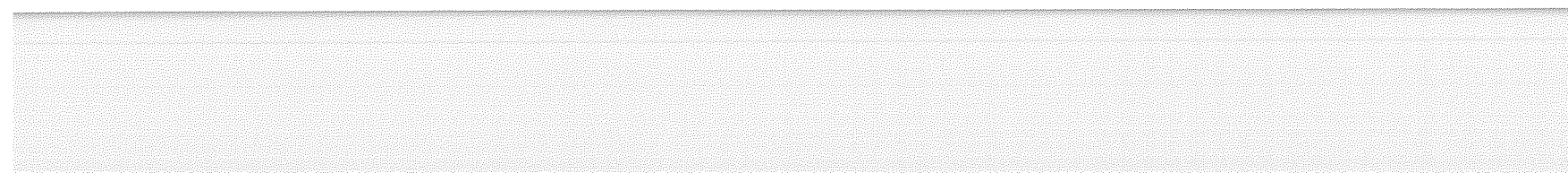
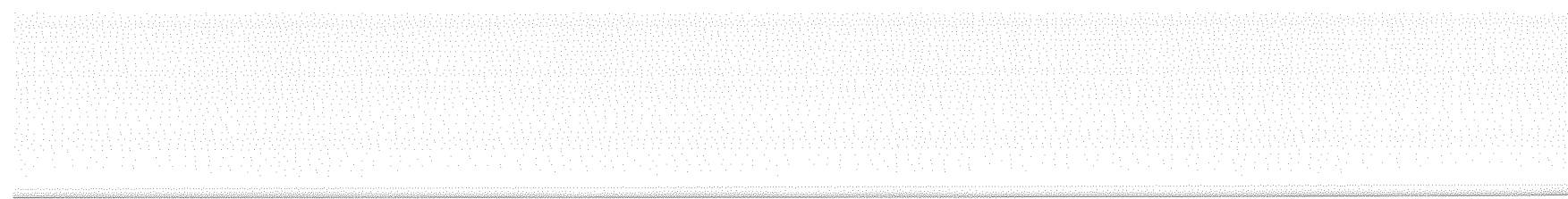
Teve a mãe, em primeiro, a Sónia  
(de que os filhos) e a Sónia, a Sónia  
os filhos, os filhos, os filhos, os filhos  
que ficaram, que ficaram, que ficaram  
a preparar, a preparar, a preparar  
a de tempo, a de tempo, a de tempo  
o trabalho, o trabalho, o trabalho

*[Handwritten signature]*

Alguns pontos a referir a Sónia  
(de que os filhos) e a Sónia, a Sónia  
os filhos, os filhos, os filhos, os filhos  
que ficaram, que ficaram, que ficaram  
a preparar, a preparar, a preparar  
a de tempo, a de tempo, a de tempo  
o trabalho, o trabalho, o trabalho

Atenciosamente,

António Pereira



Anexo L - Nota de envio da Relação do armamento, munições e assessórios em carga do 3º Batalhão em 15 de abril de 1915 (AHM 2/2/030/044)

Forças em Operações no Sul de Angola  
 Regimento de Infantaria N.º 14  
 3.º Batalhão

N.º 259  
 Gombor 24 de Abril de 1915

Do  
 Sr. Tenente Major do Estado-Maior do Com.  
 Mando Superior das Forças em Operações - S.º Regim.  
 Tioço -

Moçambique

Do Comandante do 3.º Batalhão Sim.º N.º 14

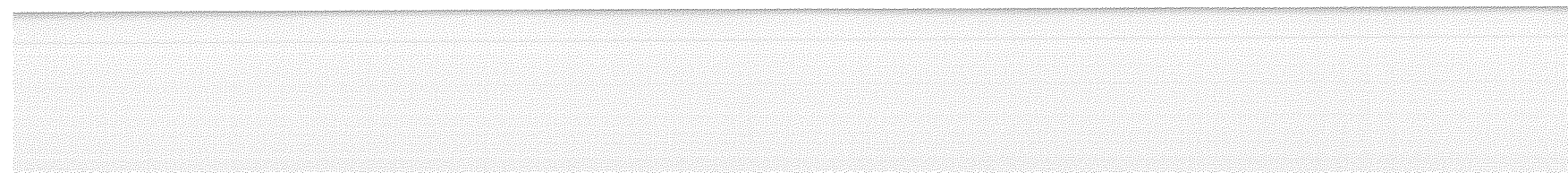
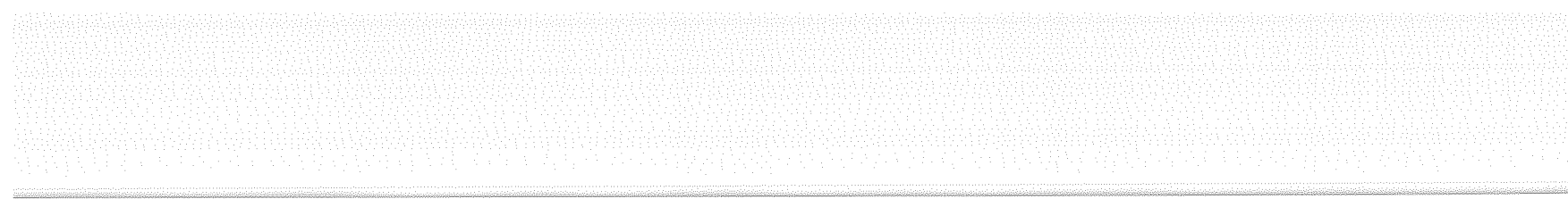
Conso a V.ª Ex.ª os melhores mapas dos artigos de Material de guerra existentes nesta unidade em N.º do corrente, a que se refere o artigo 1.º da Ordem da Estima N.º 64 de 19 de Janeiro 1915, não se encontrão os mapas a que se referem os N.ºs 4.º, 5.º e 6.º propuz:

1.º os int. batallão nunca foram distribuídos, as cópias de vários a que se refere o Regulamento de Mobilização

2.º Esta unidade não tem actualmente artigo algum de Jardamentos além dos que os J.ºs de Art.ºs distribuídos, chamo informal V.ª Ex.ª que na sua maioria se encontrão em meu estado e at.ª

gumas peças até sem calças algum

At.ª  
 Major



Anexo M - Cópia do autógrafo do Major Alberto Salgado de Janeiro de 1915  
(AHM 2/2/021/019)

Cópia do  
autógrafo do Major Alberto Salgado,  
de Janeiro de 1915, que por este oficial  
foi entregue nos Cambois, depois de reti-  
rada, ao sub-chefe do Estado Maior.



" Am.º Machado

"Mais um original para documentação, assinado pelo capitão José Mendes dos Reis, do qual vai cópia a seguir."

"Cópia -

Fôrças em operações no Sul de Angola  
Destacamento de Naullia

2.ª DIVISÃO

Naullia

13 - 12 - 914

As 7<sup>h</sup>, 20<sup>m</sup>

SAVA

CHARRA

Instruções para o comandante do pelotão da  
9ª comp. do B.I.14, que marcha para os Morros

Fôrças alemãs a cavallo acompanhadas por pretos fardados, fizeram ontem fogo sobre o esquadrão de dragões que hontem de tarde marchou para os Morros. Os alemães estavam às 19 h. de hontem acampados a Oeste dos Morros, na margem esquerda do Cumene, julgando o comandante do esquadrão, pela viveza do tiroteio, que o efectivo deles não é pequeno.

Acompanhe camelos com forragens e auxiliares com viveres para o esquadrão. Depois de entregar forragens e viveres, fica às ordens do comandante do esquadrão. Os camelos regressam com os auxiliares.

O comandante do destacamento

a) José Mendes dos Reis  
capitão

Recebi, como informação ou notícia, na Dongoena (cruzamento), a primeira parte, assinada pelo alf. Meneses Ferreira (adjunto do capitão Mendes dos Reis).

Para esclarecimento deixe-me dizer-lhe que em 12 às 23<sup>h</sup>, 20<sup>m</sup> (aproximadamente) recebi na Dongoena (cruzamento) ordem para mandar marchar para Naullia uma compa de inf<sup>a</sup>, que ali devia apresentar-se às 9<sup>h</sup> da manhã de 13 e devia mais ter pronta a marchar a divisão Genet. (Por esta ordem deixavam-me a mim, major, na perspectiva de ficar na Dongoena a comandar uma companhia, a 10<sup>a</sup>, naturalmente por terem conhecido a minha incompetencia). Mas em 13, às 10<sup>h</sup> 30<sup>m</sup> da manhã, recebi ordem para marchar sobre Calueque (Morros), para onde segui às 14<sup>h</sup> 15<sup>m</sup>, tendo-se-me conservado por favor a divisão Canet e juntado um pelotão indígena). Nesta ordem mandavam-me juntar o pelotão indígena e determinavam-me que mandasse apresentar em Naullia o pelotão

O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14  
NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

1034



da 9ª que fazia parte da guarnição do posto militar, que ficaria reduzido a um cabo e 12 soldados indígenas.  
" Mais tarde recebi as instruções, que conservo em original, acôrca da minha missão no Calueque.

" Mais outro original que, sem ter grande importância, é contudo precioso. Eis a cópia:

"Acampamento de Nangula (margem esquerda).

Ao comandante do pelotão d'infantaria do Vau Cabélo -

As 11h 5<sup>m</sup> (Aparte - esqueceu a data, pondo apenas a hora).

Do comandante do esquadrão.

Rogo mandar seguir vau Nangula (margem direita) o carro que conduz viveres e rações para o esquadrão, logo que ele chegue aqui, tão depressa descarregue o carro, voltará a Naulila, Não há novidade por enquanto. a) Francisco Aragão (sem mais nada)"/.

"Por aqui deve concluir a verdade da minha afirmação de que tal esquadrão se não achava sob a minha dependência.

"Quando saí do Lubango e pela ordem que organizava o destacamento que, sob o meu comando, marchou para o Humbe ou Forte Roçadas (objeto à minha escolta), dizia-se na ordem que receberia instruções escritas, que não passaram de um itinerário que podia ser lançado na minha guia de marcha e que, deixo-me dizer-lhe, serviu de base para que contra mim se escrevesse num quesito: acôrca da minha marcha de Bela-Bela ao Humbe, procurando lançar-me ridículo.

"Falando com o comandante disse-me ele que me acompanhava, sem contudo ir sob a minha dependência, o chefe do estado maior e que o ouviu e consultasse, mas suocede que esse cavalleiro retirou no chatingo com o chefe do serviço de saúde do destacamento e ao mesmo tempo de etapas, apparecendo o ultimo no Forte Roçadas depois do commandante lá chegar, vindo-me por esse facto na necessidade de enviar a guia (do médico) ao quartel General.

"Acôrca da retirada, houve a consequencia de virem telegramas receber uma censura em que se me dizia por causa de uma cifra que "tinha passado a oportunidade", porquanto se esse cavalleiro, que era portador de esse cifra, me acompanhasse, nada disso succederia.

"Felizmente tenho boa memoria e todos os factos passados não esquecem facilmente e há sempre meio de os desvendar, quando se quere, e sem a parcialidade com que uma certa coterie no principio, tratou tão levemente um assunto de tanta responsabilidade e em que as fragilidades são imensas".

(Este autógrafo faz parte do processo da elaboração do meu trabalho).





Anexo N - Nota do Comandante das Forças do Distrito de Huila para o Chefe de Estado-Maior do Comando Superior (AHM 2/2/030/020)

x 86 + 1 As

Serviço da República



EXPEDIÇÃO DE 1914

Serviços ADMINISTRATIVOS

Gambos

21 de Abril de 1915

977

Do Sr. *João Augusto Soares* Chefe do Estado-Maior do Comando Superior

M O S S A M E D E S

Do Comandante das Forças do Distrito de Huila

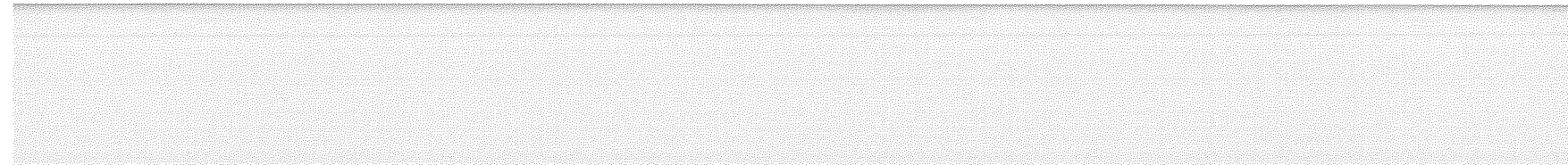
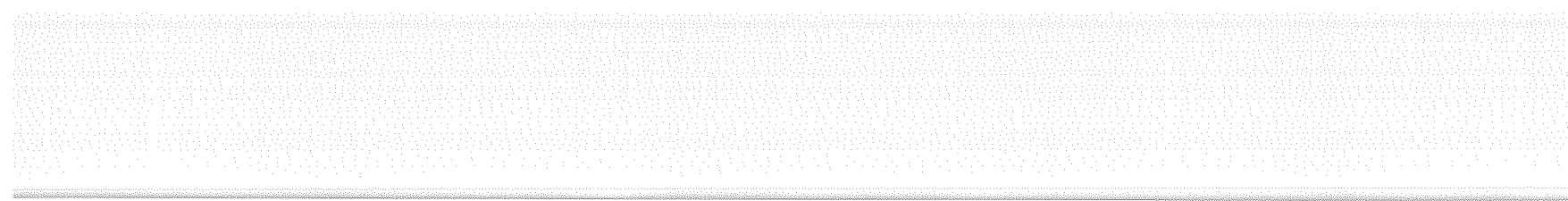
Referência à nota n.º 777

O comandante do 32. Batalhão do Regimento de infantaria nº 14 solicitou que os respetivos oficiais não paguem os artigos de fardamento que receberam por terem perdido os artigos de vestuário por motivo dos acontecimentos de Naulila, em 18 de dezembro último.

Achando justo que não só aqueles oficiais como todos os que estão em egualdade de circunstâncias importancia alguma por tal motivo seja descontada, expor- lho o assunto a Sua Exª o Snr. General comandante, rogando se digne submetê-lo à apreciação superior.



*João Augusto Soares*



Anexo O - Relação do Destacamento que embarcou a 11 de setembro de 1914  
no vapor Moçambique para Moçâmedes (AHM 2/2/021/018)

DIREÇÃO  
5.ª Repartição  
MIAS

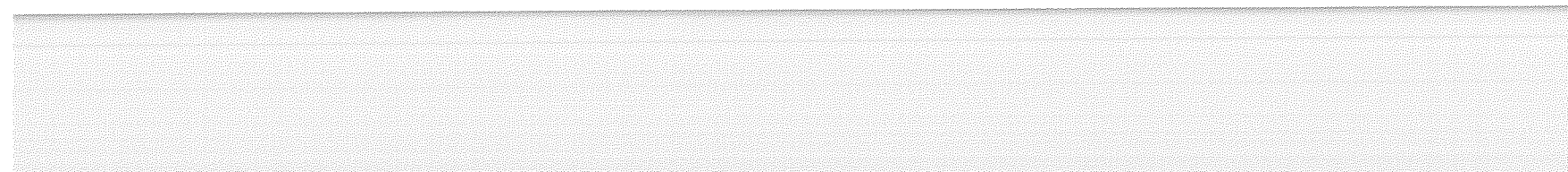
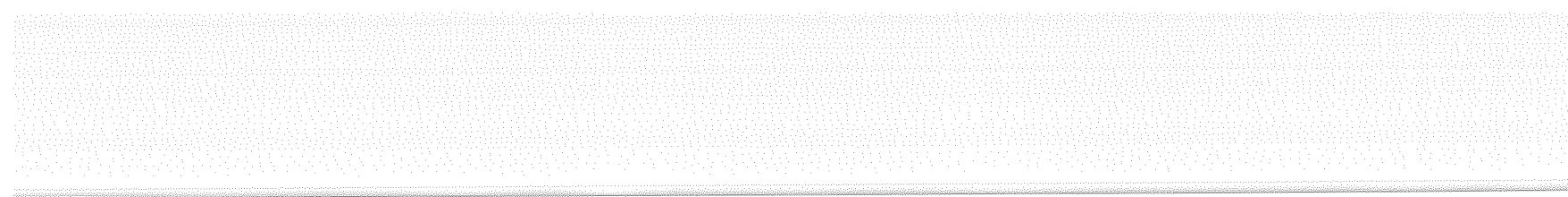
Destacamento expedicionário á provincia de Angola que sob o comando do tenente coronel Rêçadas embarcou em 11 de setembro de 1914, no vapor "Moçambique" para Moçâmedes.



Unidades	Pessoal		Animal	
	Officiaes	Sargentos, Cabos, sold. e equipar.	Caval.	Muareis
Quartel General.....	16	5 18	17	--
Sapadores Mineiros.....	1	1 13	1	--
Batalhão de tel. de camp., a	-	- 6	-	--
2ª bat. a de art. a de mont., a	8	18 199	23	82
3º esquadro de cav. a nº 9	9	11 169	169	--
3º batalhão d'infant. a 14	21	34 984	5	--
2ª bat. a do lo g. de metr.	6	8 42	8	16
1º grupo de o. de saude...	-	2 --	-	--&
1º grupo de o. de ad. mil..	-	8 16	14	--
Soma.....	61	87 1447	237	98



*Handwritten signature*  
1. 1. 1914



Anexo P - Relatório de junta médica das praças do Batalhão do RI 14 (AHM  
2/2/033/065)

Conformar nome  
em 7-8-13  
e ser Serviço de Repatriação  
em  
Praças em Exercício em Angola  
Grande General Repatriados à França  
n.º 18-  
(Promovidos 1.ª de Junho de 1913)  
Ao Sr. Chefe do Batao Brasil Promovidos  
Ao Chefe do Serviço de França

Para do Regimento a ent. Repatriados 7 Relatário da  
Junta Médica encarregada do processo em Chita do  
Regras das praças de 1.ª e 2.ª classe, para verificar se as  
casas de tratamento divididas em condições de saúde  
peiores do Altamira e as que sobram por Repatriadas  
por motivo de doença adquirida, que as tenha rece-  
bidos de seu serviço logo a 1.ª e 2.ª de Classe a presento  
a 1.ª e 2.ª de Classe, e General Comandante a ordem de Que-  
rrela Junta sem com as encaminhações, que este de-  
putado me suporta.

A referida ordem é de ten general:  
"As doenças venozas e outras e as doenças escuras  
quatrocentos e trinta e três foram julgadas nocivas  
e as restantes aptas para servir. Considera-se, porém,  
últimas, embora também naturalmente o aspecto de ser  
grande, estes pontos prejudiciais a serem abastecidos  
de acessórios feitos de impalpáveis em virtude de,  
na sua maioria total, já insubstituídas.  
Incluímos portanto que as referidas praças devem  
servir, embora em locais mais ou menos adequados,  
onde possam ser facilmente promovidas."  
Aqui ordeno que resultem promovidas de... por...

no seu numero mais pequeno das deficiencias, mas  
encarado ainda em termos de poderem prestar  
boa servico, sob certa medida, e em termos  
de qual a garantia de que o mesmo fazes de  
homens e sem a possibilidade de serem originarios da  
na. sendo  
do entanto julgado incapazes de serem na de  
no foi anteriormente determinados, presente a fim  
de Comandante, e que o seu nome foi enviado para  
se tal se dispoer para isso que a sua indoleza  
podem como Junta Comandante por seu Comandante  
que Presença minha vintena. Ex. Sr. Com.  
Por estas razões, julgo a P. B. e General Com.  
mandante que, sem outra indoleza, se devam co-  
no fazes julgadas em condições de serem ja ra-  
dentidade e que igual de outros se de a qual foram  
indoleza aptos para servir, mandando, por esse  
relator que de se possa mais tomar a espelar so  
me o numero de homens sem compensações pro-  
vinta applicavel e a ~~na~~ applicação futura e  
devidual do estabelecimento propriamente como  
transigto no juro das que ainda ha e em con-  
am em boa condições de Comandante e que, por con-  
na, possam vir a receber de hospitalizações.

O Major do Regimento de Infantaria  
Alfonso de Sousa  
Comandante